

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO - UNIFECAP

MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA

CAMILO LELLIS REIS

**A APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DO
PATRIMÔNIO DAS PESSOAS FÍSICAS**

São Paulo

2003

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO - UNIFECAP

MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA

CAMILO LELLIS REIS

**A APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DO
PATRIMÔNIO DAS PESSOAS FÍSICAS**

Dissertação apresentada ao Centro Universitário
Álvares Penteado – UNIFECAP, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em
Controladoria e Contabilidade Estratégica.

Orientador: Prof. Dr. Anísio Candido Pereira

São Paulo

2003

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO - UNIFECAP

Reitor: Prof. Manuel José Nunes Pinto

Vice-Reitor: Prof. Luiz Fernando Mussolini Júnior

Pró-Reitor de Extensão: Prof. Dr. Fábio Appolinário

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Jaime de Souza Oliveira

Pró-Reitor de Pós-Graduação: Prof^a. Dr^a Maria Sylvia Macchione Saes

Coordenador do Curso de Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica: Prof. Dr. João Bosco Segreti

FICHA CATALOGRÁFICA

R 375e

Reis, Camilo Lellis

A aplicação da contabilidade na gestão do patrimônio das pessoas físicas/ Camilo Lellis Reis. – São Paulo: UniFecap, 2003.
170 p.

Orientador: Prof. Dr. Anisio Candido Pereira

Dissertação (mestrado) – Centro Universitário Álvares Penteado - UniFecap – Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica.

1. Contabilidade geral 2. Contabilidade gerencial 3. Contabilidade pessoas físicas 4. Patrimônio pessoas físicas 5. Orçamento doméstico

CDD 657

FOLHA DE APROVAÇÃO

CAMILO LELLIS REIS

A APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO DAS PESSOAS FÍSICAS

Dissertação apresentada ao Centro Universitário Álvares Penteado - UNIFECAP, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade Estratégica.

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Benedito Felipe de Souza
Universidade do Sagrado Coração

Prof. Dr. Antônio B.S. de Oliveira
Centro Universitário Álvares Penteado - UNIFECAP

Prof. Dr. Anísio Candido Pereira
Centro Universitário Álvares Penteado - UNIFECAP
Professor Orientador - Presidente da Banca Examinadora

São Paulo, de maio de 2003

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho aos meus pais, José Reis (in
memorian) e Enriqueta Riegas Reis pelos exemplos
de dedicação, carinho e apoio incondicional
à família.*

AGRADECIMENTOS

Aos amigos, conhecidos e não-conhecidos, personificados por Deus, pela oportunidade e o prazer de ter realizado esta pesquisa.

À Cris, minha querida noiva, pelo apoio, cumplicidade e carinho com que desde o início do mestrado me apoiou.

À minha querida mãe Enriqueta, irmã Maria Ângela, irmão José Luiz, cunhada Regina e sobrinho José Luiz Reis Jr, pelo total apoio, incentivo, comprometimento e ajuda, sem o qual este projeto não teria sido possível.

Aos familiares e amigos, representados pelo meu tio Lucien, pela torcida, vibrações positivas e palavras de incentivo.

Ao Prof.º Dr. Anisio Candido, orientador deste trabalho, pela sua competência técnica, seriedade, comprometimento, e acima de tudo, pelas inúmeras sugestões dadas ao trabalho.

À Profa. Dra. Nena Geruza Cei, pelas oportunas orientações dadas no início desta pesquisa.

Aos Professores Dr. Benedito Felipe de Souza e Dr. Antônio B.S. de Oliveira pelas construtivas sugestões técnicas e metodológicas dadas quando da qualificação e defesa.

Ao Prof.º Alexandre Garcia, Coordenador do Curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário Álvares Penteado – UNIFECAP, pela oportunidade de ingressar na carreira de docente.

Ao Ronaldo Fróes de Carvalho, professor da UNIFECAP, amigo do mestrado, pelo apoio dado na minha dissertação e por ter me conduzido à carreira acadêmica.

Aos professores e colegas do mestrado, representados por José Carlos M. Arnosti, pelo convívio, troca de experiências e principalmente pela solidariedade nos momentos difíceis.

À equipe da UNIFECAP (secretaria do mestrado, biblioteca, informática, Agência – Escola/FECAP), representados por Célia Vegas, pelo apoio durante este processo.

“De fato, se alguém de vocês quer construir uma torre, será que não vai primeiro sentar-se e calcular os gastos, para ver se tem o suficiente para terminar? Caso contrário, lançará o alicerce e não será capaz de acabar. E todos os que virem isso começarão a caçoar, dizendo: esse homem começou a construir e não foi capaz de acabar!”

Lucas 14, 28-30

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar a aplicação da Contabilidade na gestão do patrimônio das pessoas físicas.

São expostos os conceitos de gestão, teoria contábil e técnicas contábeis aplicáveis ao processo de gestão do patrimônio das pessoas físicas com a finalidade de demonstrar a importância da tomada de decisão de forma estruturada e sistematizada.

A tomada de decisão que envolva o patrimônio, em função de sua relevância, deve ser estabelecida de maneira estruturada, independentemente do ambiente econômico, desde as economias mais estáveis até as de maior instabilidade; sendo que neste último ambiente o reflexo de uma decisão tomada sem critérios pode ser mais prejudicial e de difícil controle das conseqüências.

Este trabalho apresenta também uma pesquisa de campo na qual averiguou-se que um percentual significativo dos entrevistados, que tinham conhecimento das técnicas contábeis, não procediam a gestão de seus patrimônios, entretanto, em contrapartida, de forma surpreendente a grande maioria dos entrevistados tinham interesse em aprenderem de maneira formal (através de livro, curso, etc) como procederem a gestão dos mesmos.

Esta constatação é consistente pela análise das reflexões de pesquisadores respeitados, para os quais a Contabilidade deve ser divulgada também fora do ambiente típico dos profissionais da área, para que pessoas físicas estejam melhor preparadas para tomarem as decisões que afetam diretamente o seu patrimônio pessoal ou o patrimônio de entidades, pessoas jurídicas, nos quais sejam responsáveis pela gestão.

ABSTRACT

This work has the objective to present the application of the Accounting in the management of the patrimony of the physical people.

The concepts of management, accounting theory are displayed and applicable accounting techniques in the process of management of the patrimony of the physical people with the purpose to demonstrate the importance of the decision-making of structuralized form.

The decision-making that involves the patrimony, in function by its relevance, must be taken in way structuralized independently economic surrounding it, or either, since the economies most steady until the ones of bigger instability, being that in this last environment the consequence of a decision-making without criteria can be more harmful and of difficult control of the consequences.

This work a field research was also presented where it inquired that a significant percentage of the interviewed ones, that had knowledge of the accounting techniques, did not proceed the management from its patrimonies, but on the other hand and of surprising form the great majority of the interviewed ones had interest in a learning in formal way (by book, course, etc) as to proceed the management from the same ones.

This confirmation is consistent by observation with the reflection of respected researchers of that Accounting must outside be divulged out of the environment of the professionals of the area, so that the physical people are prepared to make the decisions that affect its personal patrimony directly or the patrimony of entities legal people in which is responsible for the management.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Diferenças entre eficiência e eficácia	32
Quadro 2: Tipos de Usuários versus Tipos de Informações.....	56
Quadro 3: Contabilidade financeira x Contabilidade gerencial	61
Quadro 4: Orçamento Doméstico (Receita x Despesa)	106
Quadro 5: Fluxo de Caixa	110
Quadro 6: Balanço Patrimonial.....	115
Quadro 7: Balanço Patrimonial Doméstico.....	120
Quadro 8: Demonstração de Resultado Doméstico	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Percentuais de inadimplência - pessoa física.....	24
Tabela 2: Cortes do Critério Brasil	131
Tabela 3: Sexo das pessoas físicas selecionadas	134
Tabela 4: Idade das pessoas físicas selecionadas	134
Tabela 5: Escolaridade das pessoas físicas selecionadas.....	135
Tabela 6: Nível econômico das pessoas físicas selecionadas	136
Tabela 7: Pessoas físicas com e sem conhecimento da aplicação da Contabilidade.....	138
Tabela 8: Pessoas Físicas que utilizam e não utilizam a Gestão do Patrimônio.....	139
Tabela 9: Principais motivos para não se efetuar a gestão.....	141
Tabela 10: Controles utilizados pelas pessoas físicas	143
Tabela 11: Itens do patrimônio x quantidade de vezes citados.....	145
Tabela 12: Profissional liberal consultado	147
Tabela 13: Método de aprendizagem escolhido pela pessoa física	149

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentuais de inadimplência - pessoa física	24
Gráfico 2: Cortes do Critério Brasil.....	132
Gráfico 3: Sexo das pessoas físicas selecionadas.....	134
Gráfico 4: Idade das pessoas físicas selecionadas.....	135
Gráfico 5: Escolaridade das pessoas físicas selecionadas	136
Gráfico 6: Nível econômico das pessoas físicas selecionadas	137
Gráfico 7: Pessoas físicas com e sem conhecimento da aplicação da Contabilidade	138
Gráfico 8: Pessoas Físicas que utilizam e não utilizam a Gestão do Patrimônio	140
Gráfico 9 Principais motivos para não se efetuar a gestão	142
Gráfico 10: Controles utilizados pelas pessoas físicas.....	144
Gráfico 11: Itens do patrimônio x quantidade de vezes citados	145
Gráfico 12: Profissional liberal consultado	148
Gráfico 13: Método de aprendizagem escolhido pela pessoa física.....	150

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA DA PESQUISA	19
1.1 Tema.....	19
1.2 Caracterização do problema	19
1.3 Hipótese	20
1.4 Objetivo da pesquisa	20
1.5 Justificativa.....	21
1.6 Metodologia da pesquisa.....	26
1.7 Delimitação do tema.....	28
1.8 Estrutura do trabalho	29
CAPÍTULO 2- GESTÃO DO PATRIMÔNIO PESSOA FÍSICA.....	31
2.1 Gestão x Contabilidade.....	31
2.2 Planejamento	37
2.3 Execução.....	44
2.4 Controle.....	47
CAPÍTULO 3 - ESTRUTURA DA CONTABILIDADE APLICADA AO PATRIMÔNIO DA PESSOA FÍSICA	51
3.1 Entidade pessoa física.....	51
3.2 Contabilidade financeira x contabilidade gerencial	60

CAPÍTULO 4 - APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO DA PESSOA FÍSICA.....	68
4.1 Perspectiva histórica	68
4.2 Planejamento tributário	76
4.3 Inventário	81
4.4 Plano de contas	82
4. 5 Escrituração.....	88
4.6 Relatórios contábeis	90
4.6.1 Orçamento doméstico.....	92
4.6.1.1 <i>Conceito e aplicação</i>	92
4.6.1.2 <i>Regime de competência x regime de caixa</i>	100
4.6.1.3 <i>Modelo de orçamento doméstico</i>	105
4.6.1.4 <i>Orçamento doméstico x fluxo de caixa</i>	108
4.6.2 Balanço patrimonial	111
4.6.3 Demonstração do resultado do exercício (DRE).....	121
4.6.4 Considerações finais sobre os relatórios contábeis.....	125
CAPÍTULO 5 – TÉCNICA DE PESQUISA / ANÁLISE DOS DADOS	127
5.1 Técnicas de pesquisa	127
5.1.1 Documentação indireta	127
5.1.2 Observação direta extensiva	128
5.2 População..	129
5.3 Amostra.....	132
5.4 Coleta de dados.....	133
5.5 Conteúdo do questionário.....	133
5.6 Análise dos dados.....	133

5.7 Considerações finais do capítulo	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS.....	156
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	163
APÊNDICE.....	167

INTRODUÇÃO

Dentre tantos interesses que se apresentam às pessoas físicas no seu cotidiano e em suas preocupações com o futuro, os aspectos econômico- financeiros e patrimoniais, assumem grande relevância, na medida em que são a base para a consecução de diversos objetivos, bem como manutenção do equilíbrio pessoal e familiar.

Com a relativa estabilização da economia brasileira, decorrente de quase uma década do Plano Real, a elaboração e execução, por exemplo, de um orçamento com base no curto, médio e longo prazos, tornou-se uma tarefa mais simples de ser elaborada, ao contrário do que ocorria no período em que a inflação mensal no Brasil atingia índices muito elevados.

Mas, independentemente da economia estar ou não estabilizada, não há motivos para que a pessoa física não proceda à gestão de seu patrimônio pessoal, pois segundo opinião de Chiavenato (1994, p.183): “As empresas não funcionam na base da pura improvisação”, cujo raciocínio é perfeitamente aplicável a entidade pessoa física.

A gestão do patrimônio é imprescindível em qualquer ambiente econômico como premissa básica para que as decisões sejam tomadas de forma estruturada, em detrimento à tomada de decisão com base simplesmente empírica.

No entanto, especificamente com relação ao cenário econômico brasileiro atual um dos aspectos mais visíveis e constatado pela pessoa física é que o índice de inflação medido através do IPC-Fipe (Índice de Preços ao Consumidor da

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas foi maior que a média dos aumentos salariais, conforme citado por Diniz (2003, p.2):

O mercado de trabalho encerrou 2002 registrando uma defasagem geral dos salários. O dado é fruto de estudo realizado pelo Datafolha, que acompanhou a variação das remunerações em 113 empresas da Grande São Paulo.

Entre dezembro de 2001 e dezembro de 2002, o aumento salarial médio ficou na casa dos 8,19 %, segundo a pesquisa. Já a inflação acumulada no mesmo período, de acordo com o IPC-Fipe (Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), foi de 9,92%.

O setor de comércio concentrou os maiores reajustes, com aumento médio de 10,23% nos salários ao longo do ano. O índice cai para 9,15% no segmento de construção civil, 8,75% no de indústria e 7,34% no de serviços.

Inserida neste fator, a economia brasileira apresenta também uma das maiores taxas de juros do mundo, segundo Oliveira disponível em: <<http://www.anefac.com.br>> Acesso em 28.dez.02 : “Vamos continuar com a maior taxa de juros reais do mundo.”

Com relação à este cenário Rocha; Vergili (2002; p.15) corroboram: “Um fato extraordinário ocorrido no Brasil recentemente foi a estabilidade da moeda com baixos índices de inflação, se compararmos com os últimos trinta anos. Ao mesmo tempo, por diversas razões, os juros têm se mantido altos.”

Como observado, a gestão do patrimônio deve ser adotada independentemente de circunstâncias econômicas, objetivando estruturar a tomada de decisão, porém na atual conjuntura sua prática é importante, fundamental.

A Contabilidade assume relevância ao proporcionar através de suas técnicas, inseridas no processo de gestão, subsídio seguro ao usuário, pessoa física, na tomada de decisão quanto ao seu patrimônio, pois, conforme opinião de Marion (1998, p.24): “Uma empresa sem boa contabilidade é como um barco em alto-mar, sem bússola”, assertiva totalmente aplicável também à entidade pessoa física.

CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA DA PESQUISA

1.1 Tema

Esta dissertação aborda, pesquisa, analisa o seguinte tema: A APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO DAS PESSOAS FÍSICAS.

Quanto à escolha do tema Cervo; Bervian (2002, p.82) opinam: “O tema pode surgir de um interesse particular ou profissional, de algum estudo ou leitura. Às vezes, o professor indica o tema, deixando o aluno escolher um aspecto do mesmo.”

O tema deste trabalho foi escolhido em função do interesse particular do mestrando e sua percepção da necessidade das pessoas físicas entenderem o assunto e que a Ciência Contábil pode contribuir de forma significativa na gestão de seu patrimônio pessoal.

1.2 Caracterização do problema

Rudio apud Marconi; Lakatos (2003, p.127) conceitua da seguinte forma o problema:

Formular o problema consiste em dizer, de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade com a qual nos defrontamos e que pretendemos resolver, limitando o seu campo e apresentando suas características. Desta forma, o objetivo da formulação do problema da pesquisa é torná-lo individualizado, específico, inconfundível.

O problema proposto para análise no presente trabalho é: O fato das pessoas físicas saberem que as técnicas contábeis podem apoiá-las na gestão de seus patrimônios é garantia que as mesmas serão utilizadas?

1.3 Hipótese

Cervo; Bervian (2002, p.86) observam o seguinte com relação à hipótese:

Em termos gerais, a hipótese consiste em supor conhecida a verdade ou explicação que se busca. Em linguagem científica, a hipótese equivale, habitualmente, à suposição verossímil, depois comprovável ou denegável pelos fatos, os quais hão de decidir, em última instância, sobre a verdade ou falsidade dos fatos que se pretende explicar. Ou a hipótese pode ser a suposição de uma causa ou de uma lei destinada a explicar provisoriamente um fenômeno até que os fatos a venham contradizer ou afirmar.

Espera-se com este trabalho comprovar a seguinte hipótese: As pessoas físicas que tem conhecimento de que a Contabilidade possui técnicas que podem ser utilizadas na gestão do seu patrimônio fazem uso sistemático destas técnicas.

1.4 Objetivo da pesquisa

Com relação ao objetivo da pesquisa, Vasconcelos (2002, p.37) constata:

O objetivo de uma pesquisa é o alvo ou fim que o pesquisador quer atingir e precisa ser definido ainda na fase do projeto de pesquisa

evitando, assim, que o pesquisador utilize tempo, normalmente muito escasso em função do prazo para conclusão determinado pelas Instituições, e recursos, sempre raros, e muitas vezes cometa divagações no seu relatório de pesquisa.

O objetivo de uma pesquisa precisa ser lembrado durante todo o processo de construção do relatório, inclusive no momento da defesa do trabalho final perante à banca examinadora.

Este estudo tem como objetivo demonstrar como as técnicas contábeis inseridas no processo de gestão subsidia a pessoa física, em decisões relacionadas ao seu patrimônio, para que estas decisões sejam tomadas de forma consciente, eficiente e eficaz.

Afinal, as decisões, principalmente às relacionadas ao patrimônio, em função de sua importância e complexidade, devem ser tomadas de maneira estruturada para assegurar conseqüências positivas.

1.5 Justificativa

A gestão consciente, eficiente e eficaz do patrimônio, com o apoio de técnicas contábeis, torna-se relevante a medida em que irá proporcionar uma metodologia segura ao usuário, pessoa física, na gestão de seu patrimônio contribuindo para que o mesmo atinja a condição de uma pessoa sã, conforme citado por Rocha; Vergili (2002, p.8):

Afinal de contas, a Organização Mundial da Saúde define o conceito de pessoa sã como todo indivíduo capaz de apresentar, além da

saúde física e mental, um equilíbrio financeiro suficiente para garantir a sua qualidade de vida.

Esta pesquisa tem importância na medida que demonstrará como a Contabilidade pode ser utilizada como apoio na gestão do patrimônio das pessoas físicas e contribuir para que um número maior de usuários se conscientizem dos benefícios do uso de conceitos contábeis, pois conforme observado por Halfeld (2001, p.1), ainda um grande número de usuários pessoas físicas, especificamente profissionais liberais, são carentes de instrução contábil.

A gestão do patrimônio é fundamental em qualquer cenário econômico, porque subsidia de maneira estruturada a tomada de decisão, porém torna-se mais relevante ainda no atual cenário econômico brasileiro, no qual os juros praticados são bastante elevados, conforme citado anteriormente e ratificado através de partes da reportagem Folha de São Paulo (2003, p.B11):

Nos empréstimos pessoais, a taxa média em janeiro praticada pelos bancos ficou em 5,95 % ao mês, o que dá uma taxa média anual de 99,98%. No ano passado, a taxa de juros média mensal foi de 5,62%. Em 2001, essa média mensal era de 4,85%.

Com as sucessivas elevações da Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) desde outubro, as chances de as instituições financeiras reduzirem os juros praticamente desapareceram.

Mensalmente, o Copom (Comitê de Política Monetária), formado pelo presidente e pelos diretores do Banco Central, se reúne e define a Selic. Essa taxa serve de referência para o mercado e é utilizada como parâmetro nas operações de empréstimos interbancários.

Assim, acaba tendo influência sobre os juros de toda a economia. A elevação da Selic normalmente tem como resultado a alta de juros de empréstimos a pessoas físicas e jurídicas.

O consumidor se depara com taxas elevadíssimas também quando opta por um crediário no comércio. As taxas nesse tipo de operação saltaram, na média, para 117,02% ao ano após o último aumento da Selic, em janeiro. Em dezembro, estavam em 116,29%.

O cheque especial é outro problema para as pessoas que necessitam utilizar o serviço. As taxas médias cobradas estão em 220,06% ao ano.

O reflexo imediato das altas taxas de juros, é observada no desemprego, na retração dos salários, que entre outros motivos, podem ser identificados através de duas pesquisas:

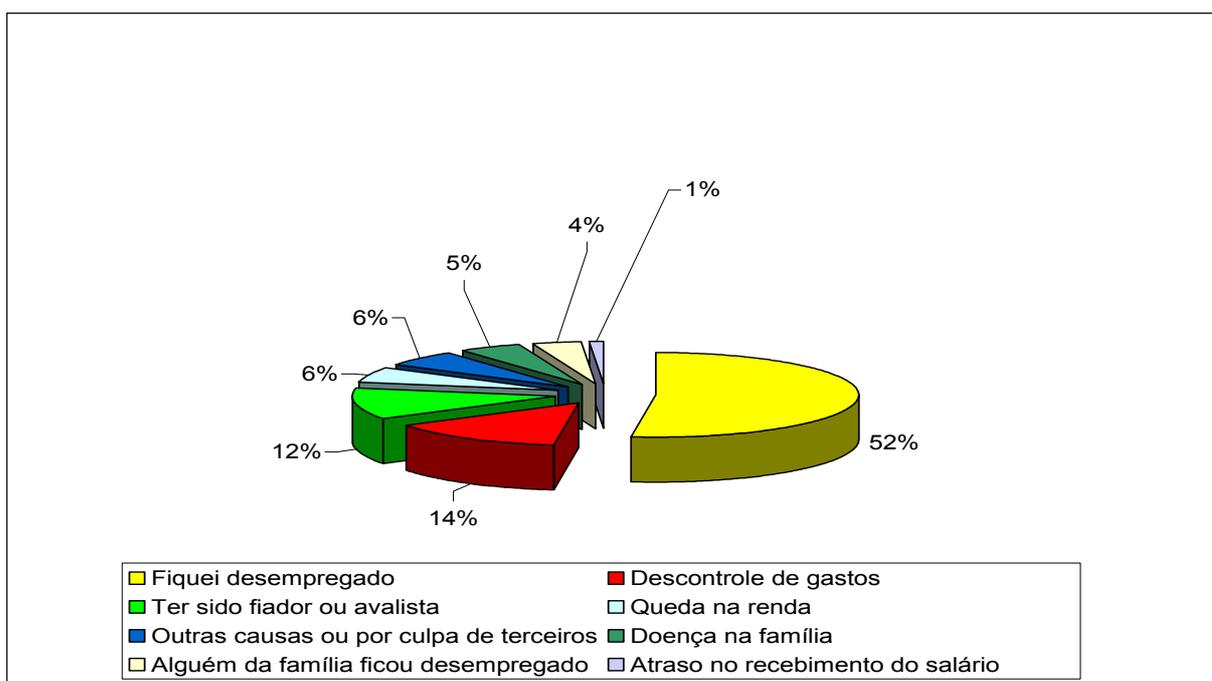
A) Pesquisa em setembro de 2001 feita pela Associação Comercial de São Paulo com 702 pessoas com registros de inadimplentes no SCPC - Serviço Central de Proteção ao Crédito. Dentre as 16 perguntas objeto da pesquisa, ressalta-se o resultado da questão número 1: “O que provocou o registro de sua inadimplência?”

Através da Tabela 1 e Gráfico 1 são demonstrados os motivos que levaram os usuários pessoas físicas ao registro de inadimplentes.

Tabela 1: Percentuais de inadimplência - pessoa física

Descrição do Motivo	%
Fiquei desempregado	52
Alguém da família ficou desempregado	4
Doença na família	5
Descontrole de gastos	14
Queda na renda	6
Ter sido fiador ou avalista	12
Atraso no recebimento do salário	1
Outras causas ou por culpa de terceiros	6

Fonte: Frankenberg (2002, p.75)

Gráfico 1: Percentuais de inadimplência - pessoa física

Como pode-se observar pelo resultado da pesquisa, o item *Descontrole de Gastos* representou o percentual de 14%, que após o item *Desemprego* com 52% é o mais relevante. Este item poderia ser perfeitamente administrado caso a pessoa física adotasse como prática a gestão de seu patrimônio, pois ele não representa um fator externo não controlável, a exemplo do desemprego.

O conhecimento dos gastos proporciona os seguintes benefícios conforme citado por Cei (1985, p.97):

O conhecimento real dos gastos da família permite:

- *orientação nas medidas de controles a serem postas em prática, como constatação de gastos desnecessários, restrição ou corte de gastos e adequação de gastos à renda;*
- *previsão futura de níveis de gastos pelos diversos itens do orçamento, com base adequada e boa exeqüibilidade;*
- *a previsão de necessidade de recursos financeiros e renda futura adequada aos gastos futuros previstos;*
- *a análise das variações entre gastos e rendas com os valores previstos, identificando as causas de variações e permitindo flexibilidade para ajustes e remanejamento de valores nas diversas categorias de gastos e rendas;*
- *a definição de objetivos e metas familiares futuras e dos meios para alcançá-los a curto, médio e longo prazo;*
- *estabelecer níveis de poupanças e reservas familiares;*
- *avaliar as reais necessidades de recursos para complementação de nível de renda e avaliar com segurança as várias alternativas de obtê-los.*

B) Pesquisa feita pela ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) com 3.477 consumidores entre junho a agosto de 2002 determinou percentualmente quanto do salário é consumido pelos

juros e despesas mensais com dívidas. Este percentual variou de 35,43% para salários na faixa entre um a cinco salários mínimos, a 19,08 % para salários acima de cinquenta salários mínimos (FRANKENBERG, 2002, p.87).

Como observado, a tomada de decisão de forma estruturada com base num processo de gestão, o qual apoia-se em técnicas contábeis, é importante em qualquer ambiente econômico, porque as decisões relacionadas com o patrimônio afetam uma parte significativa da vida das pessoas físicas e influenciam inclusive a sua condição de pessoa sã, conforme citado anteriormente.

Porém, considerando que o atual cenário econômico brasileiro não é os dos mais favoráveis, com a combinação dos fatores: economia estabilizada x juros altos x retração de salários, a adoção da gestão com o apoio da Contabilidade torna-se, no ambiente atual, uma contribuição significativa para a manutenção do equilíbrio familiar.

Este trabalho é mais uma contribuição para que os usuários pessoas físicas conscientizem-se da importância e utilizem as técnicas contábeis na gestão de seu patrimônio como suporte estruturado para tomada de decisão, em qualquer ambiente econômico em que estejam inseridos.

1.6 Metodologia da pesquisa

Marconi; Lakatos (2003, p.83), assim se expressam ao abordar sobre a conceituação de método:

Todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos; em contrapartida, nem todos os ramos de estudo que empregam estes métodos são ciências. Dessas afirmações podemos

concluir que a utilização de métodos científicos não é da alçada exclusiva da ciência, mas não há ciência sem o emprego de métodos científicos.

Assim, o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar os objetivos – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Cervo; Bervian (2002, p.23) opinam o seguinte com relação ao método:

Em seu sentido mais geral, o método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um certo fim ou um resultado desejado. Nas ciências, entende-se por método o conjunto de processos empregados na investigação e na demonstração da verdade.

Neste trabalho foi utilizado o Método Dedutivo, que segundo Cervo; Bervian (2002, p.34 e 35):

A dedução é a argumentação que torna explícitas verdades particulares contidas em verdades universais. O ponto de partida é o antecedente, que afirma uma verdade universal, e o ponto de chegada é o conseqüente, que afirma uma verdade menos geral ou particular contida implicitamente no primeiro.

As técnicas de pesquisa utilizadas, população, amostra e análise dos dados estão descritas no Capítulo 5 – Técnica de Pesquisa/Análise dos Dados.

1.7 Delimitação do tema

Com relação à delimitação do tema Marconi; Lakatos (2003, p.162) opinam:

Delimitar a pesquisa é estabelecer limites para a investigação. A pesquisa pode ser limitada em relação:

- a) **ao assunto** – selecionando um tópico, a fim de impedir que se torne ou muito extenso ou muito complexo;*
- b) **à extensão** – porque nem sempre se pode abranger todo o âmbito onde o fato se desenrola;*
- c) **a uma série de fatores** – meios humanos, econômicos e de exigüidade de prazo – que podem restringir o seu campo de ação.
(grifo do autor)*

Quanto à delimitação do tema é oportuno, também, distinguir o sujeito e o objeto de pesquisa conforme citado por Vasconcelos (2002, p.35):

O SUJEITO DA PESQUISA – O sujeito da pesquisa é o universo de referência sobre o qual se deseja saber alguma informação. Pode ser constituído de fatos, fenômenos, pessoas, objetos, a cujo respeito faz-se o estudo.

Exemplo: Empresas Industriais.

O OBJETO DA PESQUISA – O objeto da pesquisa é o conteúdo que é o alvo de estudos em torno do qual gira toda a discussão do trabalho de pesquisa.

Exemplo: Aspectos financeiros.

Neste estudo o sujeito de pesquisa são as *peessoas físicas*; e o objeto é a *gestão de seu patrimônio*.

Esta dissertação está centrada na discussão de como a pessoa física deve se estruturar para a tomada de decisão com relação ao seu patrimônio tendo como apoio um modelo de gestão.

Portanto, não faz parte deste escopo um estudo do funcionamento do mercado financeiro, capital e imobiliário com suas respectivas opções de investimento (ações, poupança, renda fixa ou variável, imóveis, etc).

1.8 Estrutura do trabalho

Este trabalho está estruturado em 5 capítulos, além da introdução e considerações finais.

Na Introdução foi descrito o ambiente no qual o tema está inserido, destacando a sua importância para a dinâmica na vida das pessoas físicas.

No Capítulo 1 foi descrito o tema, caracterização do problema, hipótese, objetivo da pesquisa, justificativa, metodologia adotada, delimitação do tema e estrutura do trabalho.

Já no Capítulo 2 foi descrito o processo de gestão, com suas etapas de planejamento, execução e controle, com destaque de como a Contabilidade está inserida neste processo.

O Capítulo 3 demonstra como a entidade pessoa física é citada na literatura contábil bem como os objetivos da Ciência Contábil são aplicados a esta entidade, com uma análise entre Contabilidade gerencial x Contabilidade financeira.

No Capítulo 4 é demonstrada a aplicação da Contabilidade (inventário, plano de contas, escrituração, relatórios contábeis) dirigida à entidade pessoa física, e uma perspectiva histórica de como a entidade pessoa física vem se utilizando da Contabilidade, ao longo dos tempos.

Finalmente no Capítulo 5 são expostas as técnicas de pesquisa utilizadas, indicação da população, critério utilizado para a definição da amostra, da coleta de dados e a respectiva análise destes dados.

Nas Considerações Finais é relatado se a hipótese foi ou não confirmada, há considerações sobre o que foi constatado pela pesquisa bibliográfica, pela pesquisa de campo e a conclusão final sobre o que foi observado através do trabalho.

CAPÍTULO 2- GESTÃO DO PATRIMÔNIO PESSOA FÍSICA

2.1 Gestão x Contabilidade

Os conceitos de gestão/gestor são conforme opinião de Ludícibus; Marion (2001, p.101):

Gestão - processo de tomada de decisão que inclui Planejamento, Execução e Controle.

Gestor - responsável pela gestão. Pressupõe aquele que tem autoridade sobre os recursos e atividades e responsabilidade com os resultados.

Na opinião de D'Áuria (1958, p.299) estes termos aplicados na gestão do patrimônio pessoal possuem o seguinte sentido:

Gestão - conjunto de atos de administração patrimonial.

Gestão Familiar - conjunto de atos de administração do patrimônio doméstico.

Gestor - pessoa que se incumbe da administração patrimonial, como proprietário ou mandatário.

A gestão consciente, eficiente e eficaz do patrimônio é a tomada de decisões com base em processos de planejamento, execução e controle, pois a gestão existe em função da necessidade de se tomar decisões conforme opinião de (GUERREIRO, 1989, p.247).

Para conceituar os termos eficiência e eficácia utilizados neste trabalho são citadas as opiniões de dois autores.

Conforme citado por Peleias (2002, p.29):

A eficiência diz respeito ao método, à forma de execução das atividades num determinado período, e é medida quando comparada a um parâmetro predefinido, tido como ideal.

A eficácia está relacionada ao atingimento de metas, à realização da coisa certa, no momento certo, empregando os recursos e meios mais adequados ao cumprimento dos planos. Para ser adequadamente mensurada, é necessário definir um plano ou objetivo a atingir.

Conforme observado por Reddin apud Chiavenato (1994, p.163) as diferenças entre os conceitos de *eficiência* e *eficácia* podem ser observadas no Quadro 1.

Quadro 1: Diferenças entre eficiência e eficácia

EFICIÊNCIA	EFICÁCIA
Ênfase nos meios	Ênfase nos resultados
Resolver problemas	Atingir Objetivos
Salvaguardar os recursos	Otimizar a utilização de recursos
Cumprir as tarefas e obrigações	Obter resultados
Treinar subordinados	Proporcionar eficácia aos subordinados
Manter as máquinas	Máquinas disponíveis
Presença dos templos	Prática de valores religiosos

Fonte: Adaptado de Chiavenato (1994, p.163)

A função do processo de gestão é explicitada por Peleias (2002, p.8) da seguinte forma:

Compreende o processo de gestão, desdobrado nas etapas de planejamento, execução e controle. Sua existência se justifica para que os gestores possam conduzir a organização a um futuro desejado, a partir de uma situação atual. Aqui se define o planejamento das atividades, as técnicas e métodos de execução e os mecanismos de controle.

O processo de gestão compreende as etapas nas quais ocorrem as decisões dos gestores, conforme constatação de (PELEIAS, 2002, p.23).

O processo de planejamento, execução e controle são operacionalizados por técnicas multidisciplinares, incluindo as contábeis. Dentre as finalidades da Contabilidade, destaca-se a de subsidiar os usuários com informações, conforme AICPA - American Institute of Certified Public Accountants com referência ao relatório "Objetivos dos Demonstrativos Financeiros", com a seguinte assertiva:

... a função fundamental da Contabilidade [...] tem permanecido inalterada desde seus primórdios. Sua finalidade é prover os usuários dos demonstrativos financeiros com informações que os ajudarão a tomar decisões. Sem dúvida, tem havido mudanças substanciais nos tipos de usuários e nas formas de informação que tem procurado. Todavia, esta função dos demonstrativos financeiros é fundamental e profunda. O objetivo básico dos demonstrativos financeiros é prover informação útil para a tomada de decisões econômicas...

Consistente com este posicionamento, com relação aos usuários pessoas físicas, Cei (1985, p.78 e 79) observa que:

É claro que não cabe à contabilidade o papel restrito de “economizar dinheiro”. Esta não é sua função. Porém, entre as várias que desempenha, estão as de coletar dados relativos a ocorrências econômico-financeiras que interfiram na composição dos recursos patrimoniais, trabalhar esses dados de forma racional e ordenada, demonstrar as variações patrimoniais de modo que se verifiquem as causas e efeitos de tais mudanças.

*Cabe ressaltar que não é a Contabilidade que fará diretamente as famílias economizarem ou ganharem mais dinheiro, já que tal decisão é tarefa do grupo familiar envolvido no problema. Porém, com as informações geradas pela Contabilidade, esta decisão poderá ser tomada com maior segurança e melhor grau de acerto. **O papel da Contabilidade é o de auxiliar o processo de administração do patrimônio.** (grifo nosso)*

A utilização da Contabilidade como instrumento de gestão conforme opinião de Ludícibus (2000, p.32 e 33):

O enquadramento da Contabilidade como elemento fundamental da equação aziendalista teve o mérito incontestável de chamar a atenção para o fato de que a Contabilidade é muito mais do que mero registro; é um instrumento básico de gestão, e, na verdade, um dos principais.

D'Áuria (1958, p.11) preconizava a prática da gestão do patrimônio familiar com a seguinte opinião:

Mesmo sem considerar desastrosas decisões de sentido patrimonial e financeiro, é de avaliar-se o estado de espírito do chefe-família que não cuida, devidamente, dos interesses domésticos. Tomando-se por base um lar de medianas proporções patrimoniais, pode-se verificar como seria fácil a respectiva organização administrativa. Bastaria, por exemplo, que se realizasse um “orçamento” anual e orçamentos mensais de entradas e saídas de dinheiro, - receita e despesa -, para boa orientação na decisão dos gastos; bastaria manter um livro-caixa, registrando o movimento de dinheiro, para conhecer, de pronto a situação financeira; bastaria um pequeno livro de contas-correntes, para saber o que se deve e a quem se deve; o que se tem de receber e de quem receber; bastaria guardar, em ordem, - arquivo, - as notas e faturas de fornecimentos recebidos, recibos de pagamento, documentos de propriedade, de cauções e depósitos, talões de cheques, extratos de contas de depósitos em Bancos e caderneta de Caixa Econômica. Essa seria uma organização simples, que o chefe do casal, com paciência e pouco dispêndio de tempo, conseguiria, para seu sossego e felicidade do lar.

D'Áuria (1958, p.109 e 110) é explícito quanto à função da Contabilidade inserida no processo de gestão quando opina:

A Contabilidade, por suas funções de cooperação administrativa, de vigilância sobre os elementos patrimoniais e sobre as operações, - controle, - de registro cronológico e sistemático da atividade do conjunto patrimonial, de informação constante e periódica a respeito

do estado de riqueza e dos resultados de gestão, - levantamento e balanço, e de consulta, quanto aos atos de decisão e de execução e quanto às proporções entre os elementos e resultados, - análise, - a Contabilidade é guia seguro da administração e tutelar dos interesses econômicos da família.

No início do século passado Cleser (1913, p.42 e 43) opina indiretamente sobre o reflexo da falta de gestão:

*A ordem e a economia são de um valor tão extraordinário que dellas depende toda a prosperidade presente e futura do lar. Não há fortuna, por considerável que seja, **cuja solidez não se abale com a desordem, com a falta de cuidado**, com o esbanjamento, em uma palavra. A riqueza não é sempre garantia contra a penúria: as necessidades crescem com os recursos e estes serão sempre insuficientes si a dona da casa, por indifferentismo ou por preguiça, não se persuadir de que tem o indiscutível dever de restringir-se a **somma que seu marido pode gastar mensalmente.** (grifo nosso)*

A Contabilidade enquanto sistema de informação não poderá assumir um formato padrão, pois cada usuário terá a sua necessidade específica conforme opinião de Cei (1994, p.14):

Cada unidade familiar independente das características sociais, econômicas ou culturais que as distinguem e que conseqüentemente as conduzem a diferentes tipos de comportamentos e satisfações de necessidades, possuem um objetivo comum representado pela formação da riqueza familiar. Ainda que as formas de obtenção de valores e gestão de gastos e rendas sejam distintas, é extremamente importante estabelecer um sistema de informações gerenciais que

atenda individualmente a cada uma das famílias e, que ao mesmo tempo, satisfaça outras necessidades de informações particulares, auxiliando as atividades do momento presente e permitindo o estabelecimento de diretrizes para o futuro.

A gestão do patrimônio com o apoio da Contabilidade torna-se importante na medida em que esta é um sistema de informação eficaz para que o gestor possa subsidiar-se em suas decisões, pois segundo opinião de Eid Júnior (2001, p.22), um sistema de informações é tão fundamental para as empresas como para os usuários pessoas físicas.

2.2 Planejamento

Já tornou-se célebre o diálogo entre Alice e o Gato de Cheshire no livro Alice no País das Maravilhas, conforme citado por Wilson (1995, p.3):

Lembra-se de Alice no País das Maravilhas? A determinada altura da história, Alice pára num cruzamento para perguntar ao Gato de Cheshire qual estrada que ela deve pegar. Ele responde perguntando para onde ela quer ir. Quando ela diz que “não liga muito para onde”, ele responde: “Então, não importa muito por onde vai”. Em consequência, ela segue sem destino em suas viagens.

Com base nesta história fica evidente a fundamental importância que o planejamento assume na medida em que o mesmo é o ponto inicial de todo o processo de gestão, pois conforme citado por Mosimann; Fisch (1999, p.44): “O objetivo do planejamento é produzir um estado futuro desejável e os caminhos para atingi-lo.”

Completa este posicionamento Oliveira (2002, p.86) com a seguinte observação: “A decisão de planejar decorre da percepção de que os eventos futuros poderão não estar de acordo com o desejável, se nada for feito.”

Nada mais improdutivo, por exemplo, que a elaboração de um orçamento sem a mínima noção de quais objetivos deverão ser atingidos a curto e longo prazo. Segundo Oliveira (2002, p.78): “Objetivo: é o alvo ou situação que se pretende atingir. Aqui se determina para onde à empresa deve dirigir seus esforços.”

O princípio da fixação de objetivos proposto nas empresas por Oliveira é também plenamente aplicado para as pessoas físicas conforme observa Frankenberg (1999, p.31): “Assim como nenhuma empresa pode progredir a longo prazo se não tiver um foco ou objetivo, também o indivíduo precisa saber antecipadamente as metas que pretende atingir.”

A fixação de objetivos é fundamental no processo de planejamento, e esta importância é citada por Ansoff (1977, p.25) para o ambiente das empresas, que pode ser perfeitamente adaptado para as pessoas físicas:

Quando explicitados dentro de uma empresa, os objetivos passam a ser instrumentos de múltiplas finalidades na avaliação de desempenhos, no controle, na coordenação, bem como em todas as fases do processo decisório. É tão elevada a potencialidade de sua presença freqüente, que os objetivos chegam a ser usados como base de uma visão integrada de todo o processo administrativo, no que é conhecido por administração por objetivos.

Os objetivos podem ter diferentes prazos para a sua realização e serão definidos pelo gestor conforme suas necessidades e prioridades. A este respeito Eid Júnior; Garcia (2001, p.11) opinam:

Você e sua família devem ter objetivos para os próximos 12 a 24 meses, dois a cinco anos e mais do que cinco anos: curto, médio e longo prazo. Um exemplo de objetivo de curto prazo pode ser a quitação da dívida com o cartão de crédito. A médio prazo você pode ter como objetivo comprar um carro mais moderno e a longo prazo, se aposentar.

O planejamento tendo como premissa a alteração voluntária de um status atual para um status futuro desejado, demanda sistematicamente tomada de decisões, conforme citado por Peleias (2002, p.23):

O planejamento envolve um modo de pensar, resultando decisões presentes que, tomadas a partir do exame em conjunto de variáveis, procuram estabelecer um estado futuro de coisas, além de delinear meios efetivos para tornar tal estado uma realidade, proporcionando ao processo uma dimensão temporal de alto significado.

Com esta perspectiva de tomada de decisão Glautier, Underdow apud Catelli (coord.) et al (1999, p.149) observam que:

O planejamento é a mais básica de todas as funções administrativas, e a habilidade pela qual essa função é desempenhada determina o sucesso de todas as operações. Planejar pode ser definido como o processo de pensamento que precede a ação e está direcionado para que se tomem decisões no momento presente com o futuro em vista.

Conforme citado por Ackoff (1974, p.2 e 3) o planejamento possui os seguintes atributos:

O planejamento é, nitidamente, um processo de tomada de decisão; mas é claro que nem todo processo decisório é planejamento. Não são tão claras, porém, as características que fazem do planejamento um tipo especial de tomada de decisão. Ele é especial de três formas:

1. Planejamento é algo que fazemos antes de agir; isto é, tomada antecipada de decisão. É um processo de decidir o que fazer, e como fazê-lo, antes que se requeira uma ação. Se desejarmos certa situação em algum tempo, no futuro, e demora-se para decidir o que fazer, e como fazê-lo, devemos tomar decisões necessárias antes de agir. Se essas decisões pudessem ser tomadas rapidamente sem perda da eficiência, não seria necessário planejar.

2. Planejamento é necessário quando a consecução do estado futuro que desejamos envolve um conjunto de decisões interdependentes; isto é um sistema de decisões. Um conjunto de decisões forma um sistema, se o efeito de cada decisão no resultado desejado depende de, pelo menos, outra decisão do conjunto. Algumas decisões do conjunto podem ser complexas, outras simples. A principal complexidade do planejamento, porém, advém mais do inter-relacionamento das decisões do que delas em si. Por exemplo, ao se planejar uma casa, a decisão de colocar a sala-de-visitas em determinado local tem um efeito sobre a localização de todas as outras dependências e, portanto, no “desempenho” da casa como um todo.

[...].

3. Planejamento é um processo que se destina a produzir um ou mais estados futuros desejados e que não deverão ocorrer, a menos que alguma coisa seja feita. O planejamento, portanto, se preocupa tanto em evitar ações incorretas, quanto em reduzir a frequência dos fracassos ao se explorar oportunidades. É óbvio que se se acredita que o curso natural dos acontecimentos vai produzir o estado futuro desejado, então não há necessidade de se planejar. O planejamento, portanto, tem um componente pessimista e um otimista. O pessimismo está na crença de que, se não se fizer nada, o estado futuro desejado não deverá ocorrer. O otimismo está na crença de que alguma coisa possa ser feita para aumentar a probabilidade de que o estado futuro desejado venha a ocorrer.

Em resumo, podemos dizer que o planejamento é um processo que envolve tomada e avaliação de cada decisão de um conjunto de decisões inter-relacionadas, antes que seja necessário agir, numa situação na qual se acredita que, a menos que se faça alguma coisa, um estado futuro desejado não deverá ocorrer e que, se se tomar as atitudes apropriadas, pode-se aumentar a probabilidade de um resultado favorável.

Segundo Peleias (2002, p.23) a vantagem de se adotar o planejamento no processo de gestão, é a redução da incerteza no processo decisório, ao mesmo tempo em que possibilita aumentar a probabilidade de consecução dos objetivos propostos.

Inserido no planejamento geral está o planejamento financeiro que segundo o artigo “ Planejamento Financeiro da FINACENTER”, disponível em: <<http://www.finacenter.com.br>> Acesso em 04.jan.2003 define como:

Planejamento financeiro aborda a programação do seu orçamento, a racionalização dos gastos e a otimização de seus investimentos.

É um processo racional de administrar a sua renda, seus investimentos, suas despesas, seu patrimônio, suas dívidas, objetivando tornar realidade seus sonhos, desejos e objetivos, tais como: casa própria, poupar para a educação dos filhos, fazer a viagem dos sonhos, investir de acordo com o perfil pessoal, ser bem sucedido na carreira profissional, reduzir impostos, tornar-se empresário, aposentar-se confortavelmente, planejar e administrar testamento, partilha,...

Frankenberg (1999, p.31) opina da seguinte forma sobre o planejamento financeiro pessoal: “Planejamento financeiro pessoal significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família.”

Quanto a este tema Eid Júnior; Garcia (2001, p. 7 e 9) opinam o seguinte:

É por meio do planejamento que você conhece em detalhe seus ganhos, além de aprender a poupar, gastar adequadamente e controlar as finanças para atingir seus objetivos. O planejamento financeiro é, mais que nunca, fundamental para uma vida familiar equilibrada e agradável.

Um bom modelo de planejamento financeiro familiar leva em conta todos os fatores que podem ter impacto sobre a sua vida financeira. Começamos o desenvolvimento do plano financeiro com a definição dos objetivos para diferentes períodos da nossa vida e, em seguida, definimos o comportamento para as diferentes áreas do planejamento, como escolha da carreira, gestão de crédito e seguros. Os fatores externos são analisados e inseridos no plano. Tudo isso nos leva finalmente ao plano financeiro propriamente dito.

O planejamento financeiro envolve a coordenação de vários planos no sentido que a pessoa física possa realizar os seus objetivos financeiros globais em detrimento de se equacionar alguns problemas financeiros mais imediatos. (HALLMAN; ROSENBLOOM, 1993, p.3).

As principais vantagens que a pessoa física terá ao estabelecer o planejamento financeiro segundo opinião de Eid Júnior (2001, p.30 e 31) são:

- *Enxerga-se o futuro com muito mais clareza.*
- *Objetivos que antes pareciam inatingíveis ficam mais próximos da concretização.*
- *A conversa com todos os membros da família elimina diversos pontos de atrito, principalmente com os mais jovens, que têm dificuldade de entender as finanças da família.*
- *Cria-se uma disciplina orçamentária. Com o registro apurado das receitas e despesas, a definição clara dos objetivos forma um tripé que é a base do sucesso financeiro.*

A prática de se adotar o planejamento vem há muito tempo, conforme citado por Ackoff (1974, p.97):

Há mais de dois mil anos, Sun Tzu (400-320 A.C.) percebeu o valor do planejamento, que não mudou desde aquela época:

Com muitos cálculos pode-se vencer;

Com poucos não se pode. Que chances a menos de vitória tem quem não faz nenhum cálculo!

A Arte da Guerra

Qualquer iniciativa de proceder-se à gestão do patrimônio deve ser iniciada com a fase do planejamento financeiro, na medida em que este focará as decisões do gestor, evitando desta maneira desperdícios de tempo, recursos materiais, energia, etc.

2.3 Execução

Nesta etapa do processo de gestão o que foi planejado é executado. Conforme citado por Peleias (2002, p.25):

A execução é a etapa do processo de gestão na qual as coisas acontecem, em que as ações emergem por meio do consumo de recursos e sua transformação em bens e serviços.

As ações devem estar em consonância com o que foi anteriormente planejado, pois só assim conduzem aos resultados esperados. A execução decorre de uma direção, que envolve tomada de decisão

entre as diversas alternativas, transmissão de ordens, chefia de subordinados e coordenação das atividades individuais.

Durante o processo de execução poderão ocorrer modificações em função do que foi anteriormente planejado, pois o processo de planejamento, execução e controle não são estáticos, mas sim dinâmicos, com todas as fases interagindo entre si, conforme observado por Catelli (coord.) et al (1999, p.138), quando opina sobre a fase de execução:

Corresponde à fase em que os recursos são consumidos e os produtos gerados. Nessa fase, ainda podem ser necessárias alterações e ajustes no programa, com conseqüente identificação de alternativas operacionais, seleção da mais apropriada e implementação de ajustes.

A fase de execução é exatamente aquela em que as ações são implementadas e surgem as transações realizadas.

A relevância desta etapa do processo de gestão é grande porque através da mesma são materializadas as ações que conduzirão o gestor a alcançar os objetivos propostos. Nesta fase o que foi planejado “sairá do papel “ e se tornará realidade, conforme citado por Catelli (coord.) et al (1999, p.61):

É exatamente na fase de execução que as ações são implementadas e surgem as transações realizadas. Nesta etapa, procura-se alcançar os objetivos e metas estabelecidas no planejamento operacional de curto prazo, de forma a otimizar cada negócio/evento.

É na fase da execução que se efetiva a mutação do patrimônio como reflexo das ações que estão sendo tomadas pelo gestor para atingir os objetivos propostos conforme assertiva de Catelli (coord.) et al (1999, p.495):

Na fase de execução das atividades, são convertidos em ações físico-operacionais os planos anteriormente aprovados.

A execução das atividades planejadas se reveste de grande importância, pois é pelas decisões sobre os eventos, nesta fase, que o resultado econômico está sendo gerado: é aí que os recursos são consumidos e os produtos gerados. Mesmo que haja um planejamento anterior, o momento da execução das atividades físico-operacionais pode exigir novas decisões e estas decisões são as responsáveis, em última instância, pelas variações patrimoniais.

Esta fase irá alimentar o sistema de informação com os fatos administrativos do gestor conforme opinião de Santos (2000, p.123): "Na fase de execução, o sistema de informação registra e acumula os resultados das transações realizadas."

O registro dos fatos administrativos na Contabilidade durante o processo de execução é assim definido por Sá (1994, p.95): "Execução Contábil: Registro de documentos ou fatos contábeis."

É o momento no qual o gestor, com base nos objetivos propostos no planejamento financeiro, tomará as decisões que culminarão com o cumprimento dos objetivos propostos.

2.4 Controle

Última fase do processo de gestão, mas que permeia constantemente as outras duas fases. A função controle permite que o sistema de informação do gestor pessoa física seja retroalimentado continuamente, e que este tenha condições de avaliar se, em última análise, os seus objetivos estão sendo atingidos, pois conforme Horngren (1985, p.136) a essência do controle é o feedback, ou seja, a comparação do desempenho efetivo com o desempenho planejado.

Martins (2003, p.305) em sua publicação Contabilidade de Custos faz uma exemplificação bastante tempestiva da função controle inserida na gestão do patrimônio da pessoa física:

Uma forma simples de entendermos o amplo conceito de Controle talvez seja respondermos a uma indagação como esta: “Quando é que posso dizer que tenho controle da minha situação financeira particular (doméstica)?”

Para podermos concluir pela resposta correta, talvez tenhamos que formular e responder a outras indagações intermediárias: a) “Conheço a origem de cada receita e o destino de cada despesa minha?”; b) “ Estão eles dentro dos valores e limites deveriam estar?”; c) “ Quando algumas delas se desviam do comportamento que deveriam ter, tenho eu conhecimento rápido disso?”; d) “ Sou capaz de identificar também rapidamente a razão do desvio?” ; e) “ Tomo alguma atitude para corrigir esses desvios quando tenho condições de fazê-lo?”

Se as respostas a estas cinco indagações são afirmativas, podemos então tranquilamente agora responder à pergunta inicial. Afinal,

Controle significa conhecer a realidade, compará-la com o que deveria ser, tomar conhecimento rápido das divergências e suas origens e tomar atitudes para sua correção.

A função administrativa de controle assume relevância no processo de gestão, porque nada adianta ter o “mapa” mas não ter “bússola” que monitora o rumo constantemente.

Com relação à função controle Guerreiro (1989, p.249) opina:

O ato de planejar é, em essência, representado por um processo decisório voltado a um determinado horizonte de tempo futuro. O processo de controle é o meio que a administração dispõe para assegurar-se que a execução das atividades esta de acordo com os planos. Isso significa que as decisões que irão orientar os desempenhos e permitir o atingimento dos objetivos, já foram tomadas na fase de planejamento e que a ação de controle objetiva propiciar a conservação desses objetivos.

O planejamento e o controle baseiam-se, portanto, em duas premissas fundamentais:

- Não há controle se não houver planos;*
- O controle ocorre após e durante a execução das atividades, ou seja, avalia os desempenhos reais decorrentes da execução dessas atividades em relação às previstas.*

A função controle, apesar de aparentemente estar isolada na última fase, interage com as demais. Na fase de planejamento por exemplo, os objetivos podem ser mudados antes mesmo da execução ter sido realizada, em função de uma mudança no ambiente externo, sinalizado pela função controle.

Com relação a esta interdependência desta fase do processo com as demais, opinam Mosimann; Fisch (1999, p.115):

A última etapa do processo decisório, denominada controle, na realidade não ocorre por último, porque está associada a todas as fases do processo, Ocorre no planejamento, na execução e em si própria. Não há como dissociá-la das fases do processo decisório, razão pela qual pode-se considerar as demais fases, juntamente com o controle, como um grande modelo de controle.

Não faz sentido planejar se o que foi planejado não se constituir em uma diretriz para a execução, e, da mesma forma, não se deve planejar sem haver controle dos desvios em relação ao planejado e as causas desses desvios, e conseqüente tomada de ações corretivas. De outro modo, o controle deve incidir sobre o próprio processo de controle, para detectar se a forma como está sendo empregado está sendo eficaz.

Sobre a importância da função controle Owens (1937, p.75) exemplifica: “O controle das despesas de modo que os limites do orçamento não sejam excedidos é absolutamente necessário para que o orçamento tenha sucesso.”

Segundo Chiavenato (1994, p.436) o controle cumpre duas finalidades principais:

- a) *Correção de falhas ou erros existentes: controle serve para detectar falhas ou erros – seja no planejamento ou na execução – para apontar as medidas corretivas adequadas para saná-los.*
- b) *Prevenção de novas falhas ou erros: ao corrigir as falhas ou erros existentes, o controle aponta os meios necessários para evitá-los no futuro.*

Como visto neste capítulo, a Contabilidade atua no processo de gestão, nas etapas de planejamento, execução e controle, e tem como resultado a geração de um sistema de informação, cujo objetivo é subsidiar o gestor, em suas tomadas de decisões.

CAPÍTULO 3 - ESTRUTURA DA CONTABILIDADE APLICADA AO PATRIMÔNIO DA PESSOA FÍSICA

3.1 Entidade pessoa física

A Contabilidade, cujo objeto de estudo é o patrimônio das entidades tem um campo de atuação bastante diversificado conforme citado por Ludícibus (coord.) et al (1995, p 21):

*A Contabilidade, na qualidade de metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de **qualquer ente seja este pessoa física**, entidade de finalidades não-lucrativas, empresa, ou mesmo pessoa de Direito Público, tais como: Estado, Município, União, Autarquia etc., tem um campo de atuação circunscrito às entidades supramencionadas, o que equivale a dizer, muito amplo.(grifo nosso)*

Marion (1998, p.25) opina sobre a abrangência da Contabilidade e observa sobre a diferença conceitual entre pessoa física e jurídica:

A Contabilidade pode ser feita para Pessoa Física ou Pessoa Jurídica. Considera-se pessoa, juridicamente falando, todo ser capaz de direitos e obrigações.

***Pessoa Física** é a pessoa natural, é todo ser humano, é todo indivíduo (sem qualquer exceção). A existência da pessoa física termina com a morte.*

***Pessoa Jurídica** é união de indivíduos que, através de um contrato reconhecido por lei, formam uma nova pessoa, com personalidade distinta da de seus membros. As pessoas jurídicas podem ter fins lucrativos (empresas industriais, comerciais, etc) ou não (cooperativas, associações culturais, religiosas etc.).*

Normalmente, as pessoas jurídicas denominam-se empresas.(grifo do autor)

Observa-se que apesar de usualmente a Contabilidade ser considerada apenas a serviço das entidades pessoas jurídicas, a mesma possui um escopo bem mais abrangente ao ser elegível de utilização também pela entidade pessoa física, que poderão fazer uso desta poderosa ferramenta na gestão de seus patrimônios.

Esta pesquisa adotará a conceituação de patrimônio conforme citado por Ludícibus; Marion (2001, p.148): "Patrimônio: conjunto de bens, direitos e obrigações da empresa", considerando que o termo "empresa" utilizado pelos autores seja aplicado também aos usuários pessoas físicas.

Com relação ao termo "econômicos–financeiros" Ludícibus (2000, p.98) opina :

Assim, ouve-se com freqüência dizer que um dos objetivos da Contabilidade é o acompanhamento da evolução econômica e financeira de uma Entidade. No caso, o adjetivo "econômico" é empregado para designar o processo de formação de resultado, isto é, as mutações quantitativo-qualitativas do patrimônio, as que alteram o valor do Patrimônio Líquido, para mais ou para menos,

correntemente conhecidas como “receitas” e “despesas”. Já os aspectos qualificados como “financeiros” concernem, em última instância, aos fluxos de caixa.

Quanto ao termo “usuário” Iudícibus; Martins; Gelbcke (2000, p.42) observam que:

*Conceitua-se como usuário toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidades não lucrativas, **ou mesmo patrimônio familiar.** (grifo nosso)*

Já com o termo “entidade” Iudícibus; Martins; Gelbcke (2000, p.48) citam: “Entidades são conjuntos de pessoas, recursos e organizações capazes de exercer atividade econômica, como meio ou como fim.”

Hendriksen; Breda (1999, p.104) complementam:

*Um enfoque à definição da entidade contábil consiste em determinar a unidade econômica que exerce controle sobre recursos, aceita responsabilidade por assumir e cumprir compromissos e conduz a atividade econômica. Essa entidade contábil pode ser **um indivíduo**, uma sociedade por quotas ou uma sociedade por ações ou grupo consolidado envolvido em atividades com ou **sem fins lucrativos.**(grifo nosso)*

Marion (2002, p.38 e 40) especificamente para o conceito de Entidade Contábil observa que:

***Qualquer indivíduo**, empresa, grupo de empresas ou entidades, que efetue movimentações quantificáveis monetariamente, desde que*

haja necessidade de manter Contabilidade, será tratado como uma Entidade Contábil.(grifo nosso)

[...]

*A moderna teoria contábil vem evidenciar que não há necessidade de uma conotação jurídica, isto é, de personalidade jurídica (registro na Junta Comercial, Secretaria da Fazenda etc) para identificar-se uma Entidade Contábil. Uma sociedade irregular (de fato) pode, perfeitamente, ser uma Entidade Contábil. Um setor de uma empresa, desde que se identifique a necessidade de relatório contábil individualizado, destacando dos demais setores aspectos como receitas (vendas) e despesas, investimentos etc., pode ser tratado como uma Entidade Contábil ou Subentidade Contábil. **Uma pessoa física que, pela complexidade e volume de seus negócios, necessite manter Contabilidade para si, será tratada como uma Entidade Contábil.** O mesmo podemos dizer para uma Igreja, um Clube de Recreação, todas as entidades sem fins lucrativos etc.(grifo nosso)*

[...]

Quando se fala em Entidade Contábil, uma característica fundamental é a manutenção de registros contábeis destacando a Entidade como pessoa distinta das pessoas dos sócios (ou acionistas). Portanto, a Contabilidade objetiva relatar fatos contábeis concernentes à Entidade Contábil para os sócios e a outros usuários dos relatórios contábeis.

Assim, em uma atividade agropecuária, por exemplo, o contador deverá separar os gastos originados pelo negócio (Entidade Contábil), dos gastos do pecuarista (proprietário), sobretudo quando este

reside na própria fazenda. Se há um único medidor de consumo de luz na fazenda, a contabilidade terá como incumbência separar (embora não seja uma tarefa fácil) o que compete ao empreendimento do que foi consumido particularmente pelo proprietário. Se, em uma emergência, o sócio tirar dinheiro do bolso e pagar uma conta da empresa, a contabilidade registrará um empréstimo que a Pessoa Física está fazendo à Pessoa Jurídica ou à Entidade Contábil para que esta pague uma dívida. E se, em outra condição excepcional, o sócio utilizar dinheiro da firma, a contabilidade registrará em empréstimo da Entidade para o sócio. Portanto, a contabilidade não pode impedir certos fatos que, de início, venham ferir um princípio básico, mas sim estabelecer corretivos e, se possível, tentar disciplinar os sócios face às normas contábeis.

Os diversos usuários da informação contábil possuem interesses não consistentes entre si, em função da necessidade específica para o qual irão se utilizar da informação contábil, e dependendo de qual entidade esta sendo analisada. Por exemplo, o usuário pessoa física pode estar interessado nas Demonstrações Financeiras de uma entidade pessoa jurídica no qual exerça a sua atividade profissional como empregado, e estar interessado também nos demonstrativos que indiquem qual é seu atual patrimônio pessoal. Logo, um único usuário, com necessidades diferentes de informações, para o qual a Contabilidade buscará meios de atender.

Como complemento ao exemplo, fica evidenciado no Quadro 2, os diversos tipos de usuários das informações contábeis e o tipo de informação que estes usuários teriam interesse em receber.

Quadro 2: Tipos de Usuários versus Tipos de Informações

<i>Usuário da informação Contábil</i>	<i>Meta que deseja maximizar ou tipo de informação mais importante</i>
Acionista minoritário	Fluxo regular de dividendos
Acionista majoritário	Fluxo de dividendos, valor de mercado da ação, lucro por ação
Acionista preferencial	Fluxo de dividendos mínimos ou fixos
Emprestadores em geral	Geração de fluxos de caixa futuros suficientes para receber de volta o capital mais os juros, com segurança
Entidades governamentais	Valor adicionado, produtividade, lucro tributável
Empregados em geral como assalariados	Fluxo de caixa futuro capaz de assegurar bons aumentos ou manutenção de salários, com segurança; liquidez
Média e alta administração	Retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido; situação de liquidez e endividamento confortáveis

Fonte: Iudícibus (2000, p.21)

Neste quadro não é citado o usuário pessoa física com relação às suas necessidades de informações referentes ao seu patrimônio. Ele poderá ter as seguintes necessidades de informações:

- a) Orçamento de despesa e receita (projetado x realizado);
- b) Orçamento de Investimento (projetado x realizado);
- c) Posição patrimonial e de resultado;
- d) Fluxo de caixa projetado;
- e) Outras informações específicas.

As resoluções técnicas do Conselho Federal de Contabilidade (C.F.C.) e da Comissão de Valores Mobiliários (C.V.M.) também fazem referência em seus

pronunciamentos ao usuário pessoa física, conforme citado a seguir, através de trechos parciais das resoluções nas quais os mesmos são citados:

a) Princípios Fundamentais de Contabilidade – Resolução CFC N.º 750, de 29 de dezembro de 1993:

O PRINCÍPIO DA ENTIDADE

*Art. 4º O Princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a **uma pessoa, um conjunto de pessoas**, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por conseqüência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.(grifo nosso)*

b) Resolução CFC n.º 774 de 16 de Dezembro de 1994 – Aprova o apêndice à resolução sobre os princípios fundamentais de contabilidade.

1.2 – O Patrimônio objeto da Contabilidade

*O objeto delimita o campo de abrangência de uma ciência, tanto nas ciências formais quanto nas factuais, das quais fazem parte as ciências sociais. Na Contabilidade, o objeto é sempre o Patrimônio de uma Entidade, definido como um conjunto de bens, direitos e obrigações para com terceiros, **pertencente a uma pessoa física, a um conjunto de pessoas**, como ocorre nas sociedades informais, ou a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza,*

independentemente da sua finalidade, que pode, ou não, incluir o lucro.(grifo nosso)

c) *DELIBERAÇÃO CVM N. °. 29, DE 05 DE FEVEREIRO DE 1986 – aprova o pronunciamento do Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, sobre Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade:*

Todas as entidades merecem a atenção da Contabilidade, a saber:

- *empresas;*
- *órgãos governamentais;*
- *os governos federal, estadual e municipal;*
- *autarquias;*
- *sociedades de economia mista e companhias estatais;*
- *sociedades de finalidades não lucrativas;*
- ***patrimônios familiares ou individuais;***
- *fundos de investimentos;*
- *entidades financeiras bancárias e não bancárias;*
- *entidades cooperativas etc. (grifo nosso)*

Conforme a matéria "Conheça o Ibracon" disponível em: < <http://www.ibracon.com.br>> acesso em 29.04.2003 cita um breve histórico desta instituição:

O IBRACON, fundado em 13 de dezembro de 1971, sob a denominação de Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IAIB, através da fusão de dois Institutos então existentes: o Instituto dos Contadores Públicos do Brasil - ICPB, fundado em 26 de março de 1957; e o Instituto Brasileiro de Auditores Independentes - IBAI, fundado em 2 de janeiro de 1968.

Em 1 de Julho de 1982, assumiu a denominação de Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, após alteração estatutária, que permitiu maior abrangência de atuação e de interesses.

A partir de 8 de junho de 2001, o IBRACON passou a denominar-se "IBRACON - INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL", aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária daquela data.

Ludícibus (coord.) et al (1995, p.24) observam que as pessoas físicas devem se utilizar das técnicas contábeis para a gestão de seu patrimônio, com a seguinte assertiva:

A Contabilidade não deixa de desempenhar seu papel de ordem e controle das finanças também no caso dos patrimônios individuais. Frequentemente, as pessoas esquecem-se de que alguns conhecimentos de Contabilidade e Orçamento muito as ajudariam no controle, ordem e equilíbrio de seus orçamentos domésticos.

Franco (1997, p.36) defende a utilização da Contabilidade pelo usuário pessoa física, ao citar:

Daí se depreende que não é somente às entidades coletivas, formadas pela reunião de pessoas, que interessa a colaboração da Contabilidade, mas também aos indivíduos que, possuindo um patrimônio, uma riqueza individualizada, necessitem administrá-la e controlá-la. O patrimônio individual, quando administrado e em constantes mutações, caracteriza também a existência de entidade econômico-administrativa, campo de aplicação da Contabilidade.

A existência da Contabilidade decorre, pois, da necessidade de se conhecer e controlar os componentes e as variações do patrimônio,

que é a riqueza, individual ou coletiva, imprescindível à satisfação das necessidades humanas e à vida em sociedade.

Como observado tanto a literatura contábil como as normas contábeis, reconhecem a utilização da contabilidade na gestão do patrimônio das pessoas físicas.

3.2 Contabilidade financeira x contabilidade gerencial

A Contabilidade gerencial pode através de suas metodologias apoiar o usuário pessoa física em seu processo decisório, conforme citado por Ludícibus (1998, p.21) em conceito que se aplica perfeitamente ao usuário pessoa física:

A Contabilidade gerencial, num sentido mais profundo, está voltada única e exclusivamente para a administração da empresa, procurando suprir informações que se “encaixem” de maneira válida e efetiva no modelo decisório do administrador.

De maneira geral, portanto, pode-se afirmar que todo procedimento, técnica, informação ou relatório contábil feitos “sob medida” para que a administração os utilize na tomada de decisões entre alternativas conflitantes, ou na avaliação de desempenho, recai na contabilidade gerencial.

Para uma melhor visualização, entendimento, entre os objetivos da Contabilidade financeira e a Contabilidade gerencial, no Quadro 3 é demonstrado as principais características de cada uma.

Quadro 3: Contabilidade financeira x Contabilidade gerencial

FATOR	CONTABILIDADE FINANCEIRA	CONTABILIDADE GERENCIAL
Usuários dos relatórios	Externos e internos.	Internos.
Objetivos dos relatórios	Facilitar a análise financeira para as necessidades dos usuários externos.	Objetivo especial de facilitar o planejamento, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão internamente.
Forma dos relatórios	Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.	Orçamentos, contabilidade por responsabilidade, relatórios de desempenho, relatórios de custo, relatórios especiais não rotineiros para facilitar a tomada de decisão.
Frequência dos relatórios	Anual, trimestral e, ocasionalmente, mensal.	Quando necessário pela administração.
Custos ou valores utilizados	Primariamente históricos (passados).	Históricos e esperados (previstos).
Bases de Mensuração usadas para quantificar os dados	Moeda corrente.	Várias bases (moeda corrente, moeda estrangeira, moeda forte, medidas físicas, índices, etc).
Restrições nas informações fornecidas	Princípios contábeis geralmente aceitos.	Nenhuma restrição, exceto as determinadas pela administração.
Característica da informação fornecida	Deve ser objetiva (sem viés), verificável, relevante e a tempo.	Deve ser relevante e a tempo, podendo ser subjetiva, possuindo menos verificabilidade e menos precisão.
Perspectiva dos relatórios	Orientação Histórica.	Orientada para o futuro, para facilitar o planejamento, controle e avaliação de desempenho antes do fato (para impor metas), acoplada com uma orientação histórica para avaliar os resultados reais (para o controle posterior do fato).

Fonte: Padoveze (2000, p.118)

Neste quadro fica evidenciado que a Contabilidade Gerencial atende mais especificamente às necessidades do usuário pessoa física em suas demandas de

informações para tomada de decisões, não precisando de toda a formalidade exigida pela Contabilidade financeira, pois conforme citado por Padoveze (2000, p.116):

A Contabilidade Financeira está essencialmente ligada aos princípios de contabilidade geralmente aceitos. A Contabilidade Gerencial está ligada à necessidade de informações para planejamento, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão.

Anthony (1976, p.272), com relação a este assunto observa que:

O objetivo que rege a contabilidade financeira é fornecer informação a terceiros a fim de apresentar o desempenho da administração, enquanto o objetivo da contabilidade gerencial é ser útil ao pessoal interno. Os terceiros têm o direito de esperar que a informação que recebem seja preparada de acordo com definições e princípios geralmente aceitos, de outro modo, a informação será ininteligível. A administração, por outro lado, pode elaborar quaisquer outras regras e definições que julgue mais úteis para suas próprias necessidades, sem preocupar-se com o fato de elas se conformarem ou não com algum padrão externo.

Anthony (1976, p.272) resume a questão da seguinte forma: “Assim, a questão básica em Contabilidade Gerencial é a pragmática: 'É útil a informação?' – e não: 'Conforma-se ela aos princípios geralmente aceitos'?”

Apesar desta distinção entre Contabilidade financeira e Contabilidade gerencial é oportuno salientar que embora com objetivos específicos, a primeira atenda prioritariamente ao usuário externo, à entidade; e a segunda atenda ao usuário interno, ambas fazem parte de um todo que é a Ciência Contábil, conforme observado por (PADOVEZE, 2000, p.117).

Com relação à esta diferenciação Frezatti (1997, p.28) ensina:

*O nascimento do termo **contabilidade gerencial** (grifo do autor) é curioso, já que está ligado à percepção de que a contabilidade fiscal pouco serve para o tomador de decisão interno. Isto ocorre pelo fato de que o legislador e seus auxiliares que fazem cumprir a legislação se preocupam exclusivamente com o que lhes interessa em termos de informações contábeis, gerando distorções ou duplicidade de esforços nos relatórios que deveriam ter utilidade para o gestor da organização. Dessa maneira, os executivos do Brasil e de outros países em que o impacto tributário é muito forte precisam de informações específicas para o processo de tomada de decisão. Por uma questão de querer evitar duplicidade de esforços e mesmo de resultados, as definições fiscais acabaram prevalecendo sobre aquelas eminentemente técnicas, criando distorções para os demais usuários das informações que não o fisco. A contabilidade gerencial veio resgatar a adequação das informações para o acionista e os administradores. Tais informações são preponderantemente de origem e conotação financeira, embora não deva ser essa a exclusividade. Ao contrário, indicadores quantitativos não financeiros, cada vez mais, permitem aos executivos o entendimento e as ações. **Da mesma forma, para vários autores, os temas fluxos de caixa e contabilidade aparentam ser irreconciliáveis; significa que se existe o fluxo de caixa, ele nada tem que ver com a contabilidade. Caso a informação seja contábil, nada tem a ver com o fluxo de caixa.** (grifo nosso)*

Este tipo de abordagem leva em conta que o fluxo de caixa é um instrumento de utilidade para o tesoureiro da organização e as

*informações contábeis para a controladoria. Esse tipo de visão tem origem nas questões ligadas às limitações dos sistemas de informações de outrora, na formação e nas premissas de trabalho que os executivos das respectivas áreas têm. Entretanto, tal abordagem não mais deveria prevalecer a partir da existência dos sistemas computarizados integrados, os quais permitem aos usuários o convívio dentro de uma mesma **base de dados, viabilizando diferentes objetivos de informações.** (grifo nosso) Com isso se pode dizer que o fluxo de caixa projetado e real da organização se constitui em uma importante informação gerencial.*

Banco de dados significa para a contabilidade a coleta, análise, classificação e disponibilidade de informações que possam ser utilizadas por diversos usuários, independentemente da natureza periódica (conceitos, regras e premissas de utilização de que sejam aplicados).

Com base neste banco de dados contábil serão extraídos relatórios gerenciais para atender necessidades específicas do usuário pessoa física, em seu processo de tomada de decisão, com base, tanto no **Regime de Caixa** quanto no **Regime de Competência**, como será visto no item 4.6 Relatórios Contábeis.

A pessoa física criará o seu banco de dados através da escrituração dos fatos administrativos que ocorrerem durante o processo de gestão.

Poderá optar em ter um banco de dados com registros com base no regime de competência e regime de caixa simultaneamente ou manter os registros com base somente em um regime.

Caso opte apenas por um regime (caixa ou competência) e precisar tomar uma decisão que contemple o regime que não está previsto em seu banco de dados

poderá completar as informações com ajustes que poderão ter como base o inventário que deverá ser realizado na mesma data base da elaboração dos relatórios.

Neste contexto, o relevante é que o usuário pessoa física possa tomar decisões com relação à gestão de seu patrimônio da maneira mais segura possível, o que, aliás, vem sendo feito desde o começo das eras agrícolas e industrial, onde parte da informação necessária era fornecida por sistemas contábeis, conforme observado por Wilkinson e Cerullo apud Schmidt (2000, p.16).

A Comissão de Valores Mobiliários em sua Deliberação número 29 enfatiza também que o objetivo da Contabilidade é subsidiar o usuário em sua tomada de decisão conforme citação:

DELIBERAÇÃO CVM Nº 29, DE 05 DE FEVEREIRO DE 1986 –
aprova o pronunciamento do Instituto Brasileiro de Contadores -
IBRACON, sobre Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade.

1 OBJETIVOS DA CONTABILIDADE

A Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.

Compreende-se por sistema de informação um conjunto articulado de dados, técnicas de acumulação, ajustes e editagens de relatórios que permite:

a) tratar as informações de natureza repetitiva com o máximo possível de relevância e o mínimo de custo;

b) dar condições para, através da utilização de informações primárias constantes do arquivo básico, juntamente com técnicas derivadas da própria Contabilidade e/ou outras disciplinas, fornecer relatórios de exceção para finalidades específicas, em oportunidades definidas ou não.

A tomada de decisão deve ser efetuada com base em informação fidedigna, porque não adianta o usuário utilizar-se de uma informação que não tenha qualidade. A este respeito Sá, disponível em < [http:// www.lopesdesa.com.br](http://www.lopesdesa.com.br)> Acesso em 24.set.2002 observa: “Para a tomada de decisões, necessário se faz que os informes sejam baseados em realidade, ou seja, na fidelidade informativa.”

Com relação a este escopo da Contabilidade, de ser um forte subsídio para tomada de decisões, observam Perez Junior; Oliveira (2001, p.107):

A principal missão da Contabilidade de uma empresa, independentemente de sua natureza jurídica, objetivo social e de seu porte, é a de fornecer subsídios aos diversos usuários, para suas tomadas de decisões, assim como para o gerenciamento da atividade.

Com este propósito, a administração deve organizar abrangente sistema de dados e informações, de natureza econômica e financeira.

Nessas ocasiões, a Contabilidade deve assumir um papel da maior importância, ao ser organizada ou estruturada para:

- a) refletir os efeitos das ações dos administradores sobre o patrimônio da entidade;*
- b) acompanhar e avaliar os programas da entidade; e*
- c) orientar as análises e avaliações de desempenho dos setores incumbidos da execução daqueles programas e de seus responsáveis.*

Acredita-se que o autor ao citar: “A principal missão da Contabilidade de uma empresa...” não estava excluindo a entidade pessoa física. Como visto anteriormente o que ocorre é que pela atual dinâmica dos negócios a ponta visível da aplicação da Contabilidade são as entidades pessoas jurídicas, mas o que não exclui as pessoas físicas, pois o fato de não estar tão visível não quer dizer que não seja elegível de aplicação pela Ciência Contábil.

Para ratificar o posicionamento que a contabilidade subsidia o usuário na tomada de decisão Amat & Amat apud Pereira (1993, p.145 e 146) opinam: “La contabilidad es una de las tecnicas empresariales básicas utilizadas para controlar la empresa y facilitar la toma de decisiones...”

A Contabilidade possui um amplo campo de atuação na gestão do patrimônio da pessoa física, exercido através do controle do patrimônio, acompanhamento das variações patrimoniais e como subsídio para a tomada de decisões.

CAPÍTULO 4 - APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO DA PESSOA FÍSICA

4.1 Perspectiva histórica

Ciente que a Ciência Contábil tem como objeto de estudo o patrimônio das entidades é lógico inferir que desde o início da civilização humana ela esteve presente, inicialmente empiricamente, como bem observa Franco (1999, p.9):

Segundo historiadores, a Contabilidade nasceu, há milhares de anos, da necessidade do ser humano fazer simples anotações sobre o seu incipiente patrimônio, visando a conhecer seus bens e suas obrigações, bem como as variações sofridas por sua modesta riqueza patrimonial em determinado período. Essas anotações constituíram a primeira e mais elementar técnica contábil, que é a Escrituração.

A Contabilidade nasceu, portanto, com a própria civilização. Antes desta, o homem das cavernas vivia dos frutos naturais que colhia e dos animais que caçava, provendo diariamente suas necessidades básicas, de alimentação e vestuário. Para abrigar-se das condições climáticas e das intempéries, ele vivia nas cavernas. A partir do momento em que começou a entender que poderia colher os frutos e guardá-los por vários dias, bem como preservar as peles de animais que não utilizava no momento, ele iniciou a formação de seu primitivo patrimônio, que era bastante rudimentar. Nascia, posteriormente, a idéia de troca dos excedentes, com seus semelhantes, originando-se

daí o intercâmbio, que por muitos séculos foi a principal atividade do homem.

Um dos grandes marcos da Contabilidade foi a divulgação pelo Frade Luca Paciolo em sua obra “Suma de Arithmetica, Geometria, Proportioni e Proportionalita”, especificamente em seu Capítulo XII Tractatus de Computis et Scripturis, em meados de 1494, do Método das Partidas Dobradas, conforme citado por Franco (1994, p.6):

Hoje não há mais dúvidas de que as partidas dobradas não foram criação de Paciolo e nem se pode dizer que elas tiveram um inventor. Nasceram natural e espontaneamente, como conseqüência lógica da disposição de valores positivos e negativos no registro de riquezas e fenômenos patrimoniais. Paciolo teve o mérito de ordenar e expor didática e metodicamente sua aplicação, passando esse engenhoso sistema de registros contábeis a ser conhecido como Método das Partidas Dobradas, que se constitui no princípio fundamental da Escrituração Contábil.

O Método das Partidas Dobradas divulgado por Paciolo é utilizado até os dias atuais tanto pelas entidades pessoas físicas quanto pessoas jurídicas. É oportuno citar a utilização deste método até mesmo pelo grande gênio da humanidade, Michelângelo, conforme citado por Franco (1994, p.9):

Outros expoentes da inteligência do período da Renascença, como Leonardo da Vinci, por exemplo, amigo íntimo de Paciolo, também se manifestavam com admiração pela genialidade desse Método, de aparência tão simples, mas de tamanha engenhosidade. Conta-nos o historiador Frederico Melis, que o incomparável Michelangelo,

expoente máximo das artes - da pintura, da arquitetura e da escultura, além de seu talento para a poesia - também reconhecera os méritos das partidas dobradas, utilizando-as no registro de suas receitas e despesas pessoais, em seu livro Caixa.

Com relação à evolução histórica da Contabilidade, Marion (2002, p.32) cita:

Costuma-se dizer que a Contabilidade é tão antiga quanto a origem do homem. Se abriremos a Bíblia no seu primeiro Livro, Gênesis, entre outras passagens que sugerem a Contabilidade, observamos uma ‘ competição ‘ no crescimento da riqueza (rebanho de ovelhas) entre Jacó e seu sogro Lobão (mais ou menos 4.000 a C). Se a riqueza de Jacó crescia mais do que a de Lobão, para se conhecer este fato era necessário um controle quantitativo, por mais rudimentar que fosse.

O livro de Jó é considerado o mais antigo da Bíblia. Já no início deste livro há uma descrição exata da riqueza de Jó, nos mínimos detalhes. Isto mostra que Jó, considerado na época o homem mais rico do Oriente, tinha um excelente contador.

Também são conhecidos cuneiformes em cerâmica que relatavam as transações entre egípcios e babilônios, destacando-se pagamentos de salários e impostos (mais ou menos 3.000 a C).

A Contabilidade em seus primórdios atendia essencialmente a entidade pessoa física e seu núcleo familiar. Sua origem está, portanto, na pessoa física, e apesar de atualmente atender prioritariamente as entidades de direito público e privado, com sofisticções no sistema de informação e atendimento às normas societárias e fiscais, a Contabilidade aplicada à entidade pessoa física, desde sua origem é relevante para a eficaz gestão do patrimônio.

É possível perceber que com a atual dinâmica dos negócios, capitaneados em sua maioria pelas entidades pessoas jurídicas de grande porte, as entidades pessoas físicas se afastaram desta técnica e mesmo o pequeno e médios empresários não se dão conta de quão importante é esta matéria em suas vidas particulares e negócios.

A educação formal da matéria contábil pode contribuir socialmente, na medida em que instrua estes usuários como aplicar a Contabilidade na gestão das entidades sob sua responsabilidade.

Sobre a importância da educação formal, tanto pesquisadores contábeis, do passado quanto dos dias atuais, se posicionam.

A seguir as opiniões de D'Áuria autor da metade do século passado e Pereira pesquisador contábil atual:

D' Áuria (1958, p.9):

*De qualquer forma, o conceito da ordem administrativa do lar é de ser infundido **a todos os cidadãos**, para que se crie mentalidade de ordem administrativa, a começar pelos adolescentes, - nos cursos secundários-ginasianos, básicos de comércio e normais de magistério, e, em grau mais elevado, nas faculdades de filosofia, de economia e administração, de direito e engenharia. (grifo nosso)*

Presume-se pelo que foi escrito por D'Áuria que defendia a idéia que TODOS os cidadãos deveriam ter acesso ao conhecimento da matéria contábil.

Inicialmente uma formação básica nos cursos secundários-ginasianos e depois o autor especifica alguns cursos superiores (filosofia, economia, administração, direito e engenharia) onde o curso deveria ser aprofundado.

Mas, o que é significativo ressaltar é que TODOS deveriam passar pela educação básica em Contabilidade. A seguir o posicionamento do Prof. Anísio Candido Pereira.

Pereira (1983, p.15):

Tendo em vista que um dos fatores de maior importância para a análise contábil-financeira retrospectiva de uma análise de projeto diz respeito à fidedignidade das Demonstrações Contábeis, incluímos alguns casos de demonstrações irreais, para ressaltar as distorções encontradas, onde, muitas vezes, as normas e os próprios princípios contábeis são ignorados.

*Procuramos demonstrar, ainda, que isso ocorre, principalmente, na pequena e média empresa, **onde o empresário, na maioria das vezes, até mesmo ignora a contabilidade; isto simplesmente por desconhecê-la, deixando assim de utilizar-se de informações imprescindíveis às suas tomadas de decisões, que dela poderiam ser extraídas.** (grifo nosso)*

Pereira constata que sem uma formação em Contabilidade o empresário da pequena e média empresa, não pode se utilizar deste eficaz sistema de informação para as suas tomadas de decisões. Fica claro que a origem do problema é a falta de educação formal, geral, em Contabilidade.

Pereira (1983, p.102):

Entretanto, entendemos também que, além da profundidade teórica e da pesquisa científica, deveria haver, no Brasil, uma maior preocupação quanto à mudança de comportamento na aplicação e utilização da Contabilidade na Pequena e Média Empresas. E, para

isso, há necessidade de uma mudança de consciência do empresário brasileiro que, no mais das vezes, nem sabe o porquê da Contabilidade e das informações relevantes que dela podem ser extraídas, para auxiliá-los nas tomadas de decisões.

E como isso poderia ser feito?

A providência mais correta e mais lógica, a nosso ver, seria a educação contábil através do ensino da Contabilidade que, em nosso país, ainda deixa muito a desejar.

Dada a sua importância, defendemos aqui o nosso ponto de vista de que, em todo e qualquer curso superior, deveriam ser incluídas em seus currículos disciplinas da área contábil. É claro que, em áreas não afins, não seria necessária uma profundidade tal que tornasse o estudante um "expert"; o que importa não é o fato de o estudante conhecer todo o mecanismo da Contabilidade, mas que tenha uma noção razoavelmente bem-estruturada do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados, que lhe dê condições de entendê-los e interpretá-los.

*[...] Apesar de alguns cursos, como visto acima, já incluírem a Contabilidade em seus currículos, **estamos defendendo aqui a necessidade da sua inclusão em TODOS os cursos superiores.***

*Vamos ainda mais além. Achamos que, para sanar o problema emergente do alheamento contábil do empresário da Pequena e Média Empresas, **a Contabilidade deveria ser ensinada a partir da Quinta série do primeiro grau.***

Embora um tanto restrita, a própria Lei 5.692, de 11-08-71, que fixa as diretrizes e bases para o ensino, já prevê o ensino da

Contabilidade no segundo grau, sendo sua exigência principalmente relacionada à habilitação profissional do aluno, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados pela Secretaria da Educação.

O que sugerimos aqui é a inclusão indiscriminada, a partir da Quinta série - evidente que, inicialmente, com um enfoque bem elementar. À finalidade é a de que, quando concluísse o segundo grau, o aluno já teria absorvido boas noções de Contabilidade.

É sabido que no Brasil, por vários motivos, grande parcela de alunos não consegue ingressar ou concluir cursos superiores. É possível também que muitos desses alunos que abandonam a escola, hoje, se transformem nos empresários de amanhã.

Mas, dentro dessa nossa proposição, já teriam - em sua grande maioria - os conhecimentos mínimos de que significa a contabilidade e de qual auxílio ela lhes pode prestar.(grifo nosso)

Pereira defende que para equacionar o problema dos pequenos e médios empresários em sua falta de conhecimento da matéria contábil, com todos os impactos negativos que isto provoca em seus negócios e conseqüentemente na comunidade na qual a empresa está inserida é que o ensino de Contabilidade deva ser ministrado em TODOS os cursos superiores.

Aqui o que difere de D'Áuria é que este defendia seletivamente alguns cursos, ao contrário de Pereira que defende TODOS, diferenciando apenas pelo grau de complexidade, dependendo do curso.

Entretanto, os dois autores possuem o mesmo posicionamento quanto ao ensino fundamental. Ambos são favoráveis que a disciplina Contábil deva ser inserida também neste nível de ensino.

Esta iniciativa já pode ser notada de forma concreta na Inglaterra conforme citado por Segundo Filho (2003, p.30):

Ao contrário do que já acontece nos países desenvolvidos, onde o ensino da educação financeira é obrigatório desde a pré-escola, no Brasil ela não faz parte do universo da educação familiar e nem mesmo escolar. Desde setembro de 2000, a Inglaterra tornou obrigatório o ensino da educação financeira desde a pré-escola até o ensino médio.

D'Áuria estava preocupado com o patrimônio da entidade pessoa física, Pereira com o patrimônio da pessoa jurídica (pequenas e médias empresas), o que em última análise, a preocupação dos dois autores, nada mais é que o objeto de estudo da Ciência Contábil: o patrimônio das entidades.

Apesar de originalmente a Contabilidade ter como foco os usuários pessoas físicas e seus pequenos negócios familiares, com a crescente evolução econômica da civilização e surgimento das corporações, que hoje, tem atuação mundial, a Ciência Contábil foi prioritariamente direcionada para as médias e grandes empresas, que independentemente de outros fatores, são obrigadas à manter registros contábeis por imposições legais e fiscais.

No entanto, a Ciência Contábil de forma inequívoca pode e deve atender aos usuários pessoas físicas e pequenos e médios empresários e o caminho sugerido por pesquisadores contábeis, conforme citado anteriormente, é pela educação formal obrigatória do ensino de Contabilidade.

4.2 Planejamento tributário

Uma das maneiras pela qual a Contabilidade pode oferecer soluções ao usuário pessoa física é em seu planejamento tributário, pois a complexidade na apuração e recolhimento dos impostos é uma realidade no cotidiano das pessoas físicas e estes são cada vez mais sofisticados, conforme citado por Cei (1994, p.18): " [...] sofisticam-se as forma de cálculo do tributo (Imposto sobre a Renda), a elaboração de relatórios de prestação de contas (Declarações, tipos de recolhimento, etc) [...]"

A apuração correta do Imposto de Renda em função de sua relevância em relação ao patrimônio da pessoa física, pois o seu pagamento representa uma despesa, já justifica a manutenção em ordem da documentação doméstica e a elaboração de relatórios contábeis, para subsidiar o gestor na adequada apuração do imposto.

Desta forma evita-se pagar imposto indevido, com a conseqüente redução desnecessária do patrimônio ou o pagamento à menor, que gera uma contingência fiscal. Todo este cuidado justifica-se em função da alta carga tributária prevista na legislação fiscal brasileira, conforme observa Segundo Filho (2003, p.73):

O sistema tributário brasileiro caracteriza-se por uma alta taxação sobre a renda do trabalho e sobre o consumo, enquanto a renda do capital suporta uma carga tributária bem menor. No Brasil, quem realmente paga imposto é aquele que vive de salário, principalmente a classe média. Fala-se muito em justiça fiscal , em se taxar mais a renda do capital, principalmente as grandes fortunas, mas isso fica apenas no discurso dos políticos. A reforma tributária que tornaria o

atual sistema tributário mais justo e menos burocrático vem sendo adiada indefinidamente.

Segundo dados do IBGE, desde 1990, quando a carga tributária era de 32,15%, ela vem crescendo gradativamente à medida que o governo cria novos tributos e contribuições ou aumenta as alíquotas dos existentes. Atualmente, a carga tributária no Brasil está próxima dos 35% do PIB, uma das mais altas do mundo.

Com relação à significativa carga tributária Frankenberg (1999, p.187) opina:

Entre os estudiosos do assunto, há muitas divergências sobre quais os impostos e tributos que incidem direta e indiretamente sobre as atividades exercidas pelo cidadão pessoa física, em nosso país. Alguns economistas chegam a enumerar uma incidência máxima de quase 30% sobre a soma dos produtos essenciais e toda a sorte de serviços oferecidos. Essa incidência é uma das mais elevadas do mundo.

A adequada gestão do patrimônio subsidia a pessoa física em suas decisões com relação aos tributos, entre eles, o imposto de renda, tornando o processo mais eficiente e eficaz, conforme opinião de Somoggi (2003, p.5):

*Todo ano é a mesma coisa. Quando abril chega, o Leão ruge e corremos para acertar as contas com o Fisco. Na pressa, entregamos a declaração sem ter tomado os cuidados necessários para, em primeiro lugar, pagar menos imposto de renda e, em segundo, não cair na malha fina. **O fato é que, com planejamento, dá para obter sucesso nas duas empreitadas.** (grifo nosso)*

O Planejamento Tributário, como visto, é uma maneira legal de proceder a gestão dos impostos no sentido de se maximizar a redução do imposto devido, conforme opinião de Somoggi (2003, p.12): "A boa notícia é que, apesar da pequena margem de manobra, há uma série de recursos - **absolutamente legais**, é claro - para que a conta com a Receita Federal fique menor." (grifo nosso)

A este respeito Gitman; Joehnk (1996, p.15) opinam que o planejamento apóia o gestor na diminuição da carga tributária e ou em seu diferimento. E quanto ao poder aquisitivo dos usuários pessoas físicas que poderão beneficiar-se deste planejamento ensinam: " Apesar de ser muito considerado para pessoas físicas com renda alta e poupança ele também produz resultados para pessoas de baixa renda."(GITMAN; JOEHNK, 1996, p.15)

Com relação ao planejamento fiscal aplicado à pessoa física Frankenberg (1999, p.198) cita:

Enquanto o país vivia sob a influência constante da inflação e dos aumentos aparentes da rentabilidade decorrentes da correção monetária, os impostos em geral não eram levados seriamente em consideração. A inflação, a correção monetária e o aumento da quantidade de zeros nas transações deixavam as pessoas com a falsa sensação de um aumento patrimonial. A questão fiscal tornava-se secundária.

Na atualidade, com uma economia estável e com pouca ou nenhuma inflação, pagar 10% ou 20% de imposto de renda na fonte, comparado, por exemplo, com a alíquota de 27.5 % na declaração de reajuste anual, passa a adquirir uma nova importância. Tal qual as pessoas jurídicas, as pessoas físicas devem começar a prestar maior atenção às vantagens e desvantagens de certos negócios do

mercado financeiro e de capitais vistas sob o aspecto puramente fiscal. Estando chegando à era do planejamento fiscal para a pessoa física.

Sobre este assunto BEI Comunicações (2000, p.228) opina:

Pagam-se impostos – ou melhor, tributos e contribuições – em praticamente todos os movimentos no mercado financeiro, como em tudo em nossa sociedade.

Isso quer dizer que uma parte de tudo que você ganha fica com o governo.

*Essa parceria com o poder público existe em todo lugar do mundo, não adianta torcer o nariz. O importante é entender de quanto é a ‘ participação governamental ‘ e tentar reduzi-la ao mínimo, **sem desobedecer à lei**, para que sobre mais para você no final. (grifo nosso)*

Kronberg (2002, p.54) exemplifica um caso de planejamento fiscal:

O planejamento fiscal e tributário visa reduzir o impacto fiscal sobre a gestão do patrimônio. Caso típico é a pessoa física proprietária de bens imóveis. O imposto de renda incidente sobre os alugueres atinge a alíquota máxima de 27,5% (segundo norma vigente do RIR/1999 art.79). Entretanto, se os mesmos bens pertencerem à pessoa jurídica, e esta houver optado pela tributação do lucro real, sobre o montante de alugueres percebidos incidirão os seguintes tributos federais: PIS – Programa de Integração Social, a alíquota de 0,65%; COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, a alíquota de 3%; além do imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido, incidente esses dois últimos apenas sobre a base de cálculo que é o lucro líquido. Ao

final isto traz uma economia em mais de 50% do montante a pagar, mesmo com as contribuições sindicais anuais (que têm como base de cálculo o capital social, e montante sobre folha de pagamento).

Ressalta-se que o Planejamento Tributário reveste-se de complexidade jurídica em função do ordenamento jurídico vigente no país, conforme observado por Kronberg (2002, p.16):

A proteção de bens está intimamente ligada ao Direito Privado, entretanto são diversas as pessoas físicas e até mesmo jurídicas que se utilizam da proteção de bens para evitar com que seus bens sejam expropriados judicialmente por dívidas com particulares e/ou pelo fisco.

*Um amplo espectro constitui os fatores desta preocupação, uma vez que os bens estão sujeitos à perda ou expropriação; entre os quais se destacam **carga tributária excessiva**, falecimento de pessoas físicas, dívidas, fianças e avais, sentenças condenatórias, que perseguem o patrimônio.*

Sem sombra de dúvida, para qualquer cidadão , a gestão tributária é extremamente complexa. Por previsão da Lei de Introdução do Código Civil, em seu artigo 3.º, ninguém pode se escusar de cumprir a Lei sob alegação de desconhecimento. Desta forma, o poder público pode exercer, por presumida legitimidade, a autoexecutoriedade das dívidas de naturezas tributárias e sancionatórias, exigindo de forma imperiosa seu pagamento, nem que seja pela expropriação de bens. (grifo nosso)

Como visto, o Planejamento Tributário é extremamente relevante na gestão do patrimônio e as técnicas contábeis servirão de apoio à sua elaboração e

execução, sem deixar de considerar, contudo, todo o aspecto jurídico envolvido nesta questão.

4.3 Inventário

A premissa para iniciar-se um planejamento financeiro é que primeiro o gestor elabore um levantamento de todo o seu patrimônio em determinada data base, que corresponda adequadamente à posição patrimonial que será administrada.

Com relação ao conceito de inventário D' Áuria (1958, p.113) opina:

Conhecer tudo quanto se relaciona com a existência de bens econômicos, créditos e direitos pecuniários, - ativo; - conhecer os débitos e outras obrigações , - passivo; e determinar o estado de fortuna da família , - patrimônio líquido; - são atos necessários para indicar a situação econômico-financeira. É o que, em administração e contabilidade, se chama inventário.

Para a definição de inventário, Franco (1997, p.160) observa: “O inventário é a descrição analítica e específica de todos os elementos patrimoniais. É a relação de tudo o que compõe o patrimônio.”

A importância da função inventário foi destacada por Frankenberg (2002, p.45), especificamente ao retratar as dívidas do gestor pessoa física, ao exemplificar como as mesmas devem ser organizadas e visualizadas:

Agora você terá de pôr as mãos na massa, ou seja, gastar algumas horas fazendo a sua própria contabilidade, mesmo não sendo contador ou administrador de empresa.

Para muitas pessoas, essa é a parte mais enfadonha, pois não estão acostumados a se organizar. Se você é uma delas, crie coragem. Quem não sabe os bens e ativos que possui, tampouco pode, querer conhecer e pagar as suas dívidas e muito menos estabelecer objetivos claros direcionados para aquilo que deseja alcançar na vida.

A preparação de um planejamento eficaz passa necessariamente pelo inventário, porque tão importante quanto definir os objetivos a serem alcançados no futuro é determinar, no presente, exatamente o ponto de partida.

4.4 Plano de contas

Uma maneira de facilitar o controle das receitas, despesas, itens de ativo e passivo, é classificá-los através de grupos afins por natureza de despesas, receitas, ativos e passivos, determinando um plano de contas, que conforme Guerreiro (1989, p.298) é à base de dados para identificação dos itens/fatores de acordo com sua natureza.

Quanto ao conceito de Plano de Contas, Marion (1998, p.93) opina:

Plano de contas é o agrupamento ordenado de todas as contas que são utilizadas pela contabilidade dentro de determinada empresa. Portanto, o elenco de contas considerado é indispensável para os registros de todos os fatos contábeis.

Cada empresa, de acordo com a sua atividade e seu tamanho (micro, pequena, média ou grande), deve ter o seu próprio Plano de Contas. Não há razão, por exemplo, para uma empresa prestadora de

serviços relacionar uma conta de "Estoque" no seu Ativo Circulante, pois, normalmente, não realiza operações com mercadorias.

Assim também não há necessidade de constar do Realizável a Longo Prazo de uma pequena empresa a conta "Empréstimos Concedidos a Empresas Coligadas" se não existir nenhuma coligada.

Um Plano de Contas, portanto, deve registrar as contas que serão movimentadas pela contabilidade em decorrência das operações da empresa ou, ainda, contas que, embora não movimentadas no presente, poderão ser utilizadas no futuro.

Quanto ao conceito e metodologia de uso do plano de contas, Franco (1997, p.123 e 124) ensina:

O plano de contas é um dos aspectos mais importantes da organização contábil, e destina-se a orientar o registro das operações, oferecendo a vantagem de uniformização das contas utilizadas em cada registro.

Esse plano consiste de um elenco de todas as contas que se prevê serem necessárias aos registros contábeis de uma entidade. Compreende-se, contudo, que ele não pode ser rígido e inflexível, devendo, pelo contrário, permitir alterações que se mostrarem necessárias por ocasião de sua utilização.

A boa organização do plano facilita grandemente a utilização das contas, porquanto na classificação geral cada conta é identificada por um código que a distingue das demais. A codificação poderá ser numérica ou alfabética, ou ainda utilizar a combinação de letras e números. Quando numérica, pode obedecer a critério decimal ou centesimal, para indicar os grupos de contas e suas subdivisões.

Assim, se as contas do ativo receberem o prefixo 1 e as do passivo o prefixo 2, toda vez que encontramos uma conta cujo número se inicie por 1 sabemos que se trata de conta do ativo e quando iniciada pelo número 2, trata-se de conta do passivo, e assim por diante.

Com relação aos princípios gerais que devem ser observados na elaboração de um plano de contas, Franco (1997, p.137 e 138) cita:

Princípios gerais que são comuns a todas as classificações:

a . o plano deve ser completo e atender às necessidades específicas de cada empresa;

b. a classificação deve partir sempre dos grupos mais gerais para os mais particulares (temos, por exemplo, o grupo genérico do ativo, que se subdivide em grupos cada vez mais específicos);

c. os títulos utilizados para as contas devem indicar com clareza o que elas vão representar, assim como o grupo mais geral a que pertencem;

d. além dos títulos, as contas devem também ser identificadas por um código;

Quando o registro é feito através de computador, basta a indicação do código da conta, sendo seu título identificado através do livro "Registro de Códigos de Números ou Abreviaturas";

e. deve-se deixar sempre margem para ampliações, atendendo-se a possíveis necessidades futuras;

f. as contas devem, sempre que possível, ser classificadas na mesma ordem e nos mesmos grupos em que elas devem aparecer nas demonstrações contábeis- especialmente no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício - para facilitar a elaboração destas.

A seguir é demonstrada uma sugestão para um Plano de Contas simplificado a ser utilizado pela pessoa física, usando a seguinte numeração: 1 para as contas de Ativo, 2 para as contas do Passivo, 3 para a conta de Riqueza Líquida, 4 para todas as contas de Receita e 5 para as Despesas.

PLANO DE CONTAS

- 1 ATIVO
 - 1.1 Ativo Circulante
 - 1.1.1 Caixa
 - 1.1.2 Bancos conta movimento
 - 1.1.3 Aplicação curtíssimo prazo
 - 1.1.4 Aplicações financeiras
 - 1.1.5 Salário/férias a receber
 - 1.1.6 Empréstimos concedidos
 - 1.2 Ativo Realizável a Longo Prazo
 - 1.2.1 Empréstimos concedidos
 - 1.3 Ativo Permanente
 - 1.3.1 Investimento
 - 1.3.1.1 Aplicações financeiras
 - 1.3.1.2 Aplicações mercado acionário
 - 1.3.1.3 Depósitos FGTS
 - 1.3.1.4 Depósitos previdência privada
 - 1.3.1.5 Imóvel de aluguel
 - 1.3.1.6 Jóias
 - 1.3.1.7 Título do clube

- 1.3.1.8 Aplicação financeira – fundo de reposição
- 1.3.2 Imobilizado
 - 1.3.2.1 Imóvel de uso da família
 - 1.3.2.2 Imóvel de recreação
 - 1.3.2.3 Veículo motorizado
 - 1.3.2.4 Depreciação acumulada (conta retificadora de Ativo)

2 PASSIVO

2.1 Passivo Circulante

- 2.1.1 Aluguel
- 2.1.2 Condomínio
- 2.1.3 Água
- 2.1.4 Luz
- 2.1.5 Gás
- 2.1.6 Telefone
- 2.1.7 Empregada doméstica
- 2.1.8 Cartão de crédito
- 2.1.9 Financiamentos
- 2.2 Passivo Exigível a Longo Prazo
 - 2.2.1 Empréstimos bancários
 - 2.2.2 Financiamento de imóvel

3 RIQUEZA LÍQUIDA

4 RECEITA

4.1 Salário

4.1.1 INSS (conta retificadora de receita)

4.1.2 IRRF (conta retificadora de receita)

4.1.3 Outros Descontos (conta retificadora de receita)

4.2 Rendimento de investimentos

4.3 Aposentadoria

4.4 Ganhos de capital

4.5 Aluguéis

5 DESPESAS

5.1 Habitação

5.2 Alimentação

5.3 Transporte

5.4 Saúde e cuidados pessoais

5.5 Educação

5.6 Vestuário

5.7 Depreciação

5.8 Despesas diversas

A metodologia proposta pela Contabilidade de agrupar receitas e despesas, ativos e passivos afins em contas de mesma natureza, é extremamente eficaz para organizar os registros, que servirão de subsídio para a elaboração de relatórios que por sua vez serão utilizados na tomada de decisões.

4. 5 Escrituração

A escrituração é a técnica contábil que objetiva registrar todas as ações dos gestores. D' Áuria (1958, p.133) exemplifica a finalidade da escrituração doméstica:

É insuficiente a memória humana, para reter todos os fatos da administração doméstica, com exatidão específica, quantitativa e respectivos valores em moeda. Criou-se o processo contábil, para suprir essa deficiência. A contabilidade, além da função cooperadora, como auxílio à administração efetiva, exerce a função escritural, que lhe é peculiar, anotando, metódicamente, os fatos, em tôdas as suas particularidades e, com isso, oferece ao gestor de negócios valiosas informações que o guiam em seus atos, dando-lhe notícias exatas a respeito do comportamento do estado de riqueza da família e do andamento dos seus rendimentos e gastos.

Com relação à terminologia atos e fatos administrativos Ludícibus; Marion (2001, p.21 e 91), ensinam:

Ato administrativo - ato realizado pela administração da empresa e que não altera seu patrimônio.

Fato administrativo - ação que provoca mudanças no patrimônio da empresa.

O registro contábil serve, portanto, como um histórico de todas as movimentações ocorridas no patrimônio da entidade no qual o gestor estiver atuando, no sentido de subsidiar a elaboração de relatórios que servirão de apoio à tomada de decisões.

Segundo o CFC - Conselho Federal de Contabilidade em sua Resolução 563/83 que aprovou a NBC T-2 Da Escrituração Contábil, prevê em seus itens 2.1.1 e 2.1.2:

2.1.1 - A Entidade deve manter um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, através de processo manual, mecanizado ou eletrônico.

2.1.2 - A escrituração será executada:

- a) em idioma e moeda corrente nacionais;*
- b) em forma contábil;*
- c) em ordem cronológica de dia, mês e ano;*
- d) com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens;*
- e) com base em documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.*

Com relação à escrituração, Franco (1996, p.90), opina:

Escrituração é o registro dos fatos contábeis segundo as normas da Contabilidade, executado em livros, fichas ou formulários requeridos pela técnica contábil e pelas legislações fiscais e comerciais.

Os livros, fichas ou formulários variam de acordo com a necessidade de cada empresa, segundo seu tamanho e natureza de sua atividade.

Vários são os sistemas de escrituração que podem ser adotados pelas empresas, porém todos eles devem atender aos princípios gerais de Contabilidade, às necessidades da empresa e às exigências legais.

Especificamente com relação à vantagem de se escriturar as despesas Owens (1937, p.82) observa: “ Uma vantagem principal do registro da despesa é que

fornece um registro detalhado simples, prontamente acessível de compras passadas. É um registro íntimo do passado financeiro da família.”

A entidade pessoa física não precisará de todo o formalismo requerido pela Norma Brasileira de Contabilidade, bastando que os fatos administrativos do gestor pessoa física sejam registrados com relativa ordem, através de meio manual (caderno, fichas, etc) ou eletrônico através do uso de softwares mais específicos.

4.6 Relatórios contábeis

Dentre as técnicas contábeis aplicadas na gestão do patrimônio das pessoas físicas destacam-se os relatórios contábeis, que representam no cotidiano do usuário pessoa física, a ferramenta que terá ao seu dispor para a tomada de decisões.

Estes relatórios são elaborados com base no “banco de dados” que para a pessoa física é o local físico no qual são escriturados os fatos administrativos ou apuração de valores através de inventário em determinada data base.

Ludícibus; Marion (2000, p.21) opinam o seguinte com relação ao relatório contábil:

Relatório contábil é a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela Contabilidade. Ele objetiva relatar às pessoas que utilizam os dados contábeis os principais fatos registrados por aquele setor em determinado período. Também conhecidos como informes contábeis, distinguem-se em obrigatórios e não obrigatórios.

*Os relatórios obrigatórios são aqueles exigidos por lei, sendo conhecidos como **demonstrações financeiras**. São exigidos na*

totalidade para as sociedades anônimas e, parte deles, estendida a outros tipos societários, através do Imposto de Renda.

Os relatórios contábeis não obrigatórios, evidentemente, são aqueles não exigidos por lei, o que não significa que sejam menos importantes. Há relatórios não obrigatórios imprescindíveis para a administração. (grifo dos autores)

Os relatórios contábeis obrigatórios conforme determina a lei societária, Lei 6.404/76, para as Sociedades Anônimas, segundo Ludícibus; Marion (2000, p.21) são:

- *Balanco Patrimonial;*
- *Demonstração do Resultado do Exercício;*
- *Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;*
- *Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos*

Neste trabalho, será apresentado, o conceito e maneira de elaboração dos relatórios não obrigatórios denominados Orçamento Doméstico e Fluxo de Caixa, bem como serão adaptados os conceitos e forma de apresentação dos seguintes relatórios contábeis previstos na legislação societária: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.

Os quatro relatórios anteriormente citados serão formulados, tendo como base os conceitos da Contabilidade gerencial, pois serão apresentados como relatórios de apoio à decisão, sem todo o formalismo exigido pela Lei Societária, mesmo por que a relação custo benefício estaria comprometida, caso fosse utilizado todo o formalismo requerido pela lei societária.

4.6.1 Orçamento doméstico

4.6.1.1 Conceito e aplicação

A utilidade da elaboração do orçamento foi citada indiretamente por Aristóteles em suas obras “Econômica” e “Retórica” respectivamente, conforme apud D’ Áuria (1959, p.23):

Aristóteles em sua obra Econômica:

“em primeiro lugar se deve considerar que as despesas não devem ser maiores que as receitas.”

Aristóteles em sua obra Retórica:

“quem pretende reger administração deve conhecer as receitas públicas, quantas e quais sejam, para que possa aumentá-las, se necessário. Além disso, deve conhecer todas as despesas do Estado para que possa eliminar as supérfluas, diminuindo-as, se possível. Isso, porque se enriquece, não só aumentando as receitas, mas também diminuindo as despesas.”

A aplicação dos orçamentos para as pessoas físicas também foi considerada válida por Horngren (1985, p.117) quando cita:

*É claro que os orçamentos também podem ser usados a **nível individual**. Por exemplo, um aluno pode fazer um orçamento detalhado ou geral do que gastará com alimentação na próxima semana ou mês, das horas de estudo antes das provas, e assim por diante. (grifo nosso)*

Franco (1997, p.165) opina da seguinte forma com relação ao orçamento:

Orçamento é um ato de previsão da gestão econômico-administrativa de determinado exercício.

Constitui demonstração de grande importância na orientação administrativa, pois a previsão é feita com base nos resultados da gestão de exercícios anteriores e serve como norma de ação para exercícios futuros.

O orçamento está intrinsecamente ligado ao planejamento, execução e controle, na medida que determina em valores quais objetivos deverão ser alcançados pelo gestor (planejamento) e através da comparação com os valores reais (*executado*) identifica as ações de correção que deverão ser adotadas (controle), caso seja necessário.

Frezatti (2000, p.36) faz a seguinte análise com relação ao orçamento, planejamento e controle, que é válida para o gestor pessoa física:

Uma abordagem adequada do planejamento de negócios é aquela que considera o orçamento como a forma de controle do resultado futuro. Planejar sem controlar é uma falácia e desperdício de tempo e energia. Significaria que energia foi despendida pelos executivos decidindo o futuro, sem que se possa saber se os objetivos estão sendo atingidos. O controle é fundamental para o entendimento do grau de desempenho atingido e quão próximo o resultado almejado se situou em relação ao planejado. Uma vez atingida tal etapa, é possível redirecionar, enfatizar, ajustar as ações para atingir os objetivos previamente traçados. De maneira geral, embora os enfoques de planejamento e controle possam ser distintos em termos

de ênfase e mesmo foco, o planejamento precede o controle em termos de desenvolvimento dentro das organizações. Significa que uma organização sem um complexo e detalhado processo de planejamento pode desenvolver controle adequado; contudo os dois processos, por estarem inevitavelmente ligados, têm impactos mútuos, fazendo com que o desenvolvimento do planejamento traga o próprio aperfeiçoamento do controle e vice-versa.

Se o controle orçamentário é a forma de realimentar o sistema de planejamento, dependendo do grau e sofisticação deste último, ele pode ser estruturado de maneira flexível ou rígida, complexa ou simplificada, centralizada ou participativa.

Outro aspecto significativo na elaboração do orçamento doméstico é o comportamental, conforme citação de D' Áuria (1958, p.126 e 127):

A prática dos orçamentos familiares é de relevante alcance. Além da regularidade do movimento monetário decorrente das previsões de rendimento e despesa, o quadro orçamentário produz efeitos de ordem econômica, - porque predispõe à limitação dos gastos e força à obtenção dos recursos, - e também de ordem moral e educativa, - porque disciplina o comportamento da gestão familiar

Analisando este aspecto comportamental Eid Junior (2001, p.21) observa que:

A análise criteriosa das despesas tem dois objetivos básicos:

- *Descobrir com o que se gasta dinheiro;*
- *Induzir a pessoa criar hábitos mais saudáveis no que se refere às finanças.*

A exemplo dos orçamentos preparados pelas empresas, a elaboração do orçamento doméstico, não é o antídoto para todos os problemas que o gestor deverá equacionar; como por exemplo, a falta de recursos para atingir a todos os objetivos propostos; mas inegavelmente é um eficaz instrumento de orientação para tomada de decisões, conforme opina Cei (1985, p.98):

Deve-se ressaltar que o Orçamento não representa uma solução para os problemas financeiros das famílias, mas é um instrumento útil para analisar e auxiliar a busca de soluções para o problema do uso do dinheiro. Não é a utilização do Orçamento que fará aumentar o nível de renda, mas ajuda a restringir ou racionalizar os gastos. Auxilia a busca de alternativas para o aumento de recursos financeiros através da venda de bens, do aumento de passivo com novos empréstimos e financiamentos, de aumento da renda mensal, etc.

A exposição de motivos para que a pessoa física elabore seu orçamento doméstico, já foi observado em obra editada no começo do século passado, conforme citado por Cleser (1913, p.43 e 44), no qual fica implícita também a utilização da contabilidade como suporte para a tomada de decisões:

Logo ao começo de sua vida conjugal o joven casal procure fixar a somma que pode gastar na manutenção de sua casa. As despesas devem estar em razoável relação com a receita e desde o primeiro dia deve datar o empenho de economizar uma quantia mensal, embora pequena. (...)

Para que o chefe da casa tenha sempre uma idéa exacta sobre o emprego do dinheiro, é indispensável que elle e sua mulher registrem

diariamente as despesas, sem exceptuar as mais insignificantes; nunca deve aparecer a menor duvida, nem sobre o emprego de alguns nickéis sequer. No fim do mez deduzirão as despesas da receita e terão a prova mais eloqüente se souberam ou não conservar-se nos limites de uma sabia economia. Aconselho que examinem com cuidado todas as parcellas e cortem no próximo mez as despesas que reconhecerem como supérfluas. Uma dona de casa caprichosa colleccionará estes livros como preciosos documentos que ora lhe fornecerão agradáveis recordações de uma viagem, de um divertimento, etc., ora lhe ministrarão informações precisas sobre preços e gastos geraes.

Dentre os princípios válidos para a implantação de um orçamento Padoveze (1997, p.354) cita:

- a) [...]
- b) *Orientação para objetivos: o orçamento deve se direccionar para que os objetivos da empresa sejam atingidos eficiente e eficazmente.*
- c) [...]
- d) *Expectativas realísticas: para que o sistema seja motivador, deve apresentar objetivos que sejam desafiadores, mas passíveis de serem cumpridos.*
- e) *Aplicação flexível: o sistema orçamentário não é um instrumento de dominação. O valor do sistema está no processo de produzir os planos, e não nos planos em si. Assim, o sistema deve permitir correções, ajustes, revisões de valores e planos.*
- f) [...]

No item “b”, o autor cita “empresa”, porém conforme visto durante o presente trabalho, este conceito pode ser aplicado perfeitamente à pessoa física, pois a mesma enquanto entidade tem objetivos a serem atingidos, tanto quanto a pessoa jurídica.

Com relação à finalidade do orçamento, Horngren (1985, p.117) opina:

O orçamento visa, basicamente, a dirigir a atenção, pois ajuda os administradores a se concentrarem em problemas operacionais ou financeiros com uma antecedência suficiente para o planejamento ou a ação eficaz.

A periodicidade do orçamento poderá ser de curto ou longo prazo, dependendo de sua finalidade, conforme citado por Horngren (1985, p.119):

O horizonte do planejamento pode ir de um ano ou menos a muitos anos, dependendo dos objetivos do orçamento e das incertezas existentes. Os orçamentos a longo prazo, chamados de orçamentos de capital, são quase sempre preparados para determinados projetos como, por exemplo, compras de equipamentos, localização de fábricas e introdução de linhas de produto. Os orçamentos gerais, que consolidam os planos globais de uma organização num prazo mais curto, são geralmente preparados anualmente. O orçamento anual pode ser subdividido em orçamentos mensais ou, talvez, em orçamentos mensais no primeiro trimestre e orçamentos trimestrais nos três trimestres restantes.

O orçamento de longo prazo poderá ser o de capital que para a pessoa física pode estar representado pela formação de poupança por um período de mais de um ano com o objetivo de aquisição de imóvel, troca do carro, etc. ou para formação de

poupança com o objetivo de complementar rendimento na aposentadoria, garantir o curso universitário dos filhos pequenos, viagem de férias ao exterior, etc.

Por sua vez, o orçamento de curto prazo, usualmente compreendendo 12 meses, para o controle de receitas e despesas de manutenção do núcleo familiar e destinação do resultado positivo apurado para a composição dos orçamentos de longo prazo e para formação de reserva financeira para o pagamento dos desembolsos de despesas sazonais, imprevistas e despesas que apesar de terem o seu fato gerador acontecendo todos os meses o desembolso financeiro ocorre somente num período posterior como é o caso das despesas com depreciação.

Sobre o conceito de depreciação *ludículus*, Marion (2001, p.69) opinam:

Declínio no potencial de serviços do Imobilizado Tangível e de outros ativos não correntes, em função de deterioração física gradual ou abrupta, consumo dos potenciais de serviços por meio de uso, mesmo que nenhuma mudança física seja aparente, ou deterioração econômica por causa de obsolescência ou de mudança na demanda dos consumidores.

Com relação à depreciação *D'Áuria* (1958, p.148) ensina:

Para a mais fiel representação dos valores de bens de uso, tem-se em vista o 'envelhecimento' e a 'usura', fazendo-se adequadas reduções, - depreciações, que podem ser efetuadas segundo vários critérios: por 'percentagem fixa', 'por quotas', ou 'por avaliação', que é o mais acertado, - visto como há casos particulares de 'inutilizações', 'quebras', 'deteriorações', 'desgastes', etc; quanto aos bens imóveis, ter-se-ão em vista: o 'estado de conservação' e as 'benfeitorias', assim como os respectivos valores atuais.

Portanto, este desgaste que o bem têm mensalmente representa uma despesa porque o patrimônio da entidade diminui em função do uso do bem, mas financeiramente ainda não há uma saída de caixa.

O patrimônio diminui em função que o valor original do imobilizado não é mais o mesmo em função de sua depreciação.

A saída de caixa efetiva ocorrerá quando este bem precisar passar por uma manutenção ou ser trocado por outro. Se o Imobilizado da entidade pessoa física for significativo este valor de manutenção ou troca também o será.

Para criar-se uma reserva financeira para fazer frente ao desembolso financeiro quando o mesmo ocorrer no item 4.6.1.2 é exposta uma metodologia para formar-se uma reserva financeira, que será denominada neste trabalho Fundo de Reposição.

Para fins de elaboração do orçamento usualmente são utilizados os dados históricos de despesas e receitas, conforme citado por Welsch (1996, p.345):

Os dados históricos são particularmente relevantes para fins de planejamento, os antecedentes operacionais e financeiros imediatos da empresa na verdade, representam uma “plataforma de lançamento” para a função de planejamento. É muito raro encontrar uma empresa em que os êxitos e insucessos do passado mais imediato não sejam particularmente relevantes e indicativos das potencialidades futuras mais razoáveis, particularmente a curto prazo. Além disso, ressaltamos repetidamente a importância de dados contábeis precisos e relevantes como um dos pré-requisitos mais importantes de um controle eficaz.

Acredita-se que o autor em sua observação cita especificamente a entidade pessoa jurídica – empresa, mas os conceitos expostos são perfeitamente aplicados à entidade pessoa física.

Ao elaborar um orçamento é importante que o gestor anote (proceda à escrituração) por um período, por exemplo, um trimestre, sendo que o ideal seriam os doze meses do ano, de todas as despesas incorridas no seu dia-a-dia, inclusive aquelas que a princípio sejam imateriais, pois isoladamente podem ser, mas a sua somatória pode representar surpresa e as receitas recebidas das diversas fontes (trabalho, rendimentos, etc).

No orçamento das despesas não se pode deixar de considerar as despesas sazonais, ou seja, aquelas que só ocorrem uma vez por ano como o IPVA, IPTU, despesas com material escolar e matrícula na escola, Dia dos Pais, das Mães, Natal, férias, contribuições de classe, etc., bem como a previsão para as despesas imprevistas: compra de remédio, presente, reparo de eletrodoméstico, etc., conforme disponível em < [http:// www.procon.sp.gov.br](http://www.procon.sp.gov.br)> Acesso em 28.dez.2002.

O orçamento é usualmente elaborado para um período de um ano para que sejam consideradas todas as receitas e despesas possíveis, no sentido de representar uma ferramenta eficaz de tomada de decisões, na medida que indica situações financeiras futuras que podem ser administradas antecipadamente.

4.6.1.2 Regime de competência x regime de caixa

Segundo Horngren (1985, p.136): “ Um orçamento pode ser expresso no regime de competência ou na base do fluxo de caixa; pode ser altamente condensado ou extremamente detalhado.”

Com relação aos regimes de competência e regime de caixa, Ludícubus; Marion (2000, p.121 e 122) observam que:

Regime de Competência

Este regime é universalmente adotado, aceito e recomendado pelo Imposto de Renda. Evidencia o resultado da empresa (lucro ou prejuízo) de forma mais adequada e completa. As regras básicas para a contabilidade pelo regime de competência são:

- ***A receita será contabilizada no período em que for gerada, independentemente do seu recebimento.*** Assim, se a empresa vendeu a prazo em dezembro do ano T1 para receber somente em T2, pelo regime de competência, considera-se que a receita foi gerada em T1; portanto ela pertence a T1.
- ***A despesa será contabilizada como tal no período em que for consumida, incorrida, utilizada, independentemente do pagamento.*** Assim, se em 10 de janeiro de T2 a empresa pagar seus funcionários (que trabalharam em dezembro de T1), a despesa compete a T1, pois nesse período ela incorreu efetivamente.

Regime de Caixa

O regime de Caixa é uma forma simplificada de contabilidade; é aplicado basicamente às microempresas ou às entidades sem fins lucrativos, tais como igrejas, clubes, sociedades filantrópicas, etc.

As regras básicas para a contabilidade para esse regime são:

- ***A receita será contabilizada no momento de seu recebimento, ou seja, quando entrar dinheiro no caixa (encaixe).***

- *A despesa será contabilizada no momento do pagamento, ou seja, quando **sair dinheiro do caixa (desembolso)**. (grifo dos autores)*

Conforme citado anteriormente os autores Ludícibus e Marion defendem que por sua simplicidade o Regime de Caixa é aplicado basicamente às microempresas ou às entidades sem fins lucrativos, tais como igrejas, clubes, sociedades filantrópicas, etc.

Por analogia à este raciocínio e também por entender que o Regime de Caixa é o mais adequado para as pessoas físicas é com este critério que este trabalho irá se basear para a execução do orçamento doméstico. Naturalmente, a pessoa física dependendo de sua necessidade poderá optar em realizar o seu orçamento com base no regime de competência.

Por este método (regime de caixa) as receitas e despesas serão consideradas no mês em que ocorrer o efetivo *encaixe (entrada)* e *desembolso (saída) financeiros*. Quanto as despesas sazonais, serão consideradas somente no mês previsto para seu desembolso, o que possivelmente irá ocasionar um desequilíbrio no orçamento daquele mês específico, podendo até ocasionar um resultado negativo.

Para equacionar este desequilíbrio, referente ao desembolso das despesas sazonais, o gestor deverá destinar em cada mês uma parte do resultado positivo para a formação de uma reserva financeira com o objetivo de ser utilizada no pagamento destas despesas previstas no orçamento.

Com este procedimento o orçamento que possivelmente estaria desequilibrado (despesas maiores que receitas) naquele mês é “ socorrido “ pela reserva financeira.

Com as despesas imprevistas o gestor pode considerar como parâmetro os valores históricos destas despesas e à exemplo das despesas sazonais ir formando uma reserva financeira para equilibrar o orçamento no mês de sua ocorrência. No mês-a-mês o gestor pode atribuir no orçamento um valor para cobrir este tipo de despesa, tendo como parâmetro valores históricos.

De forma análoga as despesas com depreciação por representarem uma despesa econômica, ou seja, no mês do seu fato gerador, não ocorre um desembolso a exemplo das outras despesas incorridas e pagas no próprio mês.

Neste caso, formar uma reserva financeira para fazer frente à manutenção ou troca dos bens depreciados, desde que os valores sejam significativos, com a seguinte metodologia: no mês a mês é considerado um valor a título de despesa com Depreciação no orçamento. Este valor é equivalente a uma previsão de desembolso de caixa, só que neste caso ele será destinado à uma conta de aplicação financeira da entidade pessoa física que será utilizada no mês onde ocorrer o efetivo desembolso por manutenção ou troca do bem no futuro. Esta conta terá a denominação de Aplicação financeira – fundo de reposição, que será classificada no grupo de Investimentos. O recurso para esta aplicação terá como origem as contas de disponibilidades registradas no Ativo Circulante da entidade.

Em última análise é como se fosse feito um “pagamento” mensal. Porém, o pagamento ficará depositado em uma conta específica e será “entregue” ao fornecedor no futuro quando da efetiva manutenção/troca do bem.

Contabilmente a despesa com depreciação prevista no orçamento terá a sua contrapartida numa conta retificadora do grupo do Imobilizado denominada Depreciação Acumulada.

Deste modo o Regime de Caixa fica equacionado para este tipo de despesa e a entidade forma uma reserva financeira para fazer frente a este desembolso quando o mesmo ocorrer no futuro, sem comprometer a liquidez do caixa.

Portanto, apesar da elaboração do orçamento estar com base no Regime de Caixa, há uma estratégia financeira para obter o equilíbrio do fluxo de caixa, que consiste em compatibilizar encaixe de receitas com desembolsos de despesas nos meses em que há incidência de despesas sazonais , imprevistas e ou manutenção / troca de bens.

Feito o orçamento com base anual o usuário pessoa física terá uma projeção futura de como atingir os seus objetivos financeiros. Caso identifique algum desequilíbrio terá que atuar antecipadamente no sentido de equacionar o problema, cortando despesas, verificando alternativas para o aumento das receitas, antecipando recebimento de receitas ou diferindo o pagamento de despesas.

Para que o orçamento seja efetivamente controlado, todas as receitas e despesas efetivas ocorridas no mês deverão ser registradas e a sua somatória por grupos de contas deverá ser comparado com o orçamento original. Em caso de divergências significativas as mesmas deverão ser analisadas no sentido de se averiguar as causas para que ações corretivas possam ser efetuadas.

Esta função controle é citada por Peleias (2002, p.26) da seguinte forma:

O controle é a etapa do processo de gestão, contínua e recorrente, que avalia o grau de aderência entre os planos e sua execução; analisa os desvios ocorridos, procurando identificar suas causas, sejam elas internas ou externas, direciona as ações corretivas, observando a ocorrência de variáveis no cenário futuro, visando alcançar os objetivos propostos.

Desta maneira o ciclo planejamento, execução e controle irá se materializando e sendo o suporte eficaz para a tomada de decisões pelo gestor pessoa física.

4.6.1.3 Modelo de orçamento doméstico

É apresentado no Quadro 4 um modelo de Orçamento Doméstico (Receitas x Despesas), que a título de exemplificação considerou-se um período trimestral.

Quadro 4: Orçamento Doméstico (Receita x Despesa)

Comentários sobre o orçamento doméstico (Receita x Despesa):

- 1) Neste orçamento deve ser previsto todos os encaixes (recebimentos) representados pelas receitas e pelos desembolsos (pagamentos) representados pelas despesas;
- 2) Considerar um período de tempo para sua elaboração. O recomendado é que seja para um período de 12 meses;
- 3) Na coluna do Orçado estão previstos os valores com base históricas, ou seja, o comportamento anterior das receitas/despesas e tendo como premissa os objetivos a serem alcançados previstos na fase de Planejamento no modelo de gestão;
- 4) No campo do Executado serão evidenciados os valores de encaixe e desembolso que efetivamente ocorreram durante o mês. Para que o gestor tenha estes valores terá que "escriturar", que significa registrar estes valores durante o mês através de caderno, meio eletrônico (preferencialmente pelo excel), folha avulsa, agenda, etc., o importante é que o registro sistemático seja feito, independentemente do meio. Neste momento a fase da Execução prevista na gestão se faz presente;
- 5) No espaço de variação será colocada a diferença entre orçado e executado. Neste momento a fase de Controle prevista na gestão é operacionalizada, pois com base nesta variação o gestor irá verificar a causa da variação e analisar as correções que deverão ser adotadas;
- 6) Os valores de encaixe e desembolso serão registrados por Regime de Caixa, ou seja, deverão ser considerados somente no momento do efetivo pagamento e recebimento, exceção feita à despesa com depreciação, que por ser econômica, será considerada no orçamento mas não haverá naquele mês o desembolso. O valor correspondente será depositado em uma aplicação para fins de constituição de reserva financeira.

Como visto, no Orçamento Doméstico todas as fases da gestão (planejamento, execução e controle) podem ser facilmente visualizadas.

4.6.1.4 Orçamento doméstico x fluxo de caixa

Pelo relatório orçamento doméstico o gestor tem uma visão dos valores totais que estão previstos no mês para encaixes e desembolsos, mas para o gerenciamento diário das disponibilidades, precisará dispor de um relatório denominado Fluxo de Caixa, que também pode se utilizar dos dados contábeis para a sua elaboração e tem como premissa de elaboração o regime de caixa, com a indicação analítica dos recebimentos e pagamentos.

Com relação à este relatório Cherobim; Fama, disponível em < <http://www.labfin.com/pesquisa/artigos> acesso em 30.abril.2003 observam:

O fluxo de caixa envolve todas as entradas e saídas de recursos que efetivamente ocorrem na empresa. Contabilmente deve ser compreendido a partir do regime de caixa; ou seja, considera a data da realização de pagamentos e dos recebimentos e não a data do fato gerador da despesa e da receita, como no regime de competência.

Entre outros objetivos este relatório acompanha os recebimentos e pagamentos diários, como instrumento de tomada de decisão, para disponibilizar em caixa ou nos bancos recursos suficientes para saldar os compromissos diários. (CHEROBIM; FAMA disponível em < <http://www.labfin.com/pesquisa/artigos> acesso em 30.abril.2003).

Frezatti (1997, p.28) procede a seguinte análise entre este relatório e dos demais relatórios gerenciais gerados através do banco de dados da contabilidade:

*Considerar o fluxo de caixa de uma organização um instrumento gerencial não significa que ela vai **prescindir da contabilidade e dos relatórios gerenciais por ela gerados**. Ao contrário, com o*

fortalecimento dos relatórios gerenciais gerados pela contabilidade se pretende aliar a potencialidade do fluxo de caixa para melhor gerenciar suas decisões. Trata-se de considerar que o fluxo de caixa também deva ser arrolado como instrumento que traga subsídios para o processo de tomada de decisões. Na verdade, o simples reconhecimento disso já é um grande passo para que os gestores do negócio possam dispor de informações adequadas. (grifo nosso)

Portanto, o relatório fluxo de caixa irá se utilizar também de dados contábeis e será um relatório que complementarará de forma eficiente e eficaz o relatório gerencial contábil Orçamento Doméstico, pois ambos estão adotando o regime de caixa. Caso o usuário optar pelo regime de competência para a elaboração do orçamento doméstico terá que fazer ajustes para conciliá-lo com o relatório fluxo de caixa.

No relatório fluxo de caixa, o usuário pessoa física terá condições de visualizar no dia-a-dia a sua efetiva situação financeira, pois no Orçamento Doméstico somente tinha a visualização dos valores sintéticos do mês, sem o detalhamento do efetivo fluxo financeiro diário. Portanto, por este relatório a pessoa física poderá gerenciar os encaixes e desembolsos no sentido de compatibilizá-los e desta forma não ter que recorrer à capital de terceiros.

Neste sentido, o gestor, terá condições de maximizar a utilização dos recursos financeiros tendo como finalidade atender aos objetivos sinalizados pelo orçamento.

É apresentado no Quadro 5 um modelo de Fluxo de Caixa, que a título de exemplificação considerou-se um período semanal.

Quadro 5: Fluxo de Caixa

4.6.2 Balanço patrimonial

O patrimônio representa o conjunto de bens, direitos e obrigações de qualquer tipo de entidade. Quando representado através de relatório é denominado Balanço Patrimonial, conforme citado por Hendriksen; Breda (1999, p.282):

A demonstração de posição financeira, também conhecida como balanço, é um dos principais relatórios preparados pelos contadores. Um antigo contador, chamado William Ripley, a considerava semelhante à uma fotografia instantânea da empresa, com os ativos de um lado e os passivos e o patrimônio de outro.

Esta analogia de “foto” foi também utilizada por Horngren (1985, p. 378) ao citar:

O balanço é uma fotografia das condições financeiras em determinado momento. Tem duas partes que se equivalem: ativo e passivo. O ativo são os recursos econômicos que devem beneficiar atividades futuras. O passivo são as exigibilidades ou direitos sobre o ativo.

O contador concebe o balanço como uma equação:

ativo = passivo

O lado do passivo desta equação fundamental é, geralmente dividido da seguinte maneira:

ativo = passivo exigível + capital próprio

O passivo exigível são as obrigações econômicas da entidade. O capital próprio é a diferença entre o ativo e passivo exigível. Numa sociedade anônima, o capital próprio chama-se capital dos acionistas. Este, por sua vez, compreende exigibilidades ou direitos sobre o ativo total em função do investimento feito (capital

integralizado), mais o direito de propriedade em decorrência de lucros operacionais (lucros retidos).

Com referência à conceituação de Balanço Patrimonial, especificamente aplicado à pessoa física, D'Áuria (1958, p.147), observa:

Balanço Patrimonial.- *Na função expositiva da contabilidade, este é o quadro mais expressivo da gestão doméstica. Por ele se conhece o estado de riqueza da família, em determinado instante, - normalmente, no fim de cada ano, - ou quando situações especiais o tornem necessário.*

Realizado em épocas certas, o balanço patrimonial, constitui peça básica da 'prestação de contas', notadamente quando entregue a terceiro a gestão dos interesses econômicos da família. (grifo do autor)

Quanto aos grupos que compõe o Balanço Patrimonial, Iudícibus; Martins; Gelbcke (2000, p.26) opinam:

ATIVO – Compreende as aplicações de recursos, normalmente em bens e direitos.

PASSIVO – Compreende as exigibilidades e obrigações.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Representa a diferença entre ativo e passivo, ou seja, o valor líquido da empresa.

Os autores citaram a expressão “empresa”, que pode ser perfeitamente substituída pela expressão “entidade pessoa física”, como visto anteriormente.

Existem outras conceituações dadas para estes grupos do Balanço Patrimonial, conforme citado em:

D'Áuria (1958, p.52):

O ativo doméstico é expressão de patrimônio concreto sob o domínio administrativo do chefe-família, constituindo estado integral de riqueza, se não houver dívidas, deduzindo-se a soma destas do ativo, se existirem.

Na segunda hipótese, parte do patrimônio será destinada à liquidação das dívidas e o remanescente expressará um estado líquido de riqueza. Daí, as seguintes igualdades:

- a) *patrimônio = estado integral de riqueza*
- b) *patrimônio = dívidas + estado líquido de riqueza*

Em contabilidade convencionou-se a representação patrimonial pela fórmula:

Ativo = passivo,

Incluindo-se no “passivo” o estado líquido de riqueza

Sprouse e Moonitz no ARS (Accounting Research Study) n.º 3, do AICPA de 1962 apud Ludícibus (2000, p.130) opinam sobre o ativo : “... ativos representam benefícios futuros esperados, direitos que foram adquiridos pela entidade como resultado de alguma transação corrente ou passada... .”

Hendriksen; Breda (1999, p.409): “Passivos são sacrifícios futuros prováveis de benefícios econômicos resultantes de obrigações presentes. O patrimônio dos acionistas é o que sobra após subtrair passivos de ativos.”

Ludícibus; Marion (2000, p.34) opinam sobre o passivo:

Passivo Exigível. Evidencia toda a obrigação (dívida) que a empresa tem com terceiros: contas a pagar, fornecedores de matéria-prima (a prazo), impostos a pagar, financiamentos, empréstimos etc.

O Passivo é uma obrigação exigível, isto é, no momento que a dívida vencer será exigida (reclamada) a sua liquidação. Por isso é mais adequado denominá-lo de Passivo Exigível.

Iudícibus; Marion (2000, p.34) opinam sobre o Patrimônio Líquido (PL):

Evidência recursos dos proprietários aplicados no empreendimento. O investimento inicial dos proprietários (a primeira aplicação) é denominado, contabilmente, Capital. Se houver outras aplicações por parte dos proprietários (acionistas - S.A., ou sócios - Ltda), teremos acréscimos ao Capital.

Com relação às formas jurídicas S. A ou Ltda citadas anteriormente é oportuno ressaltar que pelo Novo Código Civil (NCC), Lei 10.406/2002 é instituída a Sociedade Simples, não empresária, e uma série de tipos de sociedades empresárias, a saber: Sociedade em Nome Coletivo, Sociedade em Comandita Simples, Sociedade em Comandita por Ações, Sociedade Anônima e Sociedade Limitada.

A Sociedade Limitada era denominada anteriormente como Sociedade por Quota de Responsabilidade Limitada (Ltda) (EXAME NOVOS NEGÓCIOS, p.21).

Conforme a Lei 6.404/76 a apresentação e divisão do Balanço Patrimonial são feitas da seguinte forma, conforme demonstrado no Quadro 6.

Quadro 6: Balanço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
<p>Circulante</p> <p>São contas que estão constantemente em giro – sendo que a conversão em dinheiro será, no máximo, no próprio exercício social.</p> <p>Realizável a Longo Prazo</p> <p>São Bens e Direitos que se transformarão em dinheiro um ano após o levantamento do Balanço.</p> <p>Permanente</p> <p>São Bens e Direitos que não se destinam a venda. No caso específico de Bens, se tiverem vida útil longa.</p> <p>Investimentos</p> <p>São as inversões financeiras de caráter permanente que geram rendimentos que não são necessários à manutenção da atividade fundamental da empresa.</p> <p>Imobilizado</p> <p>São itens de natureza permanente que serão utilizados para a manutenção da atividade básica da empresa.</p> <p>Diferido</p> <p>São aplicações que beneficiarão resultados de exercícios futuros.</p>	<p>Circulante</p> <p>São obrigações exigíveis que serão liquidadas no próximo exercício social: nos próximos 365 dias após o levantamento do Balanço.</p> <p>Exigível a Longo Prazo</p> <p>São as obrigações exigíveis que serão liquidadas com prazo superior a um ano – dívidas a longo prazo.</p> <p>Patrimônio Líquido</p> <p>São os recursos dos proprietários aplicados na empresa. Os recursos significam o Capital mais o seu rendimento Lucros e Reservas.</p>

Fonte: Adaptado de Ludícibus; Marion (2000, p.47)

Os conceitos contidos na lei societária para os grupos de Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, podem ser aplicados para a entidade pessoa física.

O que mudará é a forma dos itens de ativo e passivo. Por exemplo: em uma indústria o Imobilizado poderá ser representado pelas instalações da fábrica, para a pessoa física o imobilizado será representado pela casa ou apartamento de uso ou recreação da família.

O que varia é a forma, mas na essência ambos representam a mesma coisa para as duas entidades, ou seja, para a pessoa física e pessoa jurídica.

O seguir é descrito os grupos do balanço customizado para a entidade pessoa física:

Ativo Circulante

Disponibilidades: representada por dinheiro em espécie, depósitos em conta corrente e aplicações de curtíssimo prazo no mercado financeiro.

Créditos: aplicações financeiras para capital de giro e formação de reserva financeira para desembolso das despesas sazonais e despesas imprevistas, valores a receber advindo de empréstimos concedidos, salários a receber, etc.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Serão registrados neste grupo os valores que a pessoa física irá receber após um ano decorrido da data base do fechamento do balanço.

Investimentos

Representado por aplicações no mercado financeiro e acionário (que tenham como objetivo formarem reserva para finalidades previstas no planejamento de longo prazo: aquisição de imóvel, educação universitária dos filhos, aposentadoria, etc), ouro, jóias, imóveis de aluguel, obras de arte, depósitos no FGTS, títulos de clube,

bem como o registro da aplicação financeira com o objetivo de formar reserva financeira para manutenção/substituição de bens depreciados denominada Aplicação financeira- fundo de reposição, etc.

Imobilizado

Representado por bens imóveis que permitam a dinâmica da vida familiar, representado pelo imóvel onde a família reside e imóveis destinados à recreação: (praia e campo), automóvel, eletrodomésticos e equipamentos de som, vídeo e informática cujo valor seja relevante para ser controlado, etc.

Passivo Exigível (Curto e Longo Prazo)

Composto pelas obrigações da entidade pessoa física representada por: aluguel, condomínio, cartão de crédito, mensalidades escolares, dívidas, financiamento do imóvel, juros bancários vencidos e não pagos, etc.

Será registrado no curto prazo valores exigíveis com prazo de vencimento até um ano decorridos da data base do balanço e no longo prazo valores com vencimento acima de um ano da data base do balanço.

Riqueza Líquida

A Riqueza Líquida representa a diferença entre o valor apurado no Ativo menos o valor apurado no Passivo Exigível. A Riqueza Líquida representa, portanto o valor que pertence à entidade pessoa física, caso o resultado seja positivo. Se for negativo será configurado a riqueza líquida negativa, ou seja, o valor do passivo exigível (o que se deve a terceiros) é maior do valor do ativo (bens e direitos).

Neste grupo não cabe as exigências requeridas na entidade pessoa jurídica como a composição do grupo em: capital, reservas, lucros, etc. Bastará que por diferença entre o total do Ativo menos o Passivo exigível estará identificado o valor que será denominado genericamente como Riqueza Líquida, conforme opinião de D'Áuria (1958, p.303): “ Diferença entre a soma do ativo e a das dívidas, representando riqueza própria do respectivo titular, em nosso estudo: a família.”

O Balanço Patrimonial Doméstico poderá ser feito tendo como parâmetro o regime de competência ou regime de caixa; poderá ser elaborado tendo como apoio o “banco de dados“ que recebe registros através da escrituração efetuada pelo usuário pessoa física ou ser elaborado através da realização de inventário.

No plano de contas foi considerado contas de Ativo e Passivo que representam a adoção do regime de competência (salário/férias a receber, aluguel, condomínio, água, luz, gás, etc) mas estas contas patrimoniais somente serão utilizadas, caso o usuário adote o regime de competência para fins de confecção deste relatório.

Caso o usuário adote somente o regime de caixa para alimentar o seu “ banco de dados “ e precise levantar o Balanço Patrimonial Doméstico pelo regime de competência, poderá equacionar esta situação completando os dados necessários através da técnica de inventário.

A diferença na apresentação do Balanço Patrimonial Doméstico, como dito, será se o usuário optar pelo regime de competência ou regime de caixa. E esta decisão caberá exclusivamente ao usuário levando em consideração as suas necessidades específicas em seu processo de tomada de decisão.

No Quadro 7 é apresentado um modelo de Balanço Patrimonial Doméstico, a ser utilizado pela entidade pessoa física, com base nos grupos Ativo, Passivo e Riqueza Líquida.

Quadro 7: Balanço Patrimonial Doméstico

ATIVO	31.12.x0	31.12.x1
<p>ATIVO CIRCULANTE</p> <p>Disponibilidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caixa • Bancos conta movimento • Aplicação curtíssimo prazo • Créditos • Aplicações financeiras • Salário/férias a receber • Empréstimos concedidos <p>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Empréstimos concedidos <p>INVESTIMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aplicações financeiras • Aplicações mercado acionário • Depósitos FGTS • Depósitos previdência privada • Imóvel de aluguel • Jóias • Título do clube • Aplicação financeira- fundo de reposição <p>IMOBILIZADO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Imóvel de uso da família • Imóvel de recreação • Veículo motorizado • (-) Depreciação acumulada <p>TOTAL DO ATIVO (I)</p>		
PASSIVO EXIGÍVEL (CURTO E LONGO PRAZO)		
<ul style="list-style-type: none"> • Aluguel/condomínio • Água/luz /gás • Telefone • Empregada doméstica • Cartão de crédito • Financiamentos <p>TOTAL DO PASSIVO (II)</p>		
RIQUEZA LÍQUIDA (I) - (II)		

4.6.3 Demonstração do resultado do exercício (DRE)

Segundo observam Iudícibus; Marion (2000, p.63):

A Demonstração do Resultado do Exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período (12 meses). É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo).

A DRE pode ser simples para micro ou pequenas empresas que não requeiram dados pormenorizados para a tomada de decisão, como é o caso de bares, farmácias, mercearias. Deve evidenciar o total de despesa deduzido da receita, apurando-se, assim o lucro, sem destacar os principais grupos de despesas.

A DRE completa, exigida por lei, fornece maiores minúcias para a tomada de decisão: grupos de despesas, vários tipos de lucro, destaque dos impostos, etc.

O usuário pessoa física poderá para este relatório adotar tanto o regime de competência quanto o regime de caixa, dependendo de sua necessidade.

Se o “banco de dados” estiver com base no regime de caixa irá representar que a geração de lucro e caixa são idênticos, conforme (FREZATTI,1997, p.17). Logo, o Resultado do Período que representa o “ Lucro “ ou “ Prejuízo “ terá como premissa que toda a receita foi “recebida” e toda “ despesa “ paga.

Caso o usuário tenha necessidade de apurar o resultado da entidade pessoa física com base em regime de competência poderá registrar no banco de dados, fatos administrativos, utilizando-se deste regime ou caso o banco de dados esteja todo pelo regime de caixa, no período referente à demonstração de resultado doméstico, poderão ser feitos ajustes tendo como base o inventário.

No Quadro 8 é apresentado um modelo de Demonstração de Resultado Doméstico, terminologia adotada no presente trabalho, com o objetivo de evidenciar a simplicidade deste relatório para a entidade pessoa física.

Quadro 8: Demonstração de Resultado Doméstico

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	31.12.x0	31.12.x1
RECEITAS DE TRABALHO:		
Salário Bruto		
(-) INSS		
(-) IRRF		
(-) Outros descontos		
= Salário Líquido (I)		
OUTRAS RECEITAS:		
Rendimentos de Investimentos		
Aposentadoria		
Ganho de capital: venda de ativo		
Aluguéis		
= Total Outras Receitas (II)		
TOTAL RECEITAS (I) + (II)		
DESPESAS		
Habitação		
Alimentação		
Transporte		
Saúde e cuidados pessoais		
Educação		
Vestuário		
Depreciação		
Despesas diversas		
Despesas imprevistas		
TOTAL DESPESAS (III)		
RESULTADO DO PERÍODO (I + II - III)		

O resultado final poderá ser positivo o que representará um aumento do patrimônio da pessoa física ou negativo que irá representar uma diminuição no patrimônio, conforme observado por Ludícibus; Martins; Gelbcke (2000, p.290): “A Demonstração do Resultado do Exercício é a apresentação, em forma resumida, das operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período.”

Acredita-se que a expressão "empresa" utilizada pelos autores pode ser substituída por “pessoa física” porque este demonstrativo também se aplica à esta entidade.

Adicionalmente, este relatório contábil tem por finalidade demonstrar o desempenho que o usuário pessoa física está obtendo na gestão de seu patrimônio, conforme observado por Horngren (1985, p.380):

O balanço mostra a posição financeira em determinado momento, mas o demonstrativo de resultado mede o desempenho durante um período, seja ele um mês, um trimestre ou mais. O demonstrativo de resultados é o elo principal entre os balanços.

As contas de Receita e Despesa podem ser conceituadas conforme Hendriksen; Breda (1999, p.223):

Receitas e Ganhos

Receitas podem ser definidas, em termos gerais, como o produto gerado por uma empresa. Tipicamente, são medidas em termos de preços correntes de troca. Devem ser reconhecidas após um evento crítico, ou assim que o processo de venda tenha sido cumprido em termos substanciais. Na prática, isso normalmente significa que as receitas são reconhecidas no momento da venda. Os ganhos

distinguem-se das receitas e das despesas por serem periféricos às atividades básicas da empresa.

Despesas e Perdas

Despesas são os custos assumidos para gerar essas receitas. Devem ser reconhecidas no mesmo momento em que as receitas que geram. É freqüentemente difícil determinar uma associação entre receitas e despesas, de modo que diversas regras relativamente arbitrárias são utilizadas para o reconhecimento de despesas. As despesas são medidas tanto em termos históricos quanto de preços correntes de troca. As perdas são periféricas às atividades básicas da empresa. Seu reconhecimento e sua mensuração, porém, são idênticos aos de despesas.

Os conceitos de receita e despesa podem ser perfeitamente adaptados para a entidade pessoa física. A receita representada por aumento da Riqueza Líquida advindos de salários, rendimento de investimentos, ganho de capital por venda de imobilizado, etc. e as despesas representadas por diminuição da Riqueza Líquida, mas que são imprescindíveis à dinâmica da vida familiar como despesas com habitação, alimentação, transporte, etc.

4.6.4 Considerações finais sobre os relatórios contábeis

Os relatórios contábeis propostos para as pessoas físicas são bastante simples em sua elaboração e demonstração e podem estar com base no regime de competência ou regime de caixa.

Em função de sua simplicidade poderiam ser executados em softwares específicos para esta finalidade, ou serem operacionalizados em planilhas de

cálculo, como por exemplo o software Excel, que foi citado de forma significativa na pesquisa de campo, descrita no Capítulo 5.

O importante na gestão não é a sofisticação dos relatórios, mas sim que a mesma esteja sendo eficaz, ou seja, esteja subsidiando de forma estruturada a tomada de decisão do gestor.

Como percebido neste capítulo, as técnicas contábeis podem ser usadas pelo usuário pessoa física, para atender a sua necessidade de: planejamento, execução, controle, que visam em última análise apoiar a tomada de decisão.

CAPÍTULO 5 – TÉCNICA DE PESQUISA / ANÁLISE DOS DADOS

5.1 Técnicas de pesquisa

Conforme observado por Marconi; Lakatos (2003, p.174):

Técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos.

Dentre as técnicas disponíveis, neste trabalho foi utilizada, a Documentação Indireta - Pesquisa Bibliográfica e Observação Direta Extensiva - com aplicação de QUESTIONÁRIO.

5.1.1 Documentação indireta

Este tipo de pesquisa é dividido em Pesquisa Documental e Pesquisa Bibliográfica. Neste trabalho foi adotada a Pesquisa Bibliográfica, que segundo Marconi; Lakatos (2003, p.183):

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisual: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

A pesquisa bibliográfica referente à literatura sobre Contabilidade é mais abrangente para a entidade pessoa jurídica. Esta literatura foi utilizada, após criteriosa análise da possibilidade dos conceitos contidos na mesma poderem ser aplicados para a entidade pessoa física.

5.1.2 Observação direta extensiva

Segundo Marconi; Lakatos (2003, p.201): “A observação direta extensiva realiza-se através do questionário, do formulário, de medidas de opinião e atitudes e de técnicas mercadológicas.”

Os dados foram coletados através de *QUESTIONÁRIO* contendo perguntas abertas e fechadas, que segundo Goode e Hatt apud Cervo; Bervian (2002, p.48) opinam sobre como deve ser aplicado: “O questionário poderá ser enviado pelo correio, entregue ao respondente ou aplicado por elementos preparados e selecionados.”

A primeira iniciativa para se coletar os dados foi à elaboração de um site, que além do questionário propriamente dito, continha outras informações com relação ao tema. O site foi disponibilizado através do endereço: <http://www.pesquisademestrado.hpg.com.br>. Ao visitar o site o usuário era motivado a responder o questionário e enviá-lo ao e-mail do mestrando.

Esta metodologia para coleta de dados não se mostrou satisfatória, em função do baixo volume de respostas. Com base nesta restrição foi decidido que a coleta dos dados seria realizada diretamente junto aos usuários. Para não haver nenhum viés na pesquisa, a Agência-Escola/FECAP foi contratada para realizar a

coleta de dados, sob a responsabilidade de uma estagiária para o trabalho de campo coordenada por um professor responsável.

5.2 População

A população eleita para a pesquisa foram as pessoas físicas classificadas em diversas classes econômicas conforme o Critério Brasil.

O Critério Brasil foi utilizado pela Agência – Escola/FECAP no sentido de ter uma metodologia para classificar economicamente em níveis os entrevistados da amostra.

Ele é uma metodologia aceita pelos profissionais de pesquisa, agências de propaganda e veículos de comunicação (SAMPAIO,1999,p.307).

A classificação econômica tendo como premissa o Critério Brasil, é efetuada da seguinte maneira conforme citado por Sampaio (1999, p.307):

O Critério Brasil divide a população urbana brasileira em cinco classes econômicas básicas, com uma subdivisão nas duas superiores, chegando a um total de sete segmentos de renda e poder de compra semelhantes.

Este baseia-se numa escala de pontuação referente a itens de consumo que o entrevistado tem acesso e instrução do chefe da família do entrevistado.

Os itens de consumo e instrução considerados nesta pontuação estão expressos nas questões 10 (quantidade física de cada bem especificado que o entrevistado possui) e 11 (indicação do grau de escolaridade do entrevistado através do sinal “ X “ no grau de escolaridade correspondente) do questionário aplicado conforme abaixo:

10. Você tem em sua casa:

Itens	Quantidade
Televisão em cores	
Rádio	
Banheiro/lavabo	
Empregada mensalista	
Aspirador de pó	
Máquina de lavar	
Geladeira	
Geladeira dúplex ou freezer	
Vídeo Cassete	
Automóvel	

11. Qual o grau de instrução do chefe da família?

Descrição	Nível
Analfabeto/Fundamental I incompleto	
Fundamental I Completo/ Fundamental II incompleto	
Fundamental II completo/ Ensino Médio incompleto	
Ensino Médio Completo/Superior incompleto	
Superior Completo	

Total de pontos: _____

Cada item tem uma pontuação conforme o Critério Brasil que somando-se confere ao entrevistado a sua classificação econômica através das classes: A1, A2, B1, B2, C, D e E.

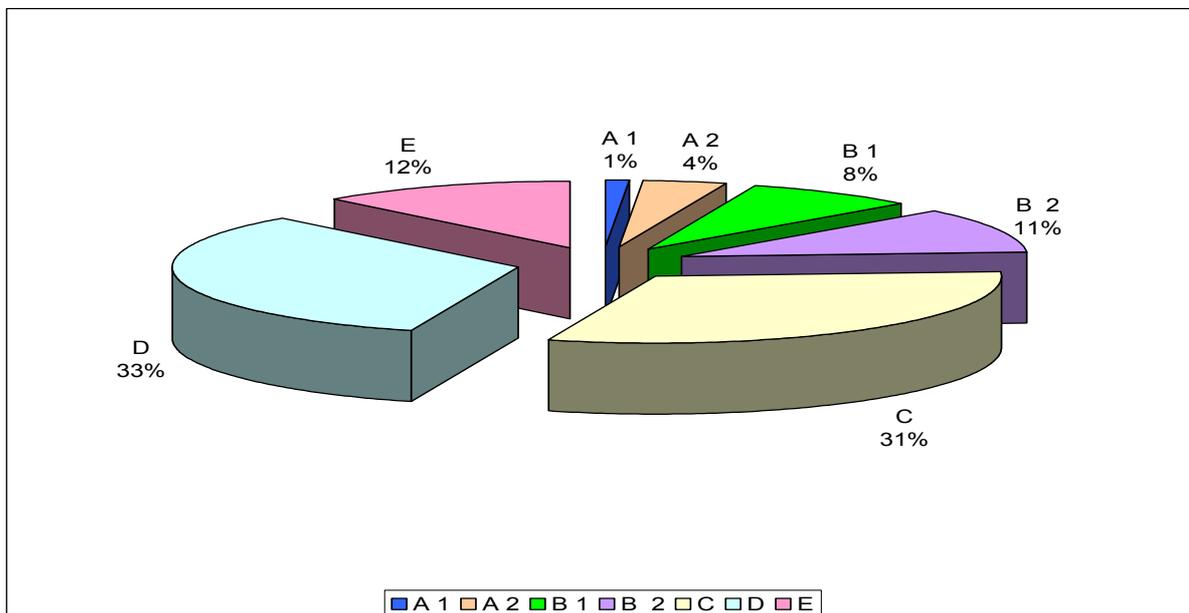
Na tabela e gráfico 02 é indicado como a população brasileira está dividida percentualmente conforme Critério Brasil, com a respectiva pontuação necessária para ser classificado em cada classe, tendo como dados o LSE – Levantamento Sócio-Econômico de 1993 do Ibope, que pesquisou 20.000 famílias por todo o Brasil, que representam tecnicamente a população urbana do País, moradora de municípios com mais de 20.000 habitantes. No final do trabalho, foi feita uma análise final da proposta para conferir sua adequação ao mercado contemporâneo, com base em uma nova amostra de 10.000 domicílios, o LSE 96. (SAMPAIO, 1999, p.307).

Tabela 2: Cortes do Critério Brasil

CLASSE	PONTOS	TOTAL BRASIL %
A 1	40	1
A 2	25- 39	4
B1	21-24	8
B2	17-20	11
C	11-16	31
D	6-10	33
E	0-5	12

Fonte: Adaptado Sampaio (1999, p.309)

Gráfico 2: Cortes do Critério Brasil



5.3 Amostra

A amostra foi não-probabilista intencional, com o objetivo de validar a hipótese formulada e obter dados qualitativos, conforme Marconi; Lakatos (1996, p.45):

O tipo mais comum de amostra não-probabilista é a denominada intencional. Nesta, o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção, etc.) de determinados elementos da população, mas não representativos da mesma.

Foi adotada uma amostra não-probabilística intencional com 30 pessoas físicas.

A amostra foi com base exclusivamente nas pessoas físicas que estavam no espaço físico do Centro Universitário Álvares Penteadó – UNIFECAP, representado por funcionários administrativos, professores e alunos.

5.4 Coleta de dados

Para a coleta de dados deste estudo foi utilizado QUESTIONÁRIO com perguntas abertas e fechadas, sendo que os dados foram obtidos pela *Agência-Escola/FECAP* através de estagiária supervisionada por professor responsável.

5.5 Conteúdo do questionário

O questionário aplicado continha 11 questões e mais a identificação do perfil do entrevistado (sexo; idade; escolaridade, profissão e nível econômico). O nível econômico apurado conforme o Critério Brasil foi determinado conforme já citado anteriormente através das questões 10 e 11 do questionário.

O objetivo principal foi validar ou refutar a hipótese levantada.

Adicionalmente, verificar tipos de controle adotado, identificar os principais motivos impeditivos para a adoção da gestão, coletar sugestões para atender especificamente as necessidades da pessoa física, identificar a disposição dos entrevistados em acessar o conhecimento contábil, entre outras questões.

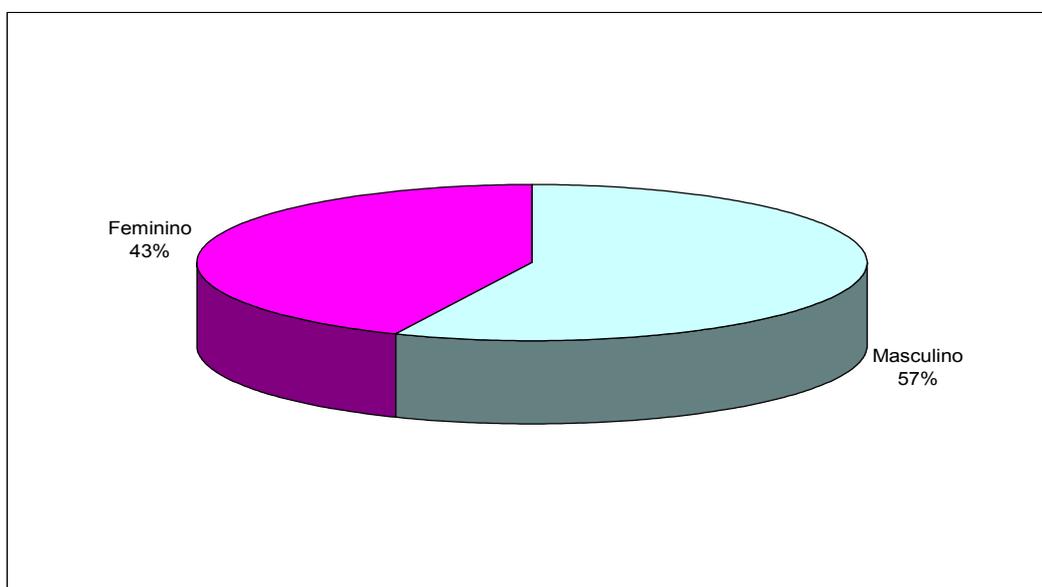
5.6 Análise dos dados

O objetivo foi entrevistar pessoas de ambos os sexos, com formação educacional variada, em diversas faixas etárias e classificação econômica distinta conforme base do Critério Brasil.

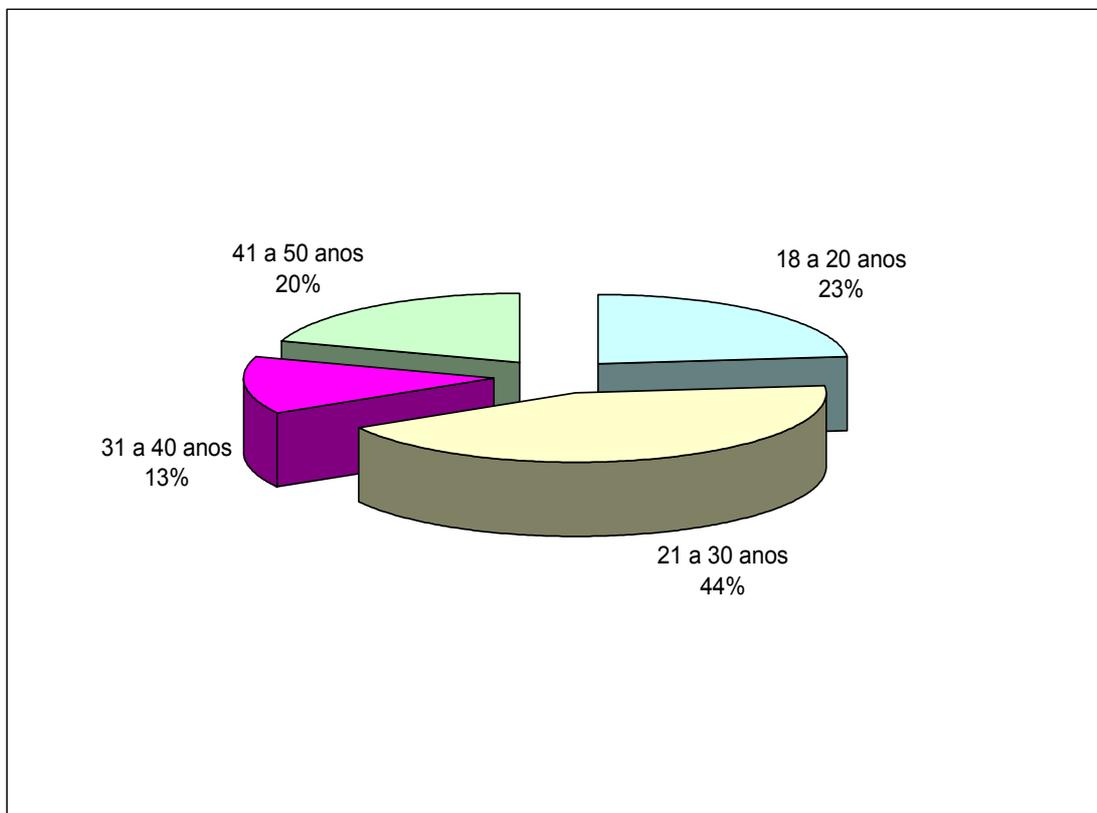
A seguir as características dos selecionados, através das Tabelas e Gráficos números 03, 04, 05 e 06.

Tabela 3: Sexo das pessoas físicas selecionadas

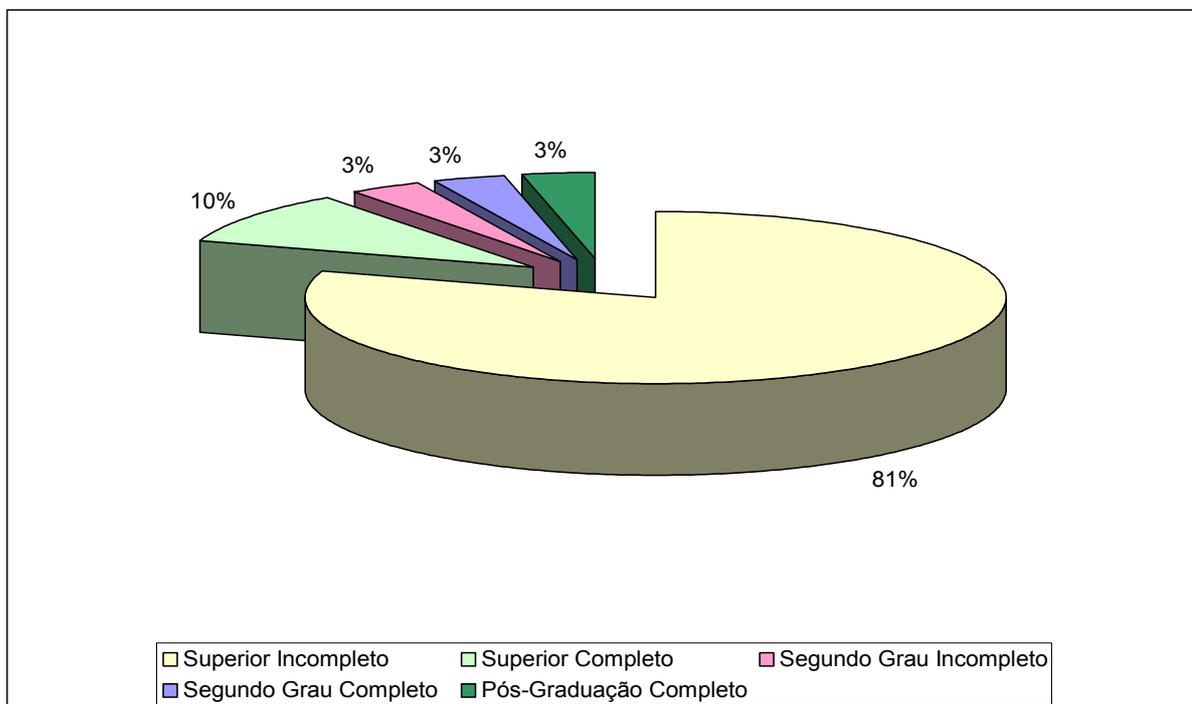
Sexo	Quantidade	Percentual
Masculino	17	57%
Feminino	13	43%
Total	30	100%

Gráfico 3: Sexo das pessoas físicas selecionadas**Tabela 4: Idade das pessoas físicas selecionadas**

Faixa Etária	Quantidade	Percentual
18 a 20 anos	7	23%
21 a 30 anos	13	44%
31 a 40 anos	4	13%
41 a 50 anos	6	20%
Total	30	100%

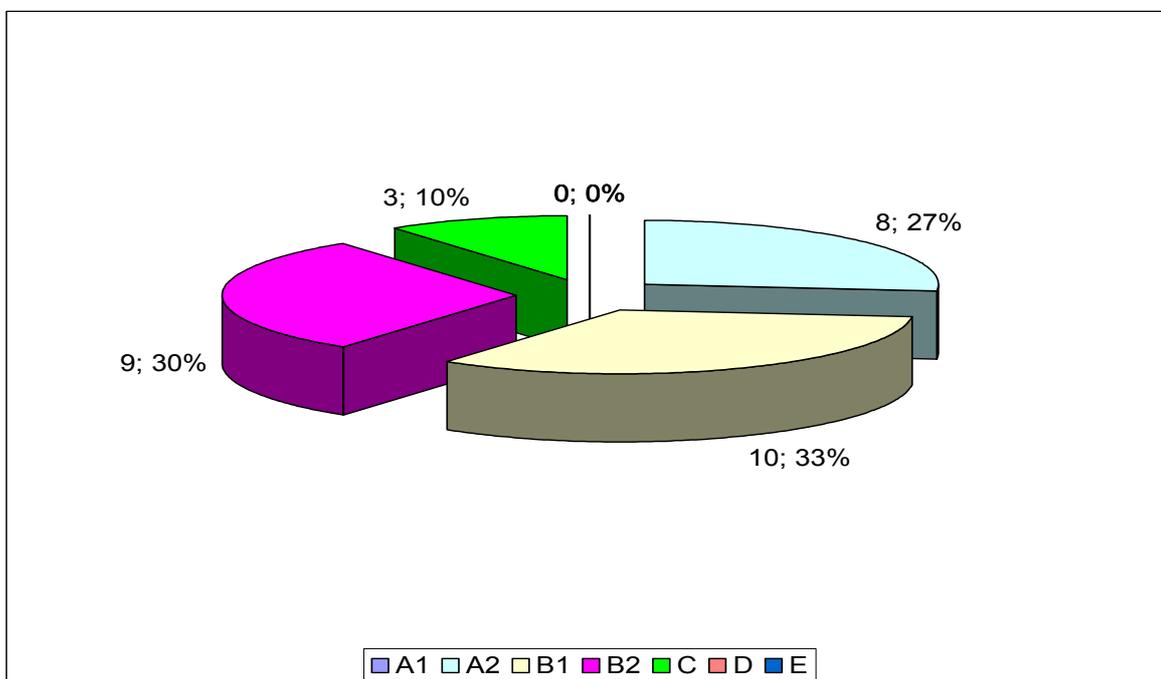
Gráfico 4: Idade das pessoas físicas selecionadas**Tabela 5: Escolaridade das pessoas físicas selecionadas**

Escolaridade	Quantidade	Percentual
Superior Incompleto	24	81%
Superior Completo	3	10%
Ensino Médio Incompleto	1	3%
Ensino Médio Completo	1	3%
Pós-Graduação Completo	1	3%
Total	30	100%

Gráfico 5: Escolaridade das pessoas físicas selecionadas**Tabela 6: Nível econômico das pessoas físicas selecionadas**

Nível Econômico	Quantidade	Percentual
A1	0	0%
A2	8	27%
B1	10	33%
B2	9	30%
C	3	10%
D	0	0%
E	0	0%
Total	30	100%

Gráfico 6: Nível econômico das pessoas físicas selecionadas



Comentário: Com relação ao sexo dos selecionados a amostra ficou equilibrada com 57% e 43% respectivamente para o sexo masculino e feminino; quanto ao quesito idade a maior concentração ficou na faixa etária de 21 a 30 anos com 43%; para o aspecto escolaridade, o superior incompleto representou 80 % da amostra e finalmente quanto ao nível econômico ficou equilibrado em torno de 30 % para as classes A2, B1 e B2.

Questão 1. O Sr. (a) tem conhecimento que a Ciência Contábil pode fornecer conceitos e controles para a administração do seu Patrimônio ?

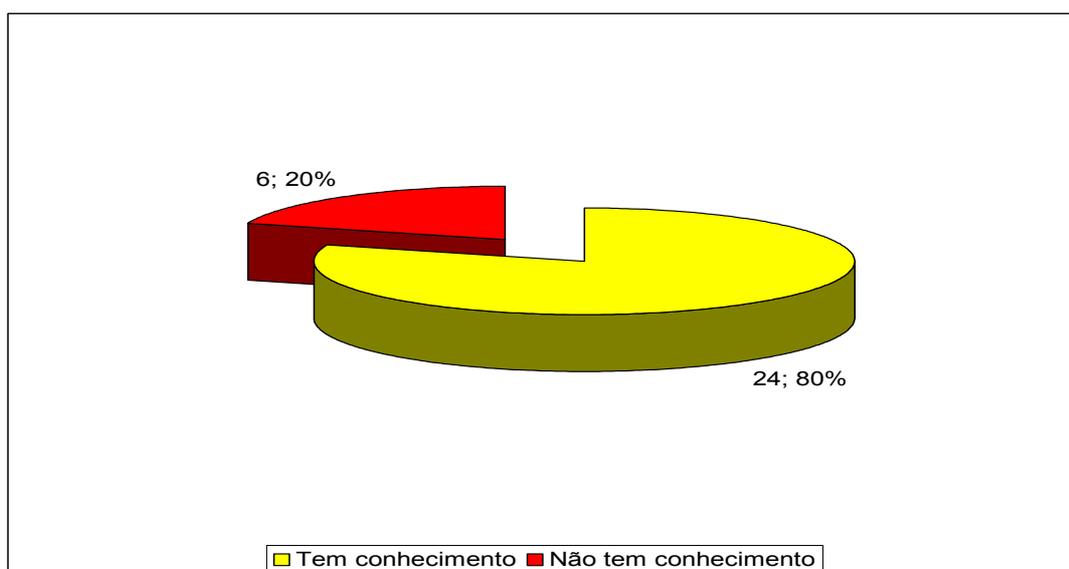
Nesta questão o objetivo foi identificar da amostra selecionada o percentual de entrevistados que tinham conhecimento de que a Ciência Contábil poderia apoiá-los na gestão de seu patrimônio.

A hipótese a ser validada será com base no grupo de usuários que responderem SIM à esta questão. Na Tabela e Gráfico 7, pode ser observado o resultado da coleta de dados.

Tabela 7: Pessoas físicas com e sem conhecimento da aplicação da Contabilidade

Nível de Conhecimento	Quantidade	Percentual
Tem conhecimento	24	80%
Não tem conhecimento	06	20%
Total	30	100%

Gráfico 7: Pessoas físicas com e sem conhecimento da aplicação da Contabilidade



Comentário: Um percentual bem significativo da amostra, representado por 80% dos entrevistados, tinham conhecimento que a Ciência Contábil poderia subsidiar a gestão de seu patrimônio.

Presume-se que este percentual elevado tenha sido significativo em função de 80% da amostra possuir um bom nível de escolaridade (superior incompleto) e pelo fato que na classificação do nível econômico, pelo Critério Brasil, um percentual

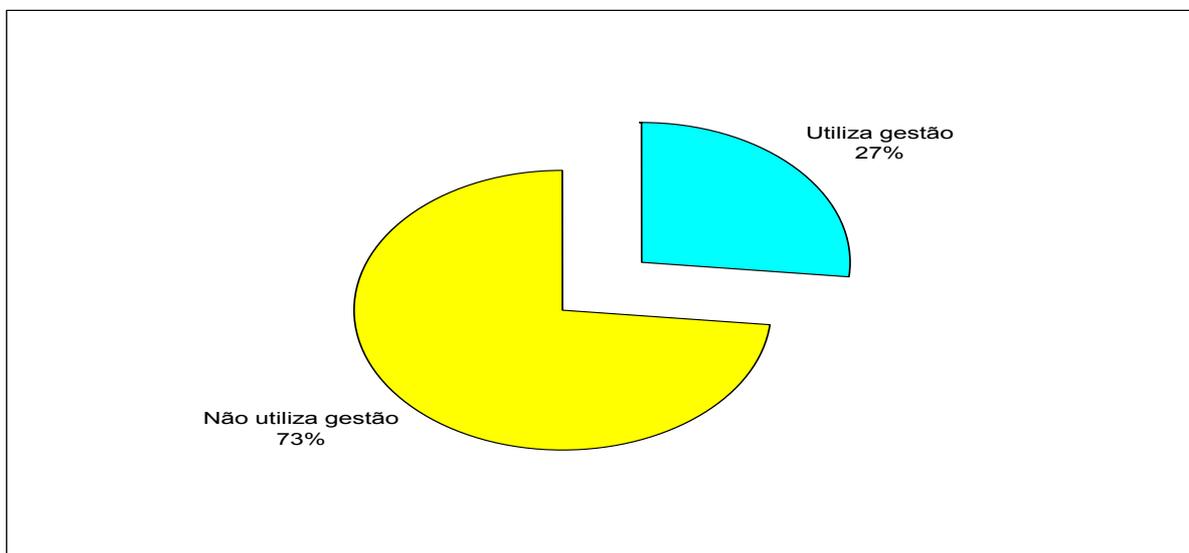
significativo da amostra representando em torno de 90 % da mesma, estavam classificados nos níveis B2, B1 e A2, portanto com um bom nível econômico o que pressupõe facilidade de acesso às informações.

Questão 2. Atualmente o Sr. (a) se utiliza de algum controle (planilhas, software específico) para fins de elaboração de seu planejamento patrimonial (curto, médio e longo prazo) e controle de suas finanças ?

O objetivo desta questão foi identificar entre os entrevistados o percentual de usuários que de alguma forma procediam a gestão de seu patrimônio, entendendo como gestão exclusivamente como conceituado neste trabalho, pois, pode haver outras maneiras de se tomar decisão de forma não empírica que não necessariamente conforme descrito nesta pesquisa. O resultado está demonstrado na Tabela e Gráfico 8.

Tabela 8: Pessoas Físicas que utilizam e não utilizam a Gestão do Patrimônio

Gestão do Patrimônio	Quantidade	Percentual
Utiliza Gestão	8	27%
Não Utiliza Gestão	22	73%
Total	30	100%

Gráfico 8: Pessoas Físicas que utilizam e não utilizam a Gestão do Patrimônio

Comentário: Da amostra total um percentual significativo representado por 73% dos entrevistados não procediam à gestão de seus patrimônios.

Este percentual, exclusivamente para os entrevistados que tinham conhecimento da Ciência Contábil foi de 79%, porque dos 24 entrevistados que tinham conhecimento, conforme demonstrado na tabela 7, apenas 05 procediam a gestão do patrimônio; os outros 19 não procediam a gestão, o que resulta o percentual de 79% (24 entrevistados x 79% = 19).

Este fato pode ser relacionado com a pesquisa, citada no Capítulo 1, realizada com pessoas físicas com registro no cadastro de inadimplentes feita pela Associação Comercial de São Paulo onde indica que o principal motivo do registro de inadimplente com 52% foi em função do *desemprego*, mas em segundo lugar com 14% o motivo foi o *descontrole de gastos*.

Assim, se 14% do registro de inadimplentes está associado com *descontrole de gastos*, pode-se inferir que a gestão não é feita e portanto consistente com o

percentual de 79% dos entrevistados da amostra deste trabalho que não procedem a gestão de seu patrimônio, apesar de terem conhecimento da Contabilidade.

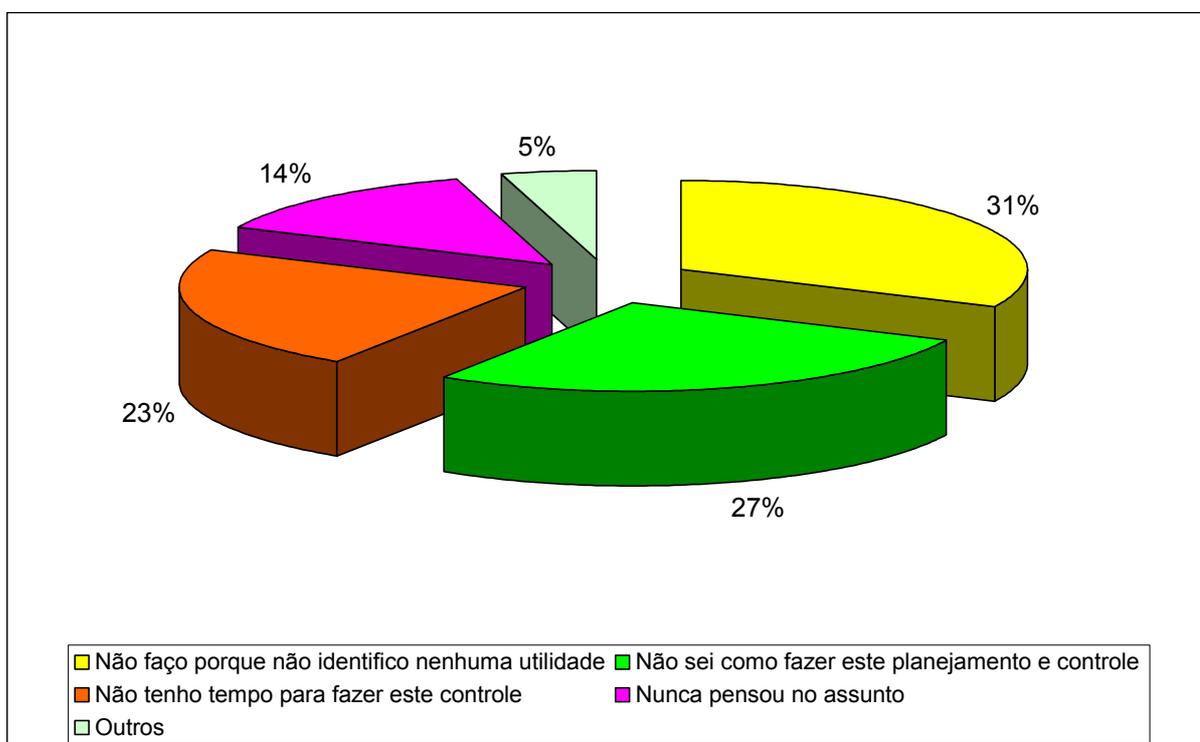
Questão 3. Caso a resposta anterior for NÃO indique na sua opinião o principal motivo.

A questão objetivou identificar percentualmente os principais motivos pelo qual os entrevistados não efetuam a gestão de seu patrimônio. O resultado pode ser observado na Tabela e Gráfico 9.

Tabela 9: Principais motivos para não se efetuar a gestão

Resposta	Quantidade	Percentual
Não faço porque não identifico nenhuma utilidade	7	31%
Não sei como fazer este planejamento e controle	6	27%
Não tenho tempo para fazer este controle	5	23%
Nunca pensou no assunto	3	14%
Outros	1	5%
Total	22	100%

Gráfico 9 Principais motivos para não se efetuar a gestão



Comentário: Constata-se que 27% da amostra não procede à gestão porque *não sabe como fazer*, motivo que pode ser equacionado através de instrução formal; 31% *não identifica nenhuma utilidade*, percepção que poderia ser modificada caso estas pessoas físicas tivessem acesso à instrução formal e desta maneira pudessem identificar a validade do conhecimento, porque só se atribui valor para aquilo em que haja a percepção que irá agregar valor; 23% *não tem tempo para fazer este controle*, ou seja, o entrevistado não está priorizando porque não identifica a importância, percepção que pode ser mudada caso este usuário a exemplo dos outros motivos tenha acesso à instrução formal.

Finalmente, o motivo *nunca pensou no assunto* com 14% que pode ser revertido também com acesso à informação.

Acredita-se pelo resultado desta questão que a maior causa identificada para que as pessoas físicas não procedam a gestão do seu patrimônio é falta de conhecimento formal da matéria contábil.

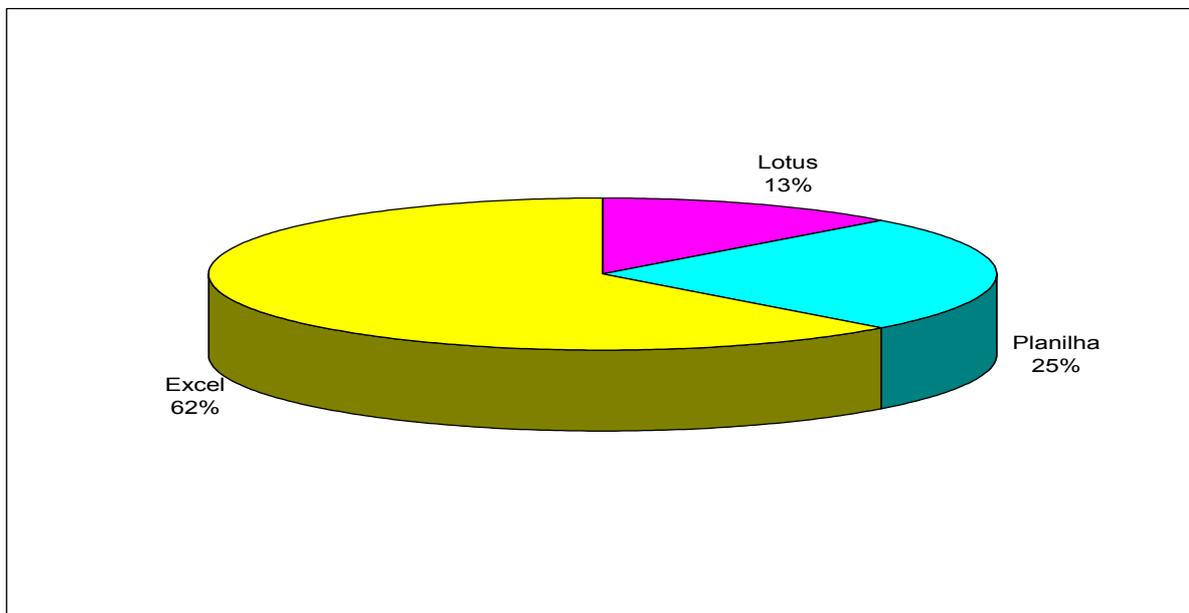
Este motivo foi reconhecido indiretamente pelos entrevistados porque conforme se constata na questão 8, 87% dos entrevistados têm interesse em adquirir conhecimento formal de como proceder a gestão de seu patrimônio.

Questão 4 . Caso a resposta for SIM que tipo de controle o Sr. (a) utiliza ?

O objetivo desta questão foi identificar os tipos de controles utilizados. Esta questão foi formulada de maneira aberta, pois o entrevistado poderia dizer especificamente que tipo de controle utiliza. O resultado está demonstrado na Tabela e Gráfico 10, onde consta um total de 08 entrevistados que são os entrevistados que procedem a gestão conforme pode ser constatado pela tabela 8

Tabela 10: Controles utilizados pelas pessoas físicas

Tipo de Controle	Quantidade	Percentual
Lotus	1	13%
Planilha	2	25%
Excel	5	62%
Total	8	100%

Gráfico 10: Controles utilizados pelas pessoas físicas

Comentário: Pelo visto pelas respostas os controles utilizados são planilhas de cálculo com significativo uso do Excel.

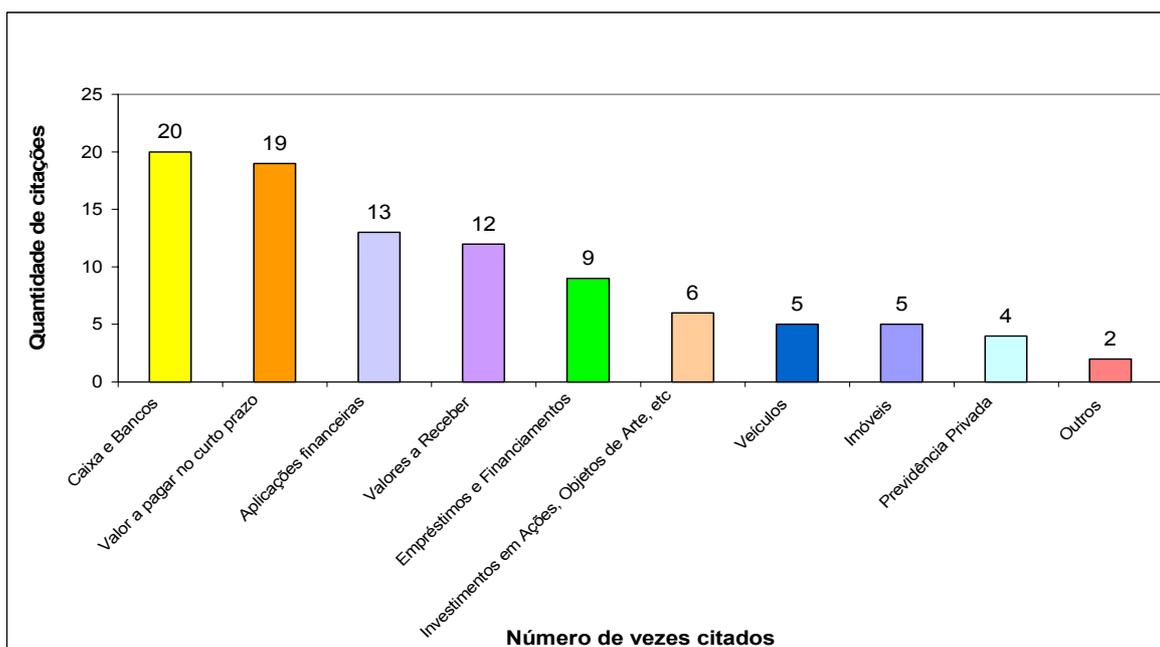
No Capítulo 4 é exposto que os controles adotados pelas físicas devem ser simplificados. O importante é que sejam eficazes naquilo que se propõem, ou seja, subsidiar o gestor de forma estruturada em sua tomada de decisão com relação ao patrimônio.

Questão 5 . Quais seriam os itens relacionados às suas finanças pessoais e patrimônio que na sua opinião seriam importantes de serem controlados ?

Esta questão objetivou identificar os principais itens do patrimônio que deveriam ser controlados tendo como percepção o próprio usuário da informação. O resultado está demonstrado na Tabela e Gráfico 11.

Tabela 11: Itens do patrimônio x quantidade de vezes citados

Item	No. de vezes que foi citado
Caixa e Bancos	20
Valores a Pagar no Curto Prazo	19
Aplicações Financeiras	13
Valores a Receber	12
Empréstimos e Financiamentos	9
Investimentos em Ações, Obras de Arte, etc.	6
Veículos	5
Imóveis	5
Previdência Privada	4
Outros	2

Gráfico 11: Itens do patrimônio x quantidade de vezes citados

Comentário: Acredita-se que a grande preocupação dos entrevistados foi com as disponibilidades imediatas e valores a pagar e receber no curto prazo, o que é positivo no sentido de proceder a gestão do dia-a-dia, mas itens que representam o médio e longo prazos foram poucos citados, indicando uma visão exclusivamente de curto prazo, pois itens que representam indicativos de planejamento de médio e longo prazo aparecem com uma frequência bem pequena nas respostas, como por exemplo: Imóveis sendo citado 5 vezes e Previdência Privada sendo citada 4 vezes.

Questão 6. Em sua opinião com referência aos itens anteriores o que o Sr.(a) sugere que deva ser desenvolvido para atender adequadamente às suas necessidades?

Para esta questão aberta pretendeu-se identificar quais as reais necessidades do grupo de entrevistados, sob a ótica deles e não do pesquisador.

Com relação a esta questão foram observadas as seguintes sugestões:

- *Controle através de planilhas em excel ;*
- *Participação em palestras para obter conhecimento;*
- *Agenda de tarefas;*
- *Maior divulgação;*
- *Criação de sites gratuitos;*
- *Uma educação financeira melhor;*
- *Profissional que desenvolva este serviço;*
- *Controle de fluxo de caixa,*
- *Organização e planejamento pessoal;*
- *Programas práticos e simples;*

Comentário: Dentre as respostas ressalto as que mencionaram: “*participação em palestras para obter conhecimento*”; “*maior divulgação*”; “*criação de sites gratuitos*”; “*uma educação financeira melhor*”.

Por estes comentários o que fica evidenciado é que a pessoa física não sabe o que sugerir para ser desenvolvido para a gestão de seu patrimônio, em contrapartida fica claro que tem interesse em aprender.

Fica evidenciado mais uma vez que o que deve ser equacionado é a falta de instrução da matéria Contábil.

Questão 7. Caso o Sr.(a) precise consultar um profissional liberal para orientação com relação ao seu Patrimônio pessoal que profissional seria prioritariamente consultado:

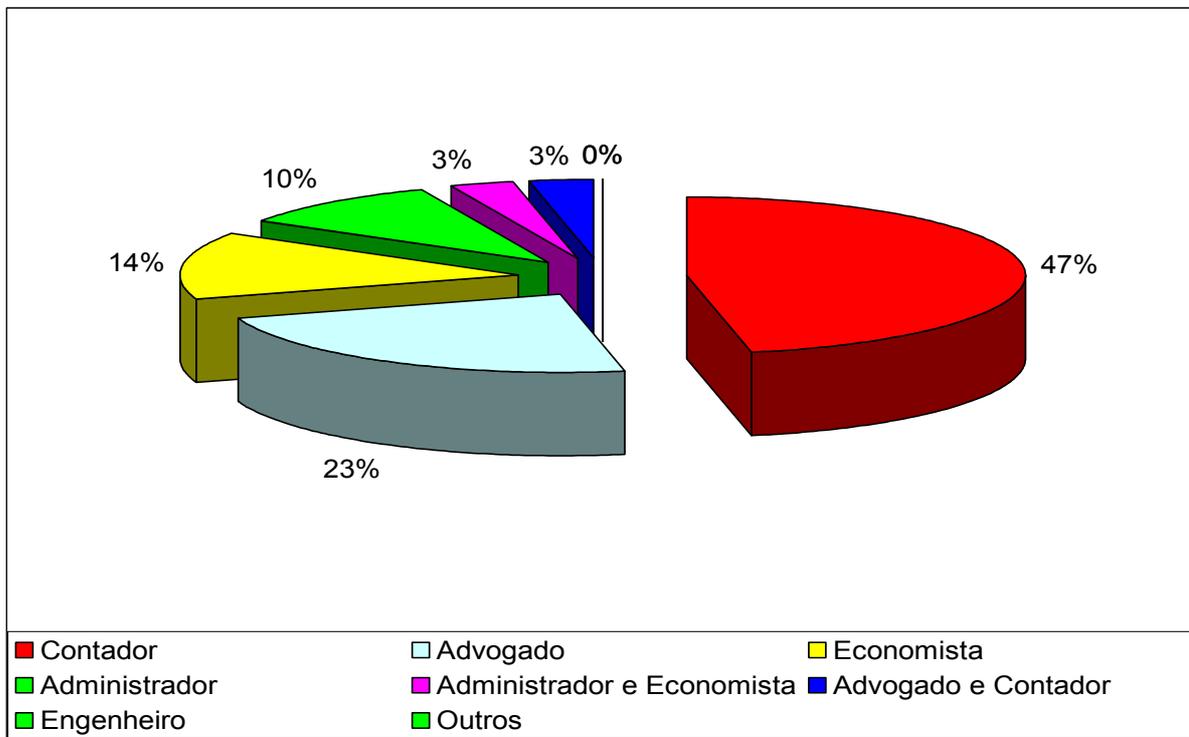
Identificar sob a ótica deste usuário quais os profissionais liberais seriam consultados para apoiá-lo na questão da gestão de seu patrimônio era fundamental.

O resultado pode ser observado na Tabela e Gráfico 12.

Tabela 12: Profissional liberal consultado

Profissional Consultado	Quantidade	Percentual
Contador	14	47%
Advogado	7	23%
Economista	4	14%
Administrador	3	10%
Administrador e Economista	1	3%
Advogado e Contador	1	3%
Engenheiro	0	0%
Outros	0	0%
Total	30	100%

Gráfico 12: Profissional liberal consultado



Comentário: Dois profissionais liberais se destacam na preferência das pessoas físicas: Contador com 47% seguido do Advogado com 23% das indicações.

Na percepção do entrevistado são os dois profissionais liberais mais habilitados para tratarem de questões do patrimônio.

Num segundo grupo de preferência apresentam-se o Economista e Administrador, com 14% e 10% respectivamente.

Em terceiro lugar apresentam-se o conjunto de profissionais Administrador e Economista versus Advogado e Contador, com 3% respectivamente.

E sem nenhuma indicação apresentam-se o Engenheiro e outros.

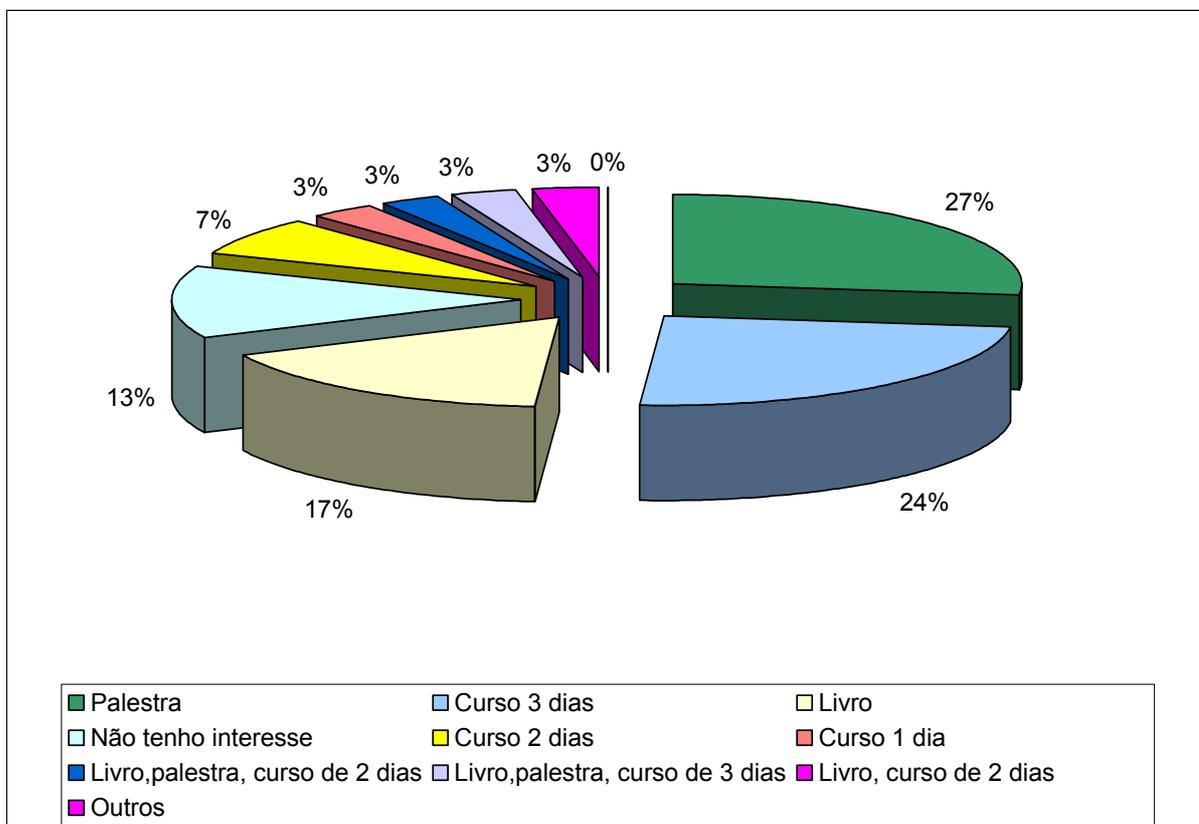
Questão 8. Em sua opinião indique a maneira pelo qual o Sr. (a) optaria em adquirir conhecimentos de como controlar suas finanças pessoais e proceder um Planejamento do seu Patrimônio.

O objetivo desta questão foi identificar o nível de interesse dos entrevistados em adquirir conhecimento suficiente para proceder à gestão de seu patrimônio. O resultado pode ser observado na Tabela e Gráfico 13.

Tabela 13: Método de aprendizagem escolhido pela pessoa física

Descrição	Quantidade	Percentual
Palestra	8	27%
Curso (3 dias)	7	24%
Livro	5	17%
Não tenho interesse em adquirir este conhecimento	4	13%
Curso (2 dias)	2	7%
Curso (1 dia)	1	3%
Livro, Palestra, Curso de 2 dias	1	3%
Livro, Palestra, Curso de 3 dias	1	3%
Livro , Curso de 2 dias	1	3%
Outros	0	0%
Total	30	100%

Gráfico 13: Método de aprendizagem escolhido pela pessoa física



Comentário: Nesta questão é relevante mencionar que o índice de 87% dos entrevistados terem interesse em adquirir conhecimentos de como praticar a gestão de seu patrimônio.

O fato de terem interesse em adquirir o conhecimento, não quer dizer que irão aplicá-lo, mas já é bastante positivo o fator de mostrarem-se receptivos, com prontidão em aprender.

Pesquisadores contábeis defendem a idéia que *TODOS* devem ter uma formação contábil básica. Este posicionamento é consistente com o que foi constatado nesta questão, conforme opinião de D'Áuria e Pereira:

D'Áuria (1958, p.9):

*De qualquer forma, o conceito da ordem administrativa do lar é de se infundido a todos os cidadãos, para que se crie mentalidade de ordem administrativa, a começar pelos adolescentes, - nos cursos **secundários-ginasianos**, básicos de comércio e normais de magistério, e, em grau mais elevado, nas faculdades de filosofia, de economia e administração, de direito e engenharia. (grifo nosso)*

Pereira (1983, p.102):

[...] Apesar de alguns cursos, como visto acima, já incluírem a Contabilidade em seus currículos, estamos defendendo aqui a necessidade da sua inclusão em TODOS os cursos superiores.

*Vamos ainda mais além. Achamos que, para sanar o problema emergente do alheamento contábil do empresário da Pequena e Média Empresas, a **Contabilidade deveria ser ensinada a partir da Quinta série do primeiro grau.**(grifo nosso)*

A formação em Contabilidade é realmente relevante, porque muitas pessoas físicas além de serem gestores de seu patrimônio pessoal, são gestores de patrimônios de entidades jurídicas, nas quais terão que exercer a tomada de decisão.

Pelo conhecimento da matéria contábil poderão, por sua vez, tomar decisões mais estruturadas, tendo um reflexo positivo na entidade pessoa jurídica e na comunidade na qual ela esta inserida.

Questão 9. Para encerrar, gostaríamos de saber se o Sr.(a) possui alguma dúvida, sugestão com relação ao tema que entenda ser relevante.

O objetivo desta questão aberta foi identificar mais alguma necessidade dos entrevistados com relação à este tema.

COMENTÁRIO: Dos 30 entrevistados não houve respostas relevantes para o presente trabalho, que constituíssem dúvidas ou sugestões com o tema proposto.

5.7 Considerações finais do capítulo

Como observado pela análise de dados da Questão 2, a hipótese inicial para o presente trabalho não foi confirmada, porque 79% dos entrevistados que possuem conhecimento da Ciência Contábil não procedem a gestão do patrimônio na prática.

Porém, em contrapartida um percentual pequeno da amostra (representado por 13 % conforme tabela 13) mostrou-se contrário em adquirir conhecimento de como proceder a gestão de seu patrimônio pessoal, fato que justificou a elaboração desta pesquisa, pois esta teve o objetivo de demonstrar a importância da aplicação da Contabilidade na gestão dos patrimônios das pessoas físicas além de divulgar este conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto neste trabalho foi demonstrar como as técnicas contábeis inseridas no processo de gestão subsidia a pessoa física, em decisões relacionadas ao seu patrimônio. Neste contexto, o problema proposto na pesquisa foi questionar se a pessoa física, com conhecimento destas técnicas, enquanto gestor de seu próprio patrimônio, faz uso das mesmas.

No trabalho de campo, cujas conclusões se restringem à amostra selecionada, por ser não-estatística, ficou evidenciado duas vertentes:

- a) a hipótese assumida no trabalho que a pessoa física com conhecimento que as técnicas contábeis pode apoiá-la em sua gestão, não foi confirmada, porque dos 24 entrevistados que tinham conhecimento, 19 não faziam uso destas técnicas representando 79% da amostra;
- b) 87% da amostra total, ou seja, dos 30 entrevistados, 26 estão dispostos a adquirir o conhecimento de como proceder à gestão, dando um forte indicativo que o fato de não procederem a gestão deve-se ao fato de não saberem como fazê-lo; o que abre possibilidade de num futuro próximo a hipótese inicial confirmar-se.

Pela pesquisa bibliográfica verifica-se uma preocupação de pesquisadores contábeis, em diversas épocas, de que o conhecimento contábil deva ser disseminado através dos cursos de formação básica, o que vem ao encontro da constatação do resultado da pesquisa de campo conforme citado anteriormente.

A contribuição do trabalho foi propor uma metodologia para a gestão do patrimônio das pessoas físicas, com base nas técnicas contábeis, conforme abaixo:

- a) proceder o orçamento doméstico, com base no regime de caixa, pela sua simplicidade de operacionalização e estar consistente com o fluxo de caixa;
- b) elaborar os relatórios Balanço Patrimonial Doméstico e Demonstração do Resultado Doméstico, por regime de competência ou regime de caixa, dependendo da necessidade do usuário, utilizando - se de informações do "banco de dados" que é alimentado através da escrituração.

Este "banco de dados" pode estar sendo alimentado por regime de caixa ou regime de competência. Caso esteja somente por regime de caixa estes dois demonstrativos poderão ser expressos também por regime de competência utilizando-se da técnica de inventário para efetuar os ajustes necessários, para compatibilizar os dois critérios.

O trabalho comprova, através de pesquisa bibliográfica, que a aplicação da Contabilidade na gestão dos patrimônios das pessoas físicas é fundamental para que as decisões sejam tomadas de maneira estruturada, e caso seja adotado o ensino formal da Contabilidade nos cursos básicos de formação escolar, esta iniciativa poderá contribuir com a pessoa física em sua formação, possibilitando que este conhecimento seja utilizado sistematicamente na gestão patrimonial.

Chega-se à esta conclusão indiretamente também pela não confirmação da hipótese, pois, apesar da mesma não ser confirmada, um percentual significativo de usuários possuem interesse em adquirir conhecimento de como proceder a gestão, e pela pesquisa citada no Capítulo 1, realizada pela Associação Comercial de São Paulo, de 702 pessoas com registros no SCPC – Serviço Central de Proteção ao

Crédito, após o motivo desemprego com 52% , o maior motivo foi o Descontrole de Gastos, com o percentual de 14%.

Este trabalho não teve a pretensão de esgotar o assunto dada a sua complexidade, mas espera-se por outro lado, que outros estudiosos e pesquisadores retomem o tema abordado para o seu aperfeiçoamento.

REFERÊNCIAS

ACKOFF, Russell L. **Planejamento empresarial**. Tradução: FREITAS, M.T.de. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1974. 114p.

AICPA – American Institute of Certified Public Accountants – **Objectives of financial statements** – outubro de 1973.

ANSOFF, H. Igor. **Estratégia empresarial**. Tradução: SANVICENTE, A.Z. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977. 203p.

ANTHONY, Robert N. **Contabilidade gerencial**. Tradução: CARUZO, Luiz Aparecido. São Paulo: Atlas, 1976. 483p.

BEI Comunicações. **Como cuidar do seu dinheiro**. São Paulo: BEI Comunicações, 2000. 257p. ISBN 85-86518-10-7.

CATELLI, Armando (coord.) et al. **Controladoria**: uma abordagem da gestão econômica – GECON. São Paulo: Atlas, 1999. 596p. ISBN 85-224-2133-1.

CEI, Nena Geruza. **Contabilidade de patrimônios pessoais**: Gestão e Controle. 1994, 256f. Tese (Doutorado em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

_____. **Contabilidade familiar**: Critério de execução e algumas observações comportamentais. 1985, 157f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Makron, 2002. 242p. ISBN 85-87918-15-X.

CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 774**: aprova o apêndice à resolução sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Brasília, 1994.

_____. **Resolução CFC n.º 750**: aprova a resolução sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Brasília, 1993.

_____. **Resolução CFC n.º 563**: aprova a NBC-T- 2 - Da Escrituração Contábil. Rio de Janeiro, 1983.

CHEROBIN, Ana Paula M. S.; FAMA, Rubens. **Fluxo de Caixa: o tratamento contábil e a informação gerencial**. Artigo disponível em <http://www.labfin.com/pesquisa/artigos> Acesso em: 30.abril.2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração**: teoria, processo e prática. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994. 522p. ISBN 85-346-0198-4.

CLESER, Vera A. **O lar doméstico**: conselhos para boa direção de uma casa. 4. ed. Rio de Janeiro: F. Alves & Cia, 1913. 342p.

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Deliberação CVM n.º29**: aprova o pronunciamento do Instituto Brasileiro de Contadores- IBRACON, sobre a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade. Rio de Janeiro, 1986.

D' ÁURIA, Francisco. **Primeiros princípios de contabilidade pura**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1959. 493p.

_____. **Organização e contabilidade patrimonial – doméstica**: Teoria e prática da gestão dos negócios da família. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1958. 315p.

DINIZ, Tatiana. Salários perdem para a inflação em 2002. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 02 fev. 2003. Folha Classificados Empregos, p.2.

EID JÚNIOR, William. **Finanças**: tudo para você fazer sempre o melhor negócio. São Paulo: PubliFolha, 2001. 135 p. ISBN 85-7402-344-2.

EID JÚNIOR, William; GARCIA, Fabio Gallo. **Como fazer o orçamento familiar**. Série Sucesso Profissional. São Paulo: PubliFolha, 2001. 135p. ISBN 85-7402-344-2.

Exame Novos Negócios. Novo Código Civil: para as pequenas e médias empresas. **Exame Novos Negócios**, São Paulo, Ano 1, Edição 1, abril 2003, 82p.

FINANCENTER. **Planejamento financeiro**. Artigo disponível em <<http://www.financenter.com.br>> Acesso em: 04.jan. 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO, Reportagem Local. Juro de empréstimo pessoal chega a 100%. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 fev. 2003. Folha Dinheiro, B11.

FRANCO, Hilário. **Princípios e normas contábeis**. Cadernos Álvares Penteado da FECAP- Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, n.12, 1999, 34p.

_____. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 407p. ISBN 85-224-1486-6.

_____. **Contabilidade industrial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 301p. ISBN 85-224-0655-3.

_____. **A Obra do Frade Luca Paciolo**. In Palestra proferida no Seminário Comemorativo do Quinto Centenário da Obra de Fra Luca Paciolo. São Paulo: Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, 1994, 13p.

FRANKENBERG, Louis. **Guia prático para cuidar do seu orçamento**: viva melhor sem dívidas - como fazer seu dinheiro durar mais. 3. ed. São Paulo: Campus, 2002. 214p. ISBN 85-352-0985-9.

_____. **Seu futuro financeiro**: Você é o maior responsável. 6. ed. São Paulo: Campus, 1999. 417p. ISBN 85-352-0498-9.

FREZATTI, Fábio. **Orçamento empresarial**: Planejamento e Controle Gerencial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 177p. ISBN 85-224-2523-X.

_____. **Gestão do fluxo de caixa diário**: como dispor de um instrumento fundamental para o gerenciamento do negócio. São Paulo: Atlas, 1997. 124 p. ISBN 85-224-1716-4.

GITMAN, Lawrence J.; JOEHNK, Michael D. **Personal financial planning**. Seventh Edition. Fort North: Dryden Press, 1996. 656 p.

GUERREIRO, Reinaldo. **Modelo conceitual de sistema de informação de gestão econômica**: uma contribuição à teoria da comunicação da contabilidade. 1989, 385f. Tese (Doutorado em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

HALFELD, Mauro. **Investimentos**: como administrar melhor seu dinheiro. São Paulo: Fundamento, 2001. 142p. ISBN 85-88350-01-2.

HALLMAN, G. Victor; ROSENBLOOM, Jerry S. **Personal financial planning**. Fifth Edition. New York: McGraw-Hill, 1993. 567p.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BRENDA, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. Tradução: SANVICENTE, Antonio Zoratto. São Paulo: Atlas, 1999. 550p. ISBN 85-224-2097-1.

HORNGREN, Charles T. **Introdução à contabilidade gerencial**. Tradução: AZEVEDO, José Ricardo Brandão. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice / Hall do Brasil, 1985. 509p. ISBN 85-7054-017-5.

IBRACON. **Conheça o Ibracon**. Matéria disponível em <<http://www.ibracon.com.br>> acesso em 29.04.2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 336p. ISBN 85-224-2518-3.

_____. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 332p. ISBN 85-224-1848-9.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Dicionário de termos de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2001. 214p. ISBN 85-224-2883-2.

_____. **Curso de contabilidade para não contadores**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 282p. ISBN 85-224-2680-5.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações** (aplicável às demais sociedades). 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 508p. ISBN 85-224-2607-4.

IUDÍCIBUS, Sérgio de (coord.) et al. **Contabilidade introdutória**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1995. 306p. ISBN 85-224-0850-5.

KRONBERG, Hécio. **Gestão de patrimônio pessoal**. Curitiba: Hermus, 2002. 245 p. ISBN 85-289-0486-5.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311p. ISBN 85-224-3397-6.

_____. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 231p. ISBN 85-224-1419-X.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 514p. ISBN 85-224-3051-9.

_____. **Contabilidade básica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 210p. ISBN 85-224-2064-5.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 370p. ISBN 85-224-3360-7.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello; FISCH, Sílvio. **Controladoria: seu papel na administração de empresas**. São Paulo: Atlas, 1999. 137p. ISBN 85-224-2134-X.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 337p. ISBN 85-224-3116-7.

OLIVEIRA, Miguel José Ribeiro de. **O efeito da queda da taxa de Selic, na taxa de operação de crédito**. Artigo disponível em <<http://www.anefac.com.br>> Acesso em: 28 dez. 2002.

OWENS, David F. **Controlling your personal finances**. New York: MacGRAW-HILL, 1937. 331p.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistemas de informações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 284p. ISBN 85-224-2622-8.

_____. **Contabilidade gerencial: Um enfoque em Sistema de Informação Contábil.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997. 414p. ISBN 85-224-1746-6.

PELEIAS, Ivan Ricardo. **Controladoria: gestão eficaz utilizando padrões.** São Paulo: Saraiva, 2002. 206p. ISBN 85-02-03555-X.

PEREIRA, Anisio Candido. **Contribuição à análise e estruturação das demonstrações financeiras das sociedades cooperativas brasileiras** - ensaio de abordagem social - . 1993.376f. Tese (Doutorado em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

_____. **Análise contábil - financeira e avaliação de projetos na pequena e média empresa:** experiências e sugestões. 1983.112f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1983.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez ; OLIVEIRA, Luís Martins de . **Contabilidade avançada.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 290p. ISBN 85-224-2985-5.

PROCON- ÓRGÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR. **Orçamento doméstico.** Artigo disponível em: < <http://www.procon.sp.gov.br>.> Acesso em: 28 dez. 2002.

ROCHA, Ricardo Humberto; VERGILI, Rodney. **Esticando a mesada:** finanças para jovens. São Paulo: Saint Paul Institute of Finance, 2002. 167p. ISBN 85-85405-05-8.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos racionais de uma contabilidade para a gestão.** Artigo disponível em <<http://www.lopesdesa.com.br>> Acesso em: 24 set. 2002.

_____. **Vocabulário de contabilidade.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1994. 207p. ISBN 85-00-12434-2.

SAMPAIO, Rafael. **Propaganda de A a Z:** como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 376p. ISBN 85-352-0449-0.

SANTOS, Edilene Santana. **Gestão integrada de estratégias e operações:** uma abordagem de gestão econômica. 2000. 232f. Dissertação (Mestrado em

Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000. 231p. ISBN 85-7307-650-X.

SEGUNDO FILHO, José. **Finanças pessoais**: invista no seu futuro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003. 104p. ISBN 85-7303-405-X.

SOMOGGI, Laura. **URGENTE**: como pagar menos Imposto de Renda. **Coleção Meu Dinheiro. Você S / A**, São Paulo, 2003, 98p.

VASCONCELOS, Nanci Pereira de. **Manual para edição de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Fiúza Editores, 2002. 256p. ISBN 85-901269-1-9.

WELSCH, G. **Orçamento empresarial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 397p. ISBN 85-224-1422X.

WILSON, Susan B. **Fixação de metas**. São Paulo: Campus, 1995. 103p. ISBN 85-7001-934-3.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: numeração progressiva das seções de um documento. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **NBR 6028**: Resumos. Rio de Janeiro, 1990.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000. 802p. ISBN 85-224-2350-4.

BELSKY, Gary; GILOVICH Thomas. **Proteja seu dinheiro de você mesmo**: dicas de como evitar as dívidas, aplicar bem o dinheiro e fazer seu patrimônio crescer. Tradução de: MENDES, Marcelo A. São Paulo: Futura, 2002. 229p. ISBN 85-7413-122-9.

BODIE, Zvi; KANE, Alex; MARCUS, Alan J. **Fundamentos de investimentos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. 632p. ISBN 85-7307-540-6.

BROOKSON, Stephen. **Como entender a contabilidade**: seu guia de estratégia pessoal. São Paulo: PubliFolha, 2001. 72p.

CAMPIGLIA, Américo Oswaldo. **Contabilidade básica**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1966. 432p.

FUNDAÇÃO PARA O PRÊMIO NACIONAL DA QUALIDADE. **Crêterios de excelência**: o estado da arte da gestão para a excelência do desempenho. Disponível em: < http:// www.fpnq.org.br >. Acesso em: 24 ago.2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 343p. ISBN 85-224-3114-0.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Sistemas de informação gerencial: novos (e antigos) paradigmas**. Artigo disponível em < <http://www.anefac.com.br> > Acesso em: 28 dez. 2002.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L. **Pai rico pai pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro**. 28. ed. São Paulo: Campus, 2000. 186p. ISBN 85-352-0623-X.

_____. **Independência financeira**. 6. ed. São Paulo: Campus, 2001. 289p. ISBN 85-352-0798-8.

LUQUET, Mara. **Guia valor econômico de finanças pessoais**. São Paulo: Globo, 2002. 144p. ISBN 85-250-3291-3.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO. DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR- DPDC. **Cartilha do Consumidor**. Disponível em: < <http://www.mj.gov.br/dpdc> > Acesso em: 04 jan. 2003.

NAKAGAWA, Masayuki . **Introdução à controladoria: Conceitos, Sistemas, Implementação**. Série Gecon. São Paulo: Atlas, 1993. 104p. ISBN 85-224-0988-9.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. **Contabilidade básica e estrutura das demonstrações financeiras**. 10. ed. São Paulo: Frase, 2002. 426 p. ISBN 85-87065-35-1.

_____. **Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo**. 6.ed. São Paulo: Frase, 2001. 248p. ISBN 85-87065-10-6.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Empresa familiar: como fortalecer o empreendimento e otimizar o processo sucessório**. São Paulo: Atlas, 1999. 256p. ISBN 85-224-2254-0.

PELEIAS, Ivan Ricardo. **Avaliação de desempenho: um enfoque de gestão econômica**. 1992. 169f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Faculdade de

Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

PEREZ JUNIOR . et al. **Controladoria de gestão**: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 1995. 190p. ISBN 85-224-1317-7.

SANVICENTE, Antonio Zoratto; SANTOS, Celso da Costa. **Orçamento na administração de empresas**. São Paulo: Atlas, 1995. 219p. ISBN 85-224-1626-5.

SCHMIDT, Paulo (coord.) et al. **Controladoria**: agregando valor para a empresa. Porto Alegre: Bookman, 2002. 262p. ISBN 85-7307-938-X.

SERASA-CENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOS BANCOS S/A. **Preço da falta de ensino financeiro pode ser alto**. Artigo disponível em: < <http://www.serasa.com.br>> Acesso em: 28 dez. 2002.

_____. **Elaboração do orçamento doméstico não é difícil**. Artigo disponível em: < <http://www.serasa.com.br>> Acesso em: 28 dez. 2002.

_____. **Tipos de despesas**. Artigo disponível em < <http://www.serasa.com.br>> Acesso em: 28 dez. 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 279p. ISBN 85-249-0050-4.

SIEGEL, Joel G.; SHIM, Jae K. **Dictionary of accounting terms**. Second Edition. New York: Barron's, 1995, 454p.

STICKNEY, Clyde P.; WEIL Roman L. **Contabilidade financeira**: Uma introdução aos conceitos, métodos e usos. Tradução de José Evaristo dos Santos. São Paulo: Atlas, 2001. 909p. ISBN 85-224-2837-9.

STOPATTO, Flávio Borges. **Otimização de processos financeiros**: Uma proposta de POUPANÇA para auxiliar, especificamente, na Gestão Financeira Familiar. 1996, 99f. Monografia (Conclusão de curso de graduação em Administração). FEA – USP. Ribeirão Preto, 1996.

TUNG, Nguyen H. **Controladoria financeira das empresas: uma abordagem prática**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 1976. 435p.

Apêndice

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO – UNIFECAP

PESQUISA PARA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

TEMA:

A APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO DAS PESSOAS
FÍSICAS

Mestrando : Camilo Lellis Reis

Orientador: Professor Doutor Anisio Candido Pereira

DADOS DO PESQUISADO :

Sexo: () M () F

Idade: _____

Escolaridade : () Fundamental () Completo () Incompleto
 () Ensino Médio () Completo () Incompleto
 () Superior () Completo () Incompleto
 () Pós-Graduação () Completo () Incompleto
 () Doutorado () Completo () Incompleto

Profissão: _____

1. O Sr.(a) tem conhecimento que a Ciência Contábil pode fornecer conceitos e controles para a administração do seu Patrimônio ?

SIM NÃO

2. Atualmente o Sr.(a) se utiliza de algum controle (planilhas, software específico) para fins de elaboração de seu planejamento patrimonial (curto, médio e longo prazo) e controle de suas finanças?

SIM NÃO

3. Caso a resposta anterior for NÃO indique na sua opinião o principal motivo:

- Não sei como fazer este planejamento e controle
- Não tenho tempo para fazer este controle
- Não faço porque não identifiquei nenhuma utilidade
- Outros . Especificar : _____
- Nunca pensou no assunto

4. Caso a resposta for SIM que tipo de controle o Sr.(a) se utiliza?

RESPOSTA : _____

5. Quais seriam os itens relacionados às suas finanças pessoais e patrimônio que na sua opinião seriam importantes de serem controlados?

- Caixa e Bancos
- Aplicações Financeiras
- Veículos
- Investimentos em ações, objetos de arte, etc
- Imóveis
- Valores a Receber
- Previdência Privada

- Empréstimos e Financiamentos
 - Valores a Pagar no curto prazo
 - Outros. Especificar:
-

6. Em sua opinião com referência aos itens anteriores o que o Sr.(a) sugere que deva ser desenvolvido para atender adequadamente às suas necessidades ?

RESPOSTA :

7. Caso o Sr.(a) precise consultar um profissional liberal para orientação com relação ao seu Patrimônio pessoal que profissional seria prioritariamente consultado :

- administrador
- advogado
- contador
- economista
- engenheiro
- outros. Especificar : _____
- Adm. / Economista
- Advogado / Contador

8. Em sua opinião indique a maneira pelo qual o Sr. optaria em adquirir conhecimentos de como controlar suas finanças pessoais e proceder um planejamento do seu Patrimônio :

- Livro
- Palestra
- Curso (1 dia)
- Curso (2 dias)
- Curso (3 dias)
- Não tenho interesse em adquirir este conhecimento

- () Outros . Especificar : _____
- () Livro, palestra, curso de 2 dias
- () Livro, palestra, curso de 3 dias
- () Livro, curso de 2 dias

9. Para encerrar, gostaríamos de saber se o Sr.(a) possui alguma dúvida , sugestão com relação ao tema que entenda ser relevante .

RESPOSTA: _____

10. Você tem em sua casa:

Itens	Quantidade
Televisão em Cores	
Rádio	
Banheiro / lavabo	
Empregada mensalista	
Aspirador de pó	
Máquina de lavar	
Geladeira	
Geladeira dúplex ou freezer	
Vídeo Cassete	
Automóvel	

11. Qual o grau de instrução do chefe da família?

Descrição	Nível
Analfabeto/Fundamental I incompleto	
Fundamental I Completo/ Fundamental II incompleto	
Fundamental II completo/ Ensino Médio incompleto	
Ensino Médio Completo/Superior incompleto	
Superior Completo	

Total de pontos: _____